

Entre trabalhadores imigrantes e nacionais:
Tavares Bastos e seus projetos para a nação

Alexandre Carlos Gugliotta

Tese de mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da
Universidade Federal Fluminense

Orientador: Dr^a Gizlene Neder

Niterói
2007

Entre trabalhadores imigrantes e nacionais:
Tavares Bastos e seus projetos para a nação

Alexandre Carlos Gugliotta

Orientador: Dr^a Gizlene Neder

Tese de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto
de Ciências Humanas e Filosofia da
Universidade Federal Fluminense – UFF

Aprovada por:

Prof^a: Gizlene Neder

Prof.: Ricardo Salles

Prof.: Humberto Machado

Niterói
2007

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos.

Entre trabalhadores imigrantes e nacionais: Tavares Bastos e seus projetos para a nação. / Alexandre Carlos Gugliotta. – Niterói: UFF, 2007.

vii., 189f.: il.; 31 cm.

Orientador: Gizlene Neder.

Tese (mestrado) – UFF/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Área de História. /Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007.

Referências Bibliográficas: f. 183-189.

1. Aureliano Cândido Tavares Bastos. 2. Imigrantes. 3. Libertos. 4. Miscigenação.

I. Neder, Gizlene. II. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Área de História. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

RESUMO

Entre trabalhadores imigrantes e nacionais:
Tavares Bastos e seus projetos para a nação

Este trabalho tem como propósito analisar a trajetória política do deputado e intelectual alagoano, Aureliano Cândido Tavares Bastos que combateu no Parlamento, nas folhas da imprensa e através de seus livros pela implementação de uma política e uma sociedade liberal, ao longo da década de 1860.

Tavares Bastos passou por um processo de revisão de seu projeto nacional que viabilizava uma expansão mais rápida dos ideais de “civilização” e modernidade. Inicialmente, Tavares Bastos acreditava que somente os imigrantes procedentes do norte da Europa e dos EUA seriam capazes de compor a face ideal do Brasil, por conta da bagagem civilizadora que esses se faziam portadores.

A fundação da Sociedade Internacional de Imigração (1866) representava a sua vontade de encher o país com levas de imigrantes que deviam entrar espontaneamente no Brasil. No entanto, ao final da década de 1860, Tavares Bastos passou a rever seu projeto inicial caminhando por um discurso de valorização dos libertos e assumindo um discurso pela valorização da miscigenação do povo brasileiro.

Niterói
2007

ABSTRACT

Entre trabalhadores imigrantes e nacionais:
Tavares Bastos e seus projetos para a nação

This work aims to analyze the political life of Alagoan politician and intellectual, Aureliano Cândido Tavares Bastos, who fought in Parliament, in the press and through his books for the implementation of a liberal political system and society during the 1860's.

Tavares Bastos passed through a radical change of heart regarding his national project to make possible a faster expansion towards modernity and civilized ideals in Brazil. In the beginning, Tavares Bastos believed that only the immigrants from north Europe and the United States would be able to create the ideal Brazilian character because of the civilizing "bandage" that they would contribute.

The International Immigration Foundation Society (1866) acted upon his desire to fill the country with more northern immigrants who would presumably come to Brazil spontaneously. However, at the end of 1860's decade, Tavares Bastos decided to review his initial project and changed his speeches and actions to ones valuing the mix in the Brazilian peoples.

Niterói
2007

SUMÁRIO

Apresentação	07
Capítulo I: Tavares Bastos e a modernidade: liberalismo e a idéia de nação	10
1.Construindo a nação: conservadores <i>versus</i> liberais	11
2.Ideologia liberal e projeto conservador	17
3.Aureliano Cândido Tavares Bastos	24
4.Divulgando idéias	28
5.Economia Liberal	37
6.Vitória Parlamentar	46
7.Aliança comercial com os EUA	48
8.Cidadania	52
Conclusão	60
Capítulo II: Em defesa dos imigrantes,em defesa da nação:Tavares Bastos e a Sociedade Internacional de Imigração	63
1.Introdução	64
2.Os primeiros imigrantes	66
3.Colônias de Parceria	68
4. Tavares Bastos e a imigração	72
5. Primeiros escritos	74
6.A Sociedade Internacional de Imigração	77
7.Uma “nobre missão”: convencer a opinião pública	86
Conclusão	102
Capítulo III: A viagem ao Amazonas: tempo de rever antigos projetos	111
1 A “nação mestiça”	112
2.“Uma nação perdida”: Agassiz e Gobineau	114
3.O que fazer com a “nação mestiça”?	116
4.As escolhas políticas e ideológicas de Aureliano Cândido Tavares Bastos	120
4.1.Karl von Martius e a miscigenação brasileira	120
4.2.Trabalhadores imigrantes ou nacionais:ruptura teórica e escolha ideológica	121
5.Viagem ao Amazonas:início das reformulações	127
6. O casal Agassiz e Tavares Bastos: simpatias recíprocas	137
7. Revendo antigos projetos : “Somos todos mestiços, pois brancos puros são raríssimos”	149
8. “Meio caminho foi andado, só faltam alguns passos”	161
9. Confirmando as mudanças:educação e cidadania indicando o novo caminho	165
Conclusão	175
Bibliografia	183

Apresentação

Quando iniciei minhas pesquisas tinha em mente trabalhar a política imigratória referente às décadas de 1850-60. Inevitavelmente acabei me deparando com a figura do intelectual Aureliano Cândido Tavares Bastos e assim me aproximei de suas idéias acerca de um projeto que, seguindo a lógica dos ideais de civilização do século XIX, visava modernizar o país através da contribuição dos imigrantes provenientes do norte da Europa e dos EUA.

Confesso que no meu primeiro impulso fui guiado pela minha subjetividade e acabei me empolgando com o fato de Tavares Bastos ter sido um forte colaborador na criação de uma sociedade que tinha como metas o acolhimento de imigrantes e a difusão de uma propaganda política que convencesse o país da importância de se investir na imigração. A Sociedade Internacional de Imigração e a sua vinculação com um discurso político que preconizava modificações liberais nos estatutos que regiam o Império passaram a ser a minha fonte de preocupação e por onde eu deveria desenvolver um projeto. A partir do material que tinha em mãos, apresentei a minha proposta de trabalho à banca examinadora da seleção do mestrado.

Entretanto, para minha grata surpresa fui me deparando com uma questão que até os momentos iniciais se mostrava inusitada para mim. A partir do momento em que iniciei a minha pesquisas em torno dos manuscritos de Tavares Bastos foram surgindo reflexões novas sobre a postura deste jovem intelectual em relação à composição do povo brasileiro. A leitura de suas obras impressas e os trabalhos desenvolvidos em relação a ele não haviam me mostrado que ao final da década de 1860 Tavares Bastos estava começando a ver como benéfica à valorização do trabalhador liberto.

Uma nova face de Tavares Bastos começava a surgir diante de mim. Passei a perceber que este intelectual possuía na verdade dois projetos para o Brasil, mas que eu e a historiografia sobre ele apenas tínhamos lido um projeto que focava a imigração. O desenrolar das minhas pesquisas me alertaram para um Tavares Bastos que lentamente estava abandonando seu projeto de imigração para abraçar um projeto muito mais enriquecedor e honesto para o Brasil – o projeto de se preparar os libertos para a sociedade livre (situação que ele não considerava no início da década de 1860) deixando os imigrantes de lado. A nova proposta levava Tavares Bastos a ver a miscigenação do povo brasileiro como um fator positivo que não deveria ser negado e nem mesmo desprezado. Ele passava a confrontar os estudos científicos da Europa e dos EUA que preconizavam o atraso das “raças não-brancas” e lamentavam a miscigenação.

O fracasso da Sociedade Internacional de Imigração e o caloroso encontro, o que certamente parecia contraditório, com Louis Agassiz, um dos maiores defensores dos malefícios da miscigenação, parecem ter sido as causas mais fortes que levaram Tavares Bastos a definir um novo projeto para a nação. Diante destas questões, acho justo afirmar que durante a sua trajetória não existiu apenas um único projeto por parte deste intelectual para elevar o Brasil ao rol da modernidade. De fato, existiram dois projetos sendo que o último não chegou a ser largamente difundido por ele. A maior parte das suas novas conjecturas manteve-se em silêncio nos seus cadernos de rascunho, mas uma pequena parte transpareceu na sua obra mais importante – “A Província” de 1870, na qual ele passava a rejeitar os esforços feitos para trazer imigrantes e conclamava novos esforços para a valorização dos libertos.

Inúmeras pessoas concorreram para que este trabalho chegasse a um bom termo. Gostaria muito de agradecer a minha orientadora Gizlene Neder por desde o início ter sido

solidária com a minha pesquisa e por ter acompanhando com atenção o desenvolvimento deste trabalho com uma dedicação admirável. Tendo, também, me mostrado os novos caminhos que a pesquisa estava tomando quando da descoberta do segundo projeto de Tavares Basto. Agradeço a ela por ter partilhado comigo tantos os picos de entusiasmo como os de hesitação. Agradeço de igual modo aos professores Ricardo Salles e Humberto Machado por apresentarem sugestões importantes que passaram a constar neste trabalho.

Agradeço as aulas que tive com a professora Magali Gouveia Engel durante o curso de mestrado e também a professora Martha Abreu que me fez enxergar como Tavares Bastos estava antecipando de forma positiva o discurso da miscigenação. Sou grato também a professora Shirley de Souza Carreira pelas conversas sobre Edward Said.

Igualmente agradeço a minha família pelo apoio que sempre me dedicaram. Durante a pesquisa agradeço pelo apoio que os amigos Jorge Victor e Sílvia me deram com as sugestões de leituras sendo importantes interlocutores. Fico grato a Fernanda e a Iozália por toda a atenção dispensada. E por fim, agradeço a Mirella que me incentivou a buscar a ajuda da professora Gizlene Neder para que o trabalho pudesse se tornar viável.

Capítulo I
Tavares Bastos e a modernidade:
liberalismo e idéia de nação

1. Construindo a nação: Conservadores *versus* Liberais

Definir o significado da palavra nação para os homens do século XIX seria uma tarefa árdua para qualquer historiador que se aventurasse nesta busca. Todavia, muitos aceitaram o desafio e alguns obtiveram grande sucesso como foi o caso do historiador Eric Hobsbawn que através de sua obra “*Nações e nacionalismo desde 1780*”¹ teve o mérito de apontar diretrizes para que outros se interessassem por embarcar nesta aventura.

De acordo com Hobsbawn, os aventureiros, ao explorarem esta matéria, devem ter em mente dois alertas: em primeiro lugar que o conceito de nação, tal qual como a temos em mente, não passa de uma construção recente nascida após a Revolução Francesa e que foi se moldando ao longo do século XIX quando a burguesia passou a controlar as instâncias governamentais dos Estados europeus; e, em segundo lugar, que nenhum historiador tente entender uma nação por critérios homogêneos, pois dentro de uma nação coexistem várias línguas, povos, culturas e religiões diversas. Assim, buscar homogeneidade significaria fracasso nas pesquisas. Deste modo, partindo destes dois preciosos alertas, o historiador se encontraria apto para conhecer os três critérios que nortearam a nação no XIX: o primeiro critério seria a associação histórica de um povo (ou povos) frente a um Estado que existe (ou que tenha existido no passado); o segundo se refere à composição de uma classe intelectual direcionando os quadros burocráticos e literários do Estado; e em terceiro lugar apareceria a ideologia da conquista, ou seja, a capacidade de um Estado para guerrear contra outros povos.

Tais critérios passaram a ser definidos pela busca da idéia de progresso e civilização dentro de um programa liberal patrocinada pela classe burguesa do velho mundo em busca de sua auto-afirmação no controle do Estado. Todavia, o modelo de construção de

¹ HOBSEBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

uma identidade nacional pautado na busca de civilização e progresso atravessou as fronteiras da Europa e ganhou outras regiões do mundo. Em especial, ganhou o continente americano. O Brasil que se tornava independente de Portugal em 1822, sob a égide do sistema monárquico, também se deixou fascinar por essa tendência. Os proprietários de terras e escravos do XIX utilizar-se-iam do aparato estatal para legitimar sua riqueza e posição social dentro de uma jovem nação que precisava ser moldada depois de liberta da tutela metropolitana.

Os três critérios apresentados pelo historiador Eric Hobsbawn se encaixariam perfeitamente no caso da jovem nação brasileira nascida a partir de 1822, uma vez que já tinha o contorno de seu território determinado pela época colonial, possuía uma classe letrada que dominou as diretrizes do Estado e, por fim, em 1865 demonstrou seu ímpeto para a guerra ao enfrentar o Paraguai numa disputa por hegemonia na região platina. Todavia, dentre os três critérios mencionados, aquele que diz respeito às classes letradas controlando o aparelho de Estado brasileiro deve ser entendido como o principal fator na construção de uma nação que se pretendia civilizada, forjando-se basicamente durante o Segundo Reinado.

A construção de um ideário nacional durante o Segundo Reinado ficou a cargo dos filhos da classe dominante dona de terras e escravos. Coube a esses controlar as rédeas do aparelho de Estado. Para definirmos melhor o papel desses intelectuais que eram em geral, ligados direto ou indiretamente aos proprietários de escravos e terras, bem como de grandes comerciantes, lançamos mão do livro de Sérgio Adorno, “*Os aprendizes do poder*”². Os jovens bacharéis formados nas duas principais faculdades de direito do país:

² ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Recife e São Paulo tornavam-se hábeis em retórica e assim projetavam seu futuro dentro da vida política por meio de dois partidos principais nascidos a partir do Período Regencial: o partido conservador e o partido liberal. Em busca da defesa de seus interesses econômicos e sociais, esses homens, de acordo com Adorno, portavam certos adereços dentro de sua bagagem que ajudavam a definir o perfil do bacharel em direito: culto a erudição lingüística e cultivo ao intelectualismo se identificando com as produções européias tidas como modelo de pensamento a ser alcançado. Também sabiam ser moderados e desenvolviam um equilíbrio ao exporem suas opiniões, precaução própria daqueles que sabem participar do jogo político. Tais homens representariam uma ilha de letrados em meio a um oceano de analfabetos. Como não poderia deixar de ser, nos lembra Adorno, esses bacharéis não ocupariam apenas as cadeiras do Senado e das Câmaras. Eles também agiriam nas instâncias burocráticas espalhadas por todo o território do país, desde as grandes capitais provinciais como as mais insignificantes cidades interioranas, interligando o poder da Corte para todos os cantos do Império.

Durante o Período Regencial, o vácuo gerado pela abdicação de D. Pedro I permitiu o aparecimento de facções políticas envolvendo os diversos segmentos da sociedade brasileira. Diversas rebeliões eclodiram em todo o território nacional. Para consolidar-se no poder, a classe dominante precisava afastar todas as forças políticas e sociais que ameaçavam a sua – ainda – frágil hegemonia. Para pacificar o país foi necessário que a maioria de D. Pedro II fosse antecipada pelos liberais. A partir deste momento em diante, os conservadores seriam aqueles que passariam a aperfeiçoar seu modelo de hegemonia, intimamente ligado à construção da nação com a exclusão da maior parte da população. Os conservadores ganharam a hegemonia sobre os liberais e acabaram

por solidificar a ideologia de uma nação construída a partir da ordem e da busca constante por progresso e civilização, bem aos moldes europeus.

Estudos sobre a atuação dos partidos políticos durante o governo de D.Pedro II e a consolidação do Estado Nacional passaram pela reflexão de alguns historiadores que se interessaram em compreender os mecanismos que consolidavam a união e os pontos de divergências entre os membros das classes dominantes desta época divididos em dois grupos políticos. Dois historiadores tiveram seus trabalhos destacados frente às questões mencionadas: José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos Rohoff.

De acordo com José Murilo de Carvalho³, o avanço conservador em 1840 significou, acima de tudo, a instauração do governo atuando mais ativamente como o agente capaz de administrar os conflitos locais. O Estado retiraria os conflitos que se davam numa esfera de lutas privadas para alçá-los ao patamar da esfera pública. A idéia de centralização na resolução dos conflitos locais acabou por se impor na busca da defesa dos interesses das classes dominantes. Esta tarefa foi facilitada em parte pelo fato de existir entre os membros da classe dominante, distribuídos pelo imenso território brasileiro, uma certa homogeneidade ideológica forjada desde o período colonial pela formação educacional quando os filhos desta classe recebiam sua educação nos principais centros de ensino de Portugal – em Coimbra especialmente. O ideário de uma ideologia homogênea passou ao Brasil independente e os estudos nas novas faculdades brasileiras acabavam por preparar jovens enquadrados para atuarem junto à administração pública, principalmente personalizados na figura dos bacharéis de direito que ocupariam as cadeiras do poder, definindo a direção da nação em torno dos seus interesses econômicos e sociais. Desta feita,

³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

a centralização do poder nas mãos de um Estado forte representava, sobretudo, que este protegeria os interesses mais caros (interesses homogêneos) da classe dominante em âmbito nacional. Um Estado que centraria seu discurso ideológico em torno de um mesmo ideal que atendia as exigências dessas classes dominantes.

O historiador Ilmar de Mattos⁴, através de suas pesquisas e análises, demonstrou como se deu o esforço dos conservadores para se consolidarem no poder após o Período Regencial. Discordando da historiografia predominante que tendeu a simplificar as diferenças entre saquaremas e luzias, colocando-as como quase que inexistentes ou nulas, Ilmar de Mattos afirma que existiam algumas diferenças entre os dois grupos. De fato, ao iniciar-se o Segundo Reinado, os saquaremas acabaram por se transformar num grupo hegemônico dentro da esfera de poder. A ideologia pregada pelos saquaremas priorizava o discurso da ordem em vários níveis, tanto nas “ruas” como nas “casas” para que a unidade se mantivesse. Os luzias acabaram sendo cooptados para a órbita dessa esfera de ordem e civilização contra a barbárie representada pelos populares e os escravos. Os saquaremas criaram uma hierarquia dentro do poder, na qual o discurso da ordem nacional se fixou como um ideal maior a não ser desprezado pelas classes dominantes. Em nome da ordem, os saquaremas se impuseram aos liberais, pois representavam um discurso mais bem organizando em defesa da manutenção da hierarquia social, dos privilégios sociais e da conservação do sistema escravista.

Quanto aos liberais coube aceitar as derrotas vivenciadas tanto pela rebelião paulista de 1842, bem como pelo aniquilamento da Revolta Praieira de 1848. Assim, seja

⁴MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Atual, 1999.

por cansaço, desmoralização ou por terem sido fascinados pela lógica da ordem em todos os níveis, o certo é que os antigos liberais do Período Regencial e os de 1842-1848 já não eram mais os mesmos. A hegemonia saquarema havia arrastado a ideologia dos liberais para a sua esfera. Os liberais do Segundo Reinado passaram a aceitar “as regras do jogo”, passaram a defender a unidade imperial de forma que as reformas só deviam ser lícitas dentro da ordem vigente.

De acordo com José Murilo de Carvalho⁵ nenhum dos dois partidos apresentaria um programa partidário escrito com as indicações completas de seus projetos. Simplesmente as idéias eram inferidas pelas indicações dos principais líderes, dos debates parlamentares e em torno de problemas chaves que surgiam no calor dos acontecimentos. Esta situação somente se alternaria durante a década de 1860 quando o equilíbrio entre saquaremas e liberais sofreu um abalo, fazendo surgir, em 1864, o Partido Progressista composto de conservadores dissidentes e liberais históricos. Todavia, o jovem partido sobrevive apenas até o ano de 1868 quando se viu dissolvido devido à queda do Gabinete Zacarias; neste impasse parte de seus membros foi compor o Novo Partido Liberal, e a parte dos mais radicais fundou o Partido Republicano (1870). Sendo assim, caberia ao Partido Progressista de 1864 dar o primeiro passo na confecção de um programa escrito. Antes disso, o que existia basicamente era um partido conservador ditando aos seus membros a ideologia da centralização, da ordem e civilização, e um partido liberal que ia pedindo reformas descentralizadoras – discurso que, como observamos, variou de tom após as derrotas de 1842-1848, indo se fortalecer de novo na década de 1860 por parte de alguns de seus membros.

⁵ CARVALHO, op.cit.,2003.

2. Ideologia Liberal e Projeto Conservador

Durante o século XIX, o liberalismo começou a ser apresentado ao mundo como a grande bandeira que balançava no horizonte a indicar o caminho a ser trilhado pelas nações que almejavam sentir o advento da modernidade dentro de suas fronteiras. A Inglaterra, a França e os EUA se apresentavam cada vez mais como os expoentes desses novos tempos, pois eram formações históricas que haviam abraçado uma ideologia de progresso e modernidade. De uma forma mais incisiva ou mais moderada, cada qual estava desenvolvendo um capitalismo liberal, bem como a construção de instituições marcadas pelo signo da liberdade de pensamento e de ação. Em maior ou menor escala esses três países serviam de prova para as demais nações, fazendo parecer que o progresso só se faria sentir a partir da adoção desta ideologia.

A partir da análise de Barrington Moore Júnior⁶, nós destacamos as possibilidades interpretativas da análise histórica comparada. Compreender os porquês da Inglaterra, da França e dos EUA terem trilhado um dado caminho para a ascensão do ideário liberal abrindo suas portas à era da modernidade. Em primeiro lugar, ressalta o autor, seria necessário indicar que as três formações históricas apresentavam modelos históricos diversos e isso faria toda a diferença na compreensão de uma maior ou menor expansão desse ideário. Através do caso inglês, o autor procurou provar que o lento, porém constante, processo dos *enclosures* desenvolvido dentro de uma estrutura legal acabou por criar um grande grupo de proprietários de terras que sentiram o quão interessante seria enriquecer utilizando-se de suas propriedades como um capital pronto para gerar muita riqueza, fosse através da criação de ovelhas para o comércio da lã, ou fosse através do simples

⁶MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

arrendamento. Nascia na Inglaterra, desde o século XV com um maior aprofundamento no XVIII, uma aristocracia produtora e comercial que ganhava autonomia frente ao poder absoluto da Coroa, e frente a um campesinato desestruturado pelas constantes expulsões do campo. Desta feita, para Moore, não fica tão difícil para os leitores imaginarem o fechamento de um acordo entre a burguesia comercial e os nobres proprietários que visavam interesses muito consoantes.

Os EUA iriam diferir totalmente do modelo inglês e francês pelo fato de não terem desenvolvido em seu território um sistema feudal, não terem dito um maciço número de camponeses e a sua agricultura comercial desde o início da colonização ter adquirido alguma importância. A Guerra Civil foi o marco para definir a entrada do país nos rumos da modernidade. As diferenças entre o sul escravista e o norte industrial criaram um cenário propício para o choque. Contudo, explica o autor, tentar imaginar que a guerra estourou apenas pelo fato do sul teimar em manter a escravidão e a velha ordem estamental, enquanto o norte acenava que era hora de acordar para um novo tempo, seria simplista demais. Na visão de Moore, para entendermos por que a guerra foi inevitável faz-se necessário olhar para as terras do oeste que estavam se expandindo rapidamente. A luta pela influência hegemônica sob essas terras foi o que definiu em grande parte a decisão pela opção de iniciar-se a guerra, gerando toda uma discussão que girava em torno de barrar ou permitir o avanço do sistema escravista nas novas fronteiras. A decisão pela permissão refletia-se no aumento das cadeiras do senado, demonstrando as vinculações ideológicas que esses políticos portavam –logicamente o sul se via ameaçado se os novos estados não compactuassem com a escravidão.

O caminho da modernização trilhado pela França acabou levando a sangrenta revolução de 1789. A nobreza francesa não buscou lucrar com a propriedade agrícola como

fizera a inglesa. Para os nobres franceses, a terra era a fonte de onde extraíam suas riquezas pelas mãos dos camponeses, que deviam honrar suas obrigações feudais. A cultura dos *enclosures* não se propagou na França. Se de um lado observava-se a alta burguesia se esforçando por adquirir títulos de nobreza por intermédio real, por outro a média e a pequena burguesia ficavam excluídas de participarem do jogo político. Desta forma acabaram desenvolvendo suas críticas ao Antigo Regime e lutaram pela expansão das práticas liberais para a política, a sociedade e a economia. Os ressentimentos populares de camponeses e *sans-culottes* que tinham caráter reivindicatório diverso da burguesia (caráter capitalista) ajudaram a engrossar o caldo revolucionário e permitiram que a revolução tivesse sucesso e grande alcance. De acordo com o autor, a França realmente só poderia instaurar a modernidade através da revolução uma vez que o poder centralizado definia os papéis que cada um adotava na sociedade, sendo que a nobreza mantinha uma posição mais cômoda por ter uma série de privilégios, não dando, deste modo, espaço para que o modelo parlamentar inglês se desenvolvesse naturalmente. As condições históricas das três nações eram bem diversas.

Tendo a Europa como modelo a ser seguido, em particular a França, a jovem nação brasileira também se deixaria seduzir pela idéia de que só a bandeira liberal indicava a via do progresso de um país. A historiografia brasileira não se manteve alheia ao fato de que esse liberalismo no Brasil jamais poderia ser comparado ao que vinha sendo gerado na Europa e nos EUA – com a presença de uma burguesia em franca ascensão tentando se afirmar no poder. Aqui o contexto histórico era diverso: o liberalismo se manteve cercado por muros muito estreitos, uma vez que o sistema escravista servira para demonstrar os limites do desenvolvimento liberal dentro da monarquia sul-americana.

Os limites do liberalismo brasileiro eram demarcados pela presença do sistema escravista que ainda se mantinha com vigor após a Independência. Mesmo com a ânsia de se apresentar como uma nação civilizada, o Brasil do Segundo Reinado fez a escolha de conviver com o incômodo sistema escravista, pois conceber sua extinção de uma hora para outra poderia significar a ruína econômica. De acordo com Gizlene Neder⁷, mesmo dentro deste limite, o liberalismo desenvolvido no Brasil se expressou no sentido de construir a nação e esteve diretamente vinculado aos interesses da classe dominante composta de proprietários de terras e escravos. O liberalismo entrara no Brasil com o intuito de auxiliar na luta pela separação da Metrópole. Passado o perigo da recolonização, os estatutos liberais se adaptariam as especificidades históricas da formação social, e a partir de então, a tese em defesa da construção de uma nação civilizada e soberana se casou com a idéia de defender a propriedade privada como um bem legítimo e intocável.

“A escravidão era vista como um mal necessário e o braço escravo como sendo insubstituível. Apelava-se para o direito de propriedade – e neste ponto buscava-se fundamentos na própria ideologia liberal: a inviolabilidade da propriedade privada⁸.”

Ricardo Salles⁹ concorda com a tese de que o discurso liberal, no século XIX, se adaptava a realidade de cada nação não podendo ser lido por uma mesma cartilha. No caso brasileiro, o arranjo das classes dominantes em casarem liberalismo e escravidão significou uma realidade possível e não deve ser visto como uma contradição absurda. A escravidão moderna era incorporada ao discurso econômico e a composição de uma hierarquia social, o que justificava a necessidade da sua sobrevivência para o engrandecimento da nação. O

⁷ NEDER, Gizlene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

⁸ *Ibid*, p. 34

⁹ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1996.

liberalismo não deve ser entendido como fator de combate às desigualdades sociais, visto que nem mesmo na Europa existiu tamanha pretensão. Se reformas foram feitas visando melhorias nas condições de vida dos operários, explica Ricardo Salles, essas foram geradas por pressões sociais frente a uma burguesia em busca de legitimação. No caso brasileiro era de se imaginar que o pensamento liberal trilharia outros rumos uma vez que não havia a pressão de uma burguesia ascendente e nem a ação de uma massa operária lutando por um sistema com mais justiça social. Aqui o discurso liberal brasileiro estaria livre das discussões democráticas influenciadas por pressões burguesas e operárias, o que acabaria sendo útil às classes dominantes para demarcarem quem era e quem não era cidadão no Império. Tal situação permitiu que as classes dominantes ligadas a terra conservassem o sistema escravista e justificassem, também, a necessidade de sua presença em bases econômicas e nacionais. Afinal, era o destino de toda a nação que estava em jogo, visto que poderia sofrer um colapso se o cativo viesse a ser extinto.

“A relação entre liberalismo e escravidão, em seu desenvolvimento concreto na primeira metade do século XIX, estava longe de demonstrar inadequações e disfunções. Pelo contrário, ela era marcada por seu caráter orgânico e seria um erro menosprezar o pensamento liberal que se desenvolveu principalmente no Sul dos Estados Unidos e no Brasil Imperial. Não se deve ver contradição, artificialismo, limitação na vigência do liberalismo onde se deveria buscar sua adequação e sentido nestas sociedades. Houve mais que uma convivência histórica prolongada entre liberalismo e limitações de direitos de cidadania em sociedades determinadas, no caso, marcadas pela escravidão¹⁰.”

A estruturação de um ideal liberal pautado na defesa dos interesses das classes dominantes visando a conservação do sistema escravista e da definição de quem merecia

¹⁰ Ibid, pp.132-133.

ser chamado de cidadão atuou eficazmente, de acordo Alfredo Bosi¹¹, entre o período de 1831 e a década de 1860. Época marcada pela construção do Brasil como um Estado autônomo pautado no discurso dos conservadores que buscavam garantir os interesses de uma pequena classe dominante e excluía a maior parte da população do processo político. Todavia, prossegue Bosi, o modelo conservador passou a entrar em crise a partir de 1868 – ano que serve como o divisor de águas entre a fase mais estável dos conservadores e a longa crise do regime monárquico que culmina em 1889 com o advento da república. A ponta do *iceberg* para o início da crise fora marcada pela demissão do Gabinete Liberal Zacarias de Góis. A partir deste fato um novo liberalismo passaria a ser definido por alguns políticos e intelectuais que não sustentariam mais o sistema escravista.

Por volta de meados de 1868, o Brasil ainda não conseguira vencer o Paraguai e nem tomar a fortaleza de Humaitá. O general Caxias comandava as forças brasileiras desde 1866 pelo Ministério Liberal de Zacarias de Góis. Em 1868, alegando que estava sofrendo críticas de jornais ligados ao Ministério, Caxias resolveu pedir demissão e a questão de tamanha gravidade foi levada ao Conselho de Estado. O Imperador deu todo o apoio a Caxias e Zacarias pediu para se retirar do cargo, D. Pedro II aceitou imediatamente a demissão do Ministro sem tentar contornar a situação. Em seguida, o Imperador chamou um Ministério Conservador para compor a Câmara¹², o que causou ressentimentos nos liberais que compunham a maioria nas cadeiras da Câmara. Todo esse quadro foi lido pelos liberais como um abuso do Poder Moderador; uma crise política de grandes proporções foi gerada separando ainda mais liberais e conservadores.

¹¹ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹² A Câmara foi dissolvida em 18 de julho de 1868.

Diante deste quadro gerado pela crise de 1868, o Partido Progressista (1864) formado pela frágil coligação de liberais e conservadores históricos se rompeu. Muitos liberais, em 1870, se tornaram republicanos e outros se uniram para formar um novo partido liberal – o Centro Liberal (1869) que passou a adotar um “novo liberalismo” que inspirava a luta pela reforma eleitoral, reforma jurídica, fim do recrutamento obrigatório e a emancipação dos escravos. O programa do Centro Liberal teve a inspiração de nomes como: Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis, Teófilo Ottoni e Chichorro; buscava ser um compromisso entre teses radicais¹³ e teses progressistas, tais como: eleições diretas nas grandes cidades, Senado temporário, Conselho de Estado apenas administrativo, abolição da Guarda Nacional, abolição gradual da escravidão, liberdade comercial, reformas jurídicas, etc. Para Bosi, o lançamento do Manifesto do novo partido provava essa mudança de atitude: “*No Manifesto do Centro Liberal, lançado em março de 1869, além da radiografia dos abusos que seguiram à subida dos conservadores, avulta a exigência de reformas já então vistas como o necessário meio-termo entre o regresso e a revolução*”¹⁴.

O liberalismo brasileiro, após o ano de 1868, dava provas de que desde o raiar da década de 1860 já vinha se distanciando dos seus compromissos “conservadores” que o geraram nas décadas anteriores. De fato, o debate ainda continuaria a ser centrado na idéia de nação, porém esta não seria mais compatível com a exploração do trabalho cativo e nem sem a ampliação do conceito de cidadania que até o momento se encontrava restrito a poucos.

¹³ As teses progressistas eram defendidas, desde 1866, pelo Clube Radical formado por liberais históricos que escreveram um programa pedindo a eliminação do senado vitalício, a abolição da Guarda Nacional e do conselho de estado, eleições para presidentes das Províncias, voto direto e universal, fim da escravidão. Era, em suma, um programa bastante radical se compararmos com a cartilha saquarema.

¹⁴ BOSI, op. cit, 1992, p. 230.

3. Aureliano Cândido Tavares Bastos

Justamente neste momento tão importante de definições das posições políticas que marcariam a década de 1860, quando os liberais começavam a repensar o uso político da ideologia liberal no país, surge no cenário político a figura de um jovem deputado de 22 anos nascido na Província de Alagoas e repleto de um ideário inspirado em conceitos liberais que segundo ele empurrariam o país rumo ao progresso.

Aureliano Cândido Tavares Bastos nasceu em 20 de abril de 1839 na cidade de Alagoas (hoje Marechal Deodoro) na província de Alagoas. Seu pai, José Tavares Bastos, fora um importante político da região. Em 1854, aos 15 anos, Tavares Bastos foi aceito na Faculdade de Direito do Recife. Um ano depois se transfere com a família para São Paulo, onde seu pai fora removido como juiz de direito, concluindo os seus estudos nesta cidade. Entre o segundo e terceiro ano do curso de direito passou a participar ativamente dos jornais acadêmicos da Faculdade de São Paulo: “*Revista Mensal*” e “*Ensaio Literários*”, nos quais ele redigiu algumas composições poéticas e artigos sobre questões do direito criminal e pela defesa de teses abolicionistas. Além dos estudos e do envolvimento com os jornais acadêmicos, Tavares Bastos também se uniu ao professor José Tell Ferrão para juntos fundarem em 23 de outubro de 1858, o Instituto Acadêmico Paulista com o objetivo de ajudar os estudos científicos e literários dos estudantes da Faculdade. Mais adiante, em 1860, o mesmo educador, ao lançar seu livro “*Exercícios de Composição*” chamaria o jovem amigo para redigir seu prefácio. A melhor biografia de Tavares Bastos foi escrita por Carlos Pontes¹⁵. Datada de 1939, a obra deste autor constitui nossa principal fonte de referência para compor nossos argumentos sobre a vida do deputado alagoano. Pontes

¹⁵ Carlos Pontes foi o melhor biógrafo de Aureliano Cândido Tavares Bastos, de sua obra nós tiramos a maior parte das informações. PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

acreditava que a amizade entre o aluno e o professor ajudaria a firmar em Tavares Bastos a admiração pelos EUA, uma vez que José Tell Fernão havia estudado naquele país, tendo assim passado a seu pupilo o gosto pela leitura de Tocqueville. De fato, o livro “*A Democracia na América*” representaria uma das principais fontes de citações que direcionariam as reflexões de Tavares Bastos em relação a vários assuntos relacionados com a nação norte-americana.

Em 1858, ele recebeu o grau de bacharel em Direito. Um ano depois, aos 19 anos, por insistência contundente dos professores, Tavares Bastos tomou o diploma de doutor seguindo meses depois para o Rio de Janeiro. Na capital, ele recebeu a nomeação de oficial da Secretaria da Marinha, mas sendo exonerado do cargo em 1861 em represália aos discursos parlamentares que proferiu sobre os negócios do ministério da Marinha. Em 1860, quando contava 21 anos, candidatou-se ao cargo de deputado por sua província natal através do Partido Liberal. Estando longe de sua terra, por conta dos estudos em São Paulo, Tavares Bastos precisou pautar sua candidatura no nome de sua família, conseguindo com isso ser eleito com quase unanimidade. No ano seguinte, Tavares Bastos tomou posse de sua cadeira na Câmara dos Deputados. Naquele momento ele era o mais jovem dos parlamentares, tinha apenas 22 anos. Ao todo conseguiria ter três mandatos: 1861-1863, 1864-1866, 1867-1870; não completando este último devido aos problemas do Ministério Zacarias com o Imperador que decidira dissolver a Câmara em 18 de julho de 1868. Nos meses de estréia, seus discursos visavam atender pequenas necessidades de sua província. Todavia a partir de julho de 1861 ele começou a fixar seus discursos em torno de questões relativas a Marinha Brasileira. Por ser oficial-secretário tinha acesso as fontes relativas a este ministério e logo começou a destrinchar suas críticas em relação ao orçamento e demonstrou a sua posição contrária ao serviço militar obrigatório. O então ministro da

Marinha, Joaquim José Inácio suportou as críticas até 16 de setembro quando por fim resolveu exonerar Tavares Bastos do cargo. O motivo alegado fora a incompetência do funcionário. O ato da exoneração geraria em Tavares Bastos o sentimento da revanche, sendo este impresso por meio de cartas enviadas ao Correio Mercantil (setembro de 1861 a abril 1862), nas quais o crítico autor, sem se identificar, debatia os mais variados assuntos políticos do momento deixando bem claro que nada havia de incompetência nas suas linhas.

No ano de 1862, subiu ao poder o gabinete liberal do Marquês de Olinda. Tavares Bastos passava a se sentir mais à vontade para lutar pela implementação de uma linha a vapor que ligasse o Brasil aos EUA, apresentando a sugestão da criação da subvenção de 200 contos de réis para a companhia que fizesse a navegação direta entre Nova Iorque e Rio de Janeiro. Seria igualmente neste ano de 1862 que ele levantaria pela primeira vez a proposta de se abrir o Amazonas para o livre comércio com o mundo.

No mês de abril de 1864 surgiu o convite – por parte de seu amigo o ministro José Antônio Saraiva, para ingressar na “Missão Saraiva”, destinada a ir ao Uruguai analisar a situação política da região do rio Prata em vista dos interesses do governo brasileiro. Tavares Bastos ocupou o cargo de secretário na missão. A missão regressou ao Rio de Janeiro no mês de setembro¹⁶. Em meados de 1865 uma nova viagem, desta vez Tavares Bastos parte para a região do Amazonas buscando desenvolver seus estudos sobre a importância econômica daquela parte do Brasil. Ele buscava provar que a adoção de uma política mais liberal traria desenvolvimento aos habitantes daquelas terras. Retornou à Corte empolgado com o sucesso da viagem. Decidiu, então, publicar suas impressões e

¹⁶ “No início da década de 1860, Saraiva era o responsável pela negociação dos conflitos na região do Prata. Segundo Nabuco, apesar de não evitar a guerra, foi graças à sua habilidade que a Tríplice aliança se formou em torno do Brasil, e não o contrário.” Ver o verbete sobre José Antônio Saraiva escrito por Keila Grinberg, *In: VAINFAS, Ronaldo (org.) Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.242.

conclusões numa série de artigos impressos nos meses de janeiro a maio de 1866 pelo “Diário do Rio de Janeiro¹⁷”. Em dezembro, a Casa Guanier reuniu esses artigos e os transformou em um livro com o título de “*O Valle do Amazonas*”.

Após o retorno do Amazonas, ele se casou em 27 de janeiro¹⁸ de 1866 com Maria Teodora Alves Barbosa, órfã de pai e mãe, sendo filha de um importantíssimo fazendeiro¹⁹, o capitão Antônio Rodrigues Alves Barbosa. Tavares Bastos e Maria Teodora viriam a ter uma única filha – Elisa Tavares Bastos. Com o recesso parlamentar no mês de outubro de 1867, Tavares Bastos, acompanhado por sua esposa, fez a sua primeira viagem à Europa. Todavia o começo da viagem foi de todo muito difícil para ambos, devido a uma infecção de tifo que os atingiu em Bordeaux. No mês de maio de 1868, eles retomaram o caminho para o Brasil e de acordo com Carlos Pontes, após esse retorno, Tavares Bastos começaria demonstrar sua profunda desilusão com a vida política. Em carta enviada ao Barão de Penedo expressava a sua tristeza em ter que voltar ao “matadouro” dirigido por “imbecis” que governavam o país²⁰. Frente à crise política instalada em 1868, quando ele perdera o cargo de deputado, resolveu se abster de concorrer outra eleição preferindo se unir a seus correligionários na fundação do Centro Liberal e na propagação de artigos para os órgãos liberais fazendo oposição direta ao governo através de dois periódicos: “A Reforma” e o “Diário do Povo”.

¹⁷ O Jornal do Rio de Janeiro, nesta época, era dirigido por Quintino Bocaiúva.

¹⁸ De acordo com Theonilla Tavares Bastos, irmã de Tavares Bastos, o casamento ocorreu em 13 de dezembro de 1865. Todavia, Carlos Pontes aponta a data que citamos acima.

¹⁹ Conta a irmã de Tavares Bastos, Theonilla Tavares Bastos, querendo ressaltar o caráter abolicionista do irmão, que ele recebera muitos escravos como dote de casamento, todavia liberou todos os cativos logo em seguida. “O Paiz”, datado de 12 de dezembro de 1901.

²⁰ “*Ali vou para o matadouro da câmara, não com esperança. De êxito satisfatório, mas firme e resoluto no meu propósito de não aturar os imbecis que nos governam e que nos hão de governar. É uma luta inglória, e que me não deixará muitos anos de vida, mas como é por gosto, pouco importa. Confesso a V. Ex.^a que regresso ao Brasil triste e penseroso. Detesto aquela vida política do nosso país, mas... não posso abandoná-la.*” Carlos Pontes cita esta carta na página 162 que foi localizada por ele na Coleção do Barão de Penedo.

Com a saúde bastante desgastada, foi recomendado pelos seus médicos que seguisse com a esposa e filha para a Europa (abril de 1874) buscando tratamento. Todavia, ele não conseguia deixar escapar a oportunidade de ampliar seu estudo sobre línguas e desenvolver suas teses sobre o ensino público através da observação dos programas políticos adotados pelos países europeus em que se encontrava por conta do tratamento. Mesmo passando por várias estâncias de cura e visitando inúmeros médicos, Tavares Bastos não sobreviveu, morrendo de pneumonia dupla em dezembro de 1875 na cidade francesa de Nice. No ano seguinte seu corpo chegou ao Rio de Janeiro sendo sepultado no cemitério São João Batista no dia 03 de maio. De acordo com a pesquisadora Cláudia Rodrigues²¹, o enterro de Tavares Bastos chamou a atenção da imprensa por ter excluído “qualquer cerimônia religiosa”, tendo um caráter totalmente civil – “uma exceção” frente à regra dos pomposos funerais repletos de símbolos religiosos.

4. Divulgando idéias

A partir de 1861, Tavares Bastos começou a divulgar suas idéias frente ao público leitor de sua época. Para iniciar a apresentação de suas teses escrevera um opúsculo intitulado “*Os males do presente e as esperanças do futuro*”²² se fazendo apresentar com o pseudônimo de “*Um Excêntrico*”. Neste opúsculo, ele tentava demonstrar que os “males” do Brasil tinham sua origem na herança portuguesa impressa pelos séculos de colonização e pela prática de um “*absolutismo depravado*”²³ que havia tolhido as ações individuais dos habitantes da colônia tornando-os “*decadentes*”. A instalação do sistema escravista também

²¹RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2002.

²²BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2.ed. São Paulo: Nacional. Brasília, 1976.

²³ Ibid., p.29.

teria representado um mal, pois “*pervertera*” a ordem natural do trabalho corrompendo os costumes. A independência não conseguiu romper com as antigas práticas metropolitanas e a continuidade desses costumes não permitiram que o Brasil avançasse rumo ao patamar de civilização alcançada pela Inglaterra, França e EUA. A partir deste pequeno trabalho, Tavares Bastos começou a apontar que as “*esperanças futuras*” somente nasceriam da adoção de uma rota mais liberal.

Tavares Bastos afirmava que a colonização portuguesa e sua herança haviam sido malévolas para o Brasil, enquanto os povos do norte da Europa, por terem sido regidos por instituições “melhores” e por terem o “*espírito forte e a vontade indomável dos povos de raça germânica*”²⁴, conseguiram trilhar uma via de desenvolvimento. Os ibéricos, ao contrário, haviam se mantido em atraso – assim pensava Tavares Bastos para compreender a carga de problemas que o Brasil apresentava. A presença portuguesa não teria trazido vantagens para o Brasil, pois a sede de ouro que a terra pródiga oferecia não inspirava aos portugueses a criação de nada. A formação do povo também teria sido constituída de forma deficitária, pois não bastando acreditar terem vindo os piores elementos de Portugal para o Brasil, Tavares Bastos acrescentava que os portugueses acabaram por envenenar ainda mais a futura sociedade brasileira ao instituírem a escravidão indígena e negra, alterando completamente a ordem natural do trabalho. O sistema colonial impediu que o trabalho livre se desenvolvesse e em nenhum lugar do mundo “*foi o regime observado com mais severidade e mais solícita avareza*”²⁵ do que nesta colônia portuguesa. Usando de metáforas como “santificado suor” que denunciavam seu “catolicismo ilustrado”, Tavares

²⁴ BASTOS, op.cit., “*Cartas...*”,1975, p.89.

²⁵ BASTOS, op.cit., “*Os males...*”,1976, p.31.

Bastos construí uma visão bastante depreciativa dos indivíduos que vieram de Portugal para povoar a colônia tropical.

“Ora uma sociedade formada por indivíduos, não só de ínfima classe em grande parte condenados, como de ambiciosos de dinheiro ganho sem o santificado suor do trabalho, uma sociedade tal considera a indolência felicidade, a rapacidade indústria, a moeda riqueza, a ignorância virtude, o fanatismo religião, o servilismo respeito, a liberdade de espírito um pecado que se expia na fogueira, e a independência pessoal um crime de lesa-majestade”²⁶.

Poucos anos mais tarde, Tavares Bastos voltaria a elogiar o espírito inglês em suas “*Cartas do Solitário*”²⁷, livro inspirado nos artigos remetidos ao Correio Mercantil. Ele exprimia toda a sua admiração ao tipo de colonização desenvolvida pelos ingleses, o que teria propiciado o progresso norte-americano. Nosso autor não poupou vocabulário ao tecer louvores a política inglesa, achava que esta teria sido mais prudente e justa com suas colônias. Pela herança inglesa, a Nova Inglaterra pode se transformar “*na poderosa, rica, vasta, ilustrada, livre, inteligente, generosa, audaz república dos Estados Unidos da América*”²⁸. Os colonos ingleses não tiveram que suportar a opressão dos capitães-mores, nem o “*fanatismo católico*”²⁹. Ao contrário, a América do Norte foi pisada pelos quakers e outras seitas independentes, sendo governada por verdadeiros “*lordes*” ingleses.

“Porque, desde os seus começos, desde a primeira povoação, fecundou-as o espírito liberal da reforma protestante, a moralidade, o amor ao trabalho, a inteligência, a perseverança, a consciência da dignidade humana e o zelo da independência pessoal, que são o verbo do evangelho e constituem os grandes característicos das raças do norte do globo”³⁰.

²⁶ Ibid., “*Os males...*”, p.31.

²⁷ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 4.ed. São Paulo: Nacional, 1975.

²⁸ Ibid., p.228.

²⁹ Ibid., p.56.

³⁰ Ibid., p.226.

O instigante livro “*O espelho de próspero*”³¹ de Richard M. Morse chamou nossa atenção ao inverter a lógica propagada por tantos intelectuais – sejam latino-americanos, europeus ou norte-americanos, de que o mundo ibérico e suas ex-colônias se mantiveram atrasados em relação ao mundo anglo-saxão que viveu uma onda incessante de desenvolvimento. O autor destacou que durante a Idade Moderna, caminhos políticos diversos foram traçados pelos “dois mundos”, devido à trajetória histórica vivenciada por cada qual. O livro de Morse nos fornece várias pistas para compreendermos as diferenças de pensamentos políticos desenvolvidos pelo mundo ibérico e pelo mundo anglo-saxão durante a formação de suas monarquias centralizadas. A filosofia política das metrópoles transmigraria para as colônias americanas, enfraquecendo-se ou fortalecendo-se com o advento da modernidade.

Richard Morse inicia sua teoria apresentando o caso dos reinos ibéricos –Portugal e Espanha, afirmando que ambos trilharam caminhos muito similares. As únicas diferenças viriam do fato de Portugal ter se estabelecido antes, ter possuído uma homogeneidade territorial muito maior que a Espanha, e de não ter passado por “*uma limitada primavera humanista*”³². Neste último ponto, a Espanha diferiu mais de Portugal pelo fato de ter entrado em contato com uma cultura renascentista, sem contudo significar uma época de “interlúdio”. Entretanto, ambos os reinos recém-criados estavam desafiando as fronteiras europeias; um mundo totalmente novo e “*desordenado*” estava surgindo diante de seus olhos; este fato acabaria por ajustar suas correntes políticas à visão de mundo tomista³³.

³¹MORSE, Richard M. *O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

³²Ibid., p.43.

³³São Tomás de Aquino (1225-1274): o sistema filosófico tomista se baseia na reforma da teoria aristotélica, adequando a razão com fé. Aristóteles (384-322 a C) desenvolvera a teoria política do governo ideal: o governo de muitos, de poucos, e de um só –o homem é um animal político. Tomás de Aquino reformou a teoria política aristotélica afirmando que existia um direito natural baseado na razão que levava a lógica da

O tomismo foi a melhor teoria política e filosófica adotada pelos dois reinos naquele momento, pois exprimia uma visão de mundo hierarquizado e universal, sendo mais bem qualificado por conseguir casar a teologia especulativa com a filosofia racional, criando um equilíbrio entre a fé e o mundo material. A Igreja era representada como “*um corpo místico*” e o Estado como um “*corpo político e moral*”. O contato com outros povos não-cristãos precisava ser encaixado num esquema hierárquico, no qual o rei se manteria acima de todos regulando e ordenando cada um dos membros, dos grupos sociais. Estivessem eles dentro do reino, estivessem nas colônias, os membros deveriam se manter unidos pela vontade real que nada mais seria que a vontade do próprio ser divino, a união responderia por uma harmonia entre as partes que inter-ligadas deveriam buscar o bem-comum e a salvação de todas as almas através da ação da Igreja Católica.

Para o caso inglês, o autor explica que a escolha mais acertada de um pensamento político que justificasse a construção da monarquia centralizada só surgiu em meados do XVII, ou seja, bem mais tarde se comparado com o caso ibérico. O caso do tomismo não faria sentido numa Inglaterra que se debatia em lutas religiosas, revoluções científicas, políticas e comerciais. A opção inglesa se forjou dentro deste contexto de agitações políticas que proporcionou o advento de dois pensadores: Thomas Hobbes e John Locke. Ambos foram fundamentais para a construção de uma via política inglesa que resultou na necessidade do respeito às crenças individuais visando à harmonia política. Uma via política que pregava maior respeito às liberdades individuais, se afastando das teorias de sociedade gregária, acabou sendo desenvolvido pelo contexto histórico específico do caso inglês. Essas teorias foram sendo transportadas pelos puritanos que aportavam na América

salvação, assim o governo ideal era aquele que abarcava a todos os homens hierarquicamente, mas visando o mesmo propósito para todos os níveis: a salvação da alma.

do Norte em busca de exatamente mais liberdade. Portugal e Espanha não viveram opções semelhantes.

Para Richard Morse, ambos os pensadores ingleses do século XVII desenvolveram uma certa sensibilidade para compreenderem a conjuntura histórica em que viviam. Construindo pensamentos distintos, mas ambos inscritos no contratualismo, Hobbes representava a "ordem" e Locke a "liberdade". Pela teoria de Hobbes³⁴, os homens seriam egoístas por natureza e somente os pactos poderiam criar a harmonia e a ordem, "*a manutenção da paz e da ordem é mais importante para o governo que o cultivo da vida cristã e do bem-estar comum*"³⁵. Uma perspectiva, portanto, diversa do tomismo do Mundo Ibérico, pois as questões teológicas eram, segundo Morse, relativizadas por Hobbes que formulou uma concepção mais secularizada da política. Por sua vez, Locke³⁶ defendia a liberdade dos indivíduos no que concerne a defesa dos direitos, tais como a "propriedade privada" e a liberdade pessoal de ter escolhas políticas e religiosas. Foi portador de uma nova ética política em processo de formação e consolidação que sustentaria a burguesia na sua caminhada pela expansão social e política que viria à tona no final do século XVIII.

Certamente que o ponto de partida desse processo de adoção da melhor teoria política praticada pelos reinos europeus, como dissemos antes, acabou migrando para as colônias americanas. Pelas conclusões de Richard Morse, os EUA acabariam entrando na modernidade com os ideais liberais e individualistas muito bem definidas. Enquanto a América Latina traria ainda a herança ibérica da sociedade vista como um todo, na qual as

³⁴Thomas Hobbes, filósofo inglês (Westport 1588-Hardwick 1679). Seu pensamento rompia com as explicações teológicas –os homens, no estado de natureza, numa luta generalizada pela sobrevivência, delegaram todo o poder ao Estado (ao monarca) para que a paz fosse garantida.

³⁵ Ibid, p. 62.

³⁶ John Locke, filósofo inglês (Wrington 1632 – Oates 1704). Como opositor dos reis Stuart, criou uma teoria que definia que o poder do Estado (monarca) vinha de um livre contrato entre o povo e o líder para que a propriedade privada fosse garantida. Se o rei não obedecesse às regras do contrato, esse poderia ser rompido. Foi um defensor convicto da liberdade religiosa e de pensamento.

partes só sobrevivem ligadas. É justamente neste ponto que o autor vê o processo de modernidade da América Latina com um olhar positivo, pois observa a totalidade inspirando-se num ideal de vida comunitária, com aspirações humanitárias para todos os membros. O “atraso”, por refletir um ideal de sociedade gregária, seria portanto uma vantagem. Evidentemente, a inversão do espelho proposta por Richard Morse não deixava de ser uma crítica ácida feita à excessiva fragmentação da sociedade anglo-americana afetada pelo “individualismo possessivo”³⁷.

Nesta perspectiva, o pensamento de Tavares Bastos representaria o contrário da tese de Richard Morse. Para Luís Werneck Vianna³⁸, Tavares Bastos poderia ser classificado como um adepto da via americanista por sua “rejeição radical”³⁹ a via ibérica, sendo a favor que o Brasil passasse a adotar uma cultura mais prática, menos pautada na retórica viabilizando a reforma liberal das instituições políticas. Tais reformas nunca deveriam ocorrer por bases populares, mas antes pelos próprios estadistas, ou seja, pela própria classe dominante. Isto explicaria o fato de Tavares Bastos não querer ver o fim do regime monárquico, cabendo apenas a reformar deste sistema. Todavia, pela análise de Werneck Vianna, os americanistas como Tavares Bastos acabavam por criar uma contradição nos seus argumentos, pois ao se recusarem a aceitar como positiva a via ibérica, e por vislumbrarem a construção de reformas pelas mãos das classes dominantes

³⁷ Ver a obra de C.B. Macpherson, no qual o autor analisa que a teoria do individualismo possessivo surgido no século XVII se prolongou pelo dias atuais pregando que “...o ser é livre e humano em virtude de sua exclusiva propriedade de sua própria pessoa, e de que a sociedade humana é essencialmente uma série de relações de mercado...” p.282. De acordo com Macpherson, a sociedade do individualismo possessivo é regida pelas relações de mercado que geram competitividade em todas as classes: “coloca cada um por sua própria conta”, p.283. MACPHERSON, C.B. *A teoria do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

³⁸ VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

³⁹ VIANNA, Luiz Werneck. *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*. In: DADOS: revista de ciências sociais. Vol.34, n.2, 1991, p.156.

(por temerem as ações sociais), se esqueciam que tal controle dos grupos populares só se fazia mais eficaz graças à opção tomista de integração das partes pelas mãos do Estado. Tavares Bastos desenvolveria suas teses tentando conciliar essa contradição: criar um país liberal bem aos moldes da Inglaterra e dos EUA, mas com um Estado presente frente ao controle social, evitando que a “barbárie” tomasse o poder ou praticasse reformas pela base.

“O americanismo não era concebido como uma ampla reforma sociopolítica, moral e intelectual, menos ainda como um projeto popular. Consistia na estratégia de estadistas que visavam o futuro do país, inscrevê-lo no movimento civilizatório, impelidos por imperativos racionais e não pela representação de interesses concretos com os quais estivessem articulados. Tavares Bastos coincide com Alberdi e Sarmiento na desvalorização dos setores subalternos nacionais⁴⁰”.

O Estado descentralizado de Tavares Bastos seria o responsável por construir uma sociedade civil. Afinal o país precisava ser preparado para entrar numa verdadeira era de modernidade que até então não tinha feito se sentir de fato: faltavam cidadãos no Brasil e faltava liberdade política. A descentralização política seria fundamental para Tavares Bastos, pois a autonomia das províncias resultaria em crescimento econômico e mais agilidade da máquina administrativa provincial, libertando-as do peso e da lentidão da burocracia da Corte, sem falar do caráter absolutista que a centralização do Rio de Janeiro representava, tolhendo as iniciativas de grupos e indivíduos – o conceito de livre iniciativa, tão caro ao mundo liberal e que faltava aos habitantes do Brasil, precisava ser adquirido. Quanto à formação de cidadãos, esta só se resolveria com a adoção do trabalho livre, em que Tavares Bastos identifica uma profunda ligação entre o desenvolvimento do capitalismo liberal com a formação de um povo mais operoso. Em grande parte, a formação desse povo se daria pela a entrada maciça de imigrantes europeus que sendo portadores de

⁴⁰ Ibid, p. 159

bons costumes e do ideal do trabalho livre ajudariam a acelerar o processo de construção do povo brasileiro.

As “histórias das nações” serviam de base para confirmar a sua crença na mudança por medidas mais liberais. Tavares Bastos gostava de se remeter à forma inglesa de se governar que agia abrindo espaço para o desenvolvimento da autonomia de quase todas as suas colônias, criando elementos para a constituição de um sistema representativo – era um exemplo de Estado forte que implementava reformas, mas sabendo respeitar uma descentralização que visaria o desenvolvimento do seu vasto Império.

“Na época de renovação e transição, por que estão passando os povos civilizados, a melhor garantia e o bem mais apreciado é o de um governo forte, porém democrata, como a Inglaterra, que, firme nos seus gloriosos rochedos do Norte, domina impassível as tempestades do continente; - ou ainda, como esse governo jovem, igualmente forte, e não menos democrata, que pôde resolver na Itália moribunda, o problema, suplício de todos os jovens corações generosos, de Dante, de Rossi, de Manzoni, o problema de uma grande nacionalidade constituída sobre as eternas bases da autoridade sem tirania, da liberdade sem demagogia”⁴¹.

Aureliano Cândido Tavares Bastos alertava que as reformas pela liberdade deveriam ser feitas para que o pior fosse evitado: uma revolta popular, pois *“a revolução leva à anarquia, a anarquia ao despotismo, e o despotismo à revolução ... Eterno círculo vicioso, a que parecem condenados, no século XIX, os povos da raça latina, sobre cuja cabeça ainda não se ergueu o verdadeiro sol da liberdade!”*⁴² A tese do perigo de uma reforma feita pela base servia como elemento para convencer seus pares da lucidez de suas idéias.

⁴¹ BASTOS, op.cit, “Os males...” 1976, p.45.

⁴² Ibid., p.43.

5. Economia Liberal

O jovem Aureliano Cândido Tavares Bastos era um entusiasta dos ideais liberais. Do início de sua vida pública até o final de sua curta existência, sempre defendeu o estandarte desta doutrina, na qual acreditava que deveria se espalhar pelos quatro cantos do mundo e unir seus povos que compartilhariam as mesmas trilhas do comércio livre e das instituições democráticas. Para Tavares Bastos, o liberalismo era única via existente que poderia levar as nações ao caminho da modernidade e do progresso: não existia outra alternativa. Qualquer nação que pretendesse carregar o rótulo de civilizada jamais poderia cambalear e nem servir a dois senhores: a decisão deveria ser taxativa, não poderia haver espaço para práticas antigas frente ao grande terreno que se esperava semear.

Justamente por ter uma grande crença no liberalismo é que com tanta insistência denunciava a seus pares, na arena política e também nas folhas da imprensa frente à atenção da opinião pública, o quanto o futuro do Brasil estava sendo comprometido, uma vez que o governo imperial insistia em manter uma “*política chinesa*”⁴³ ao não se abrir para o comércio mundial deixando os portos do Amazonas fechados. Reclamava que o governo não investia seriamente na imigração e não permitia a autonomia das províncias e dos municípios. Ao contrário, preferia agir como um polvo disforme que vai lançando da Corte seus tentáculos pelo imenso território do país atrasando a engrenagem do progresso com o excesso de burocracia. Além do mais, os habitantes do Império brasileiro não podiam adquirir nem um senso de autonomia e responsabilidade, características tão caras aos espíritos que aspiram pela liberdade e pelo desenvolvimento pleno de suas faculdades.

⁴³BASTOS, op.cit, “*Cartas...*” 1975, p.200. Aureliano Cândido Tavares Bastos fazia uma alusão ao Império chinês que preferia se fechar ao comércio com os países ocidentais.

Entre os meses de setembro do ano de 1861 e abril de 1862, Tavares Bastos escreveu uma série de cartas repletas de conteúdo político ao jornal “*Correio Mercantil*”⁴⁴. Nessas cartas, ele analisava a situação política do momento e expunha sua opinião na crença de que somente as alternativas de cunho liberal encaminhariam o país para uma via segura. As publicações de suas cartas vinham assinadas com o pseudônimo de “Solitário”, o que acabou gerando certo furor entre os leitores do jornal por quererem saber quem afinal era o tão destemido escritor solitário que escrevia da Tijuca e se mostrava tão seguro de seus projetos político-sociais e abordava temas polêmicos tais como a escravidão e a falta de interesse político pela sorte do povo, com total clareza e sem melindres. Somente com a última carta datada 03 de abril de 1862 é que veio a revelação por parte dos diretores do jornal anunciando que o Solitário era o já conhecido deputado alagoano Tavares Bastos que tinha sido ofendido brutalmente pelo governo ao ser demitido do cargo de Secretário pelo próprio Ministro da Marinha através da falsa alegação de ser um funcionário incompetente. Assim, a série de cartas publicada pelo *Correio Mercantil* servia para o jovem escritor demonstrar o seu valor.

No mesmo ano de 1862, os artigos foram publicados em um único volume com o título de *Cartas do Solitário*, sendo reeditado em 1863 com novos apêndices e vários comentários do autor, além das cartas virem separadas por assuntos. Nessas primeiras cartas se encontram suas idéias acerca de um governo descentralizado que permitiria o pleno desenvolvimento de práticas políticas de cunho mais liberal.

De acordo com sua argumentação, todos os males que o Brasil carregava cabiam antes de tudo não a um indivíduo específico que tenha chegado ao poder ou a um partido

⁴⁴ Fundado em 1852, por Otaviano de Almeida Rosa, esse jornal conseguiu reunir os intelectuais mais representativos de sua época. Era um jornal cheio de variedades, que logo se tornou bastante lido no Rio de Janeiro.

político, mas sim devido à onipotência do Estado e sua máquina administrativa que com sua roda central vinha emperrando as pequenas engrenagens que ligavam as províncias do Império. Os princípios liberais, tão caros a Tavares Bastos, eram entravados pela mão do Estado que não permitia que as leis econômicas liberais ganhassem força no Brasil do segundo reinado. Leis elementares como “*tempo é dinheiro*” e “*iniciativas com responsabilidades diretas de cada trabalhador frente as suas decisões*” eram totalmente invertidas pelo “*demônio da centralização*”⁴⁵. No Brasil Imperial, o tempo não era dinheiro, mas sim “remédio” para se ir adiando soluções e os funcionários não podiam gozar de iniciativa própria, sendo que sob eles não pesavam as responsabilidades.

Um dos piores problemas criado pelo excesso de centralismo estatal seria a falta de autonomia e de estímulo para o trabalho, o que gerava uma fraqueza de ânimo no povo que via suas ações acorrentadas por um Estado superprotetor que não dava liberdade a seus filhos. Tavares Bastos lembrava a seus leitores que o governo havia aprovado uma lei⁴⁶ que proibia a formação de qualquer companhia ou associação sem uma licença de aprovação vinda diretamente da Corte, dada diretamente pelo Conselho de Estado. Todo o direito tinha, o Conselho de Estado, de negar o pedido ou de alterar a proposta inicial. Tavares Bastos calculava que até ser aprovado ou modificado o pedido inicial consumia-se em média um ano. Tamanha barbaridade aos olhos de Tavares Bastos significava antes de tudo a incoerência de um país que pretendia igualar-se as grandes nações civilizadas do século. Desta forma, a fraqueza de ânimo não era a única doença causada pelo centralismo havia vários outros “cânceres” resultados deste “mal” como o total desperdício de tempo, a

⁴⁵ Ibid., “*Cartas...*”, p.13.

⁴⁶ Lei de 22 de agosto de 1860 que submetia ao governo central a aprovação dos estatutos e a concessão da licença para a abertura de uma sociedade anônima ou companhia.

demora e a os embaraços nos expedientes; o grande número de funcionários em diversos setores sem que se tenha necessidade para isto; e o domínio dos interesses da Corte que ia acumulando os negócios em torno de si.

Em sua última obra “*A Província*”⁴⁷, quando já no auge de sua maturidade intelectual, Tavares Bastos repôs a discussão de antigos temas expostos em suas cartas quando tinha seus 23 anos. Nota-se, então, que em 1870 a sua visão havia se ampliado e algumas questões tinham sido repensadas. Porém, a mesma maneira firme e decidida de tratar problemas tão delicados para o momento político, bem como a mesma tendência a querer alertar para o futuro infeliz que o país poderia trilhar se algo não fosse feito, continuavam.

Gabriela Nunes Ferreira, em seu trabalho intitulado “*Centralização e descentralização no Império*”⁴⁸, realçou um ponto importante entre as duas obras do deputado: em “*Cartas do Solitário*” o discurso de Tavares Bastos defendendo a descentralização se voltava para enumerar o melhoramento econômico do país, pois “*nesse momento, as reformas econômicas de cunho liberal ainda têm para ele um peso predominante, comparada aos problemas político-institucionais*”⁴⁹. Contudo, de acordo com a autora, em a “*Província*” os problemas de cunho administrativo aparecem em maior relevo, tornando quase como uma questão de honrar a luta pela descentralização como forma de agilizar o progresso em todos os níveis; isso porque:

⁴⁷ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província*. São Paulo: Nacional, 1975.

⁴⁸ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: O debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Trinta e quatro, 1999.

⁴⁹ *Ibid.*, p.74.

“...no tocante à centralização, Tavares Bastos alarga a sua crítica do campo administrativo para o terreno mais propriamente político. Ao binômio indivíduo/poder central, o autor antepõe agora o binômio província/poder central. A província torna-se a personagem central na crítica de Tavares Bastos ao “centralismo monárquico” e na sua proposta de reforma político-institucional.⁵⁰”

Sendo assim, em “A Província” o tema da centralização e suas conseqüências nefastas se tornavam o carro chefe de suas argumentações para explicar o retrocesso do Brasil e a sua dificuldade em se inserir num padrão de modernização ditado por medidas liberais. O centralismo era considerado, de longe, o grande destruidor da primeira necessidade humana: a liberdade. Tavares Bastos lembrava que somente com os cidadãos vivendo sob o sol da liberdade poder-se-ia originar o verdadeiro desejo de ver a pátria prosperar, visto que com a ela nascia o senso de responsabilidade que era capaz de fermentar nos corações o amadurecimento dos indivíduos que verdadeiramente passariam a lutar pelo bem coletivo. Sem a luz do sol da liberdade, a inércia corrói os indivíduos que se vêm amarrados por um Estado onipotente pronto para tolher qualquer ação dos cidadãos. Utilizando-se de metáforas com conteúdos retirados das ciências biológicas, Tavares Bastos denunciava a corrupção (tão comum na tradição brasileira) como uma doença que infectava tanto aos grupos abastados como aos mais miseráveis escravos, isso por conta do servilismo e da falta de iniciativas pessoais frente a um sistema que a todos pretendia controlar.

“Nesses dias nefastos em que o poder, fortemente concentrado, move mecanicamente uma nação inteira, caracterizam o estado social a inércia, o desalento, o ceticismo e, quem sabe, abaixo idolatria do despotismo, o amor às próprias cadeias. Daí a profunda corrupção das almas, abdicando diante da força ou vil interesse. E não é nas classes inferiores somente que lavra a peste: os mais inficionados pelo vício infame da degradação são o que se chama as classes elevadas⁵¹.”

⁵⁰ Ibid., p.75.

⁵¹ BASTOS, op.cit, “Cartas...”1975, p.17.

Problema complexo e de extremo perigo, demonstrava o “Solitário” na época de suas cartas ao Correio Mercantil, o centralismo fazia com que dois países atuassem no mesmo palco: o país oficial e o país real com uma grande distância entre ambos. Através de um sistema político dissimulado, o poder moderador⁵² subjugava o Parlamento em suas mãos e os recursos da administração que deveriam produzir a justiça para o povo eram utilizados para conservar maiorias nas cadeiras do parlamento. Todo esse sistema político abria-se para um largo culto à mentira em todos os níveis, como escrevera: “*De franqueza carece o Brasil. Temos em abundância a mentira oficial, a mentira ministerial, a mentira diplomática, a mentira pública e a mentira particular. Verdade nua e crua: eis a primeira necessidade do país*”⁵³.

Sendo a luta pela liberdade um dos seus ideais mais caro, tornava-se lógico que essa batalha não se restringiria apenas ao campo político, mas também abarcaria o campo econômico. Tavares Bastos realmente mostrou ser um aluno aplicado nos estudos da cartilha liberal, pois acreditava piamente que a adoção de práticas mais livre para o comércio traria benefícios imensos para as populações menos favorecidas, uma vez que a lei da livre concorrência ocasionaria a diminuição dos preços dos produtos consumidos.

É realmente interessante notarmos a bagagem teórica e a riqueza de detalhes que Tavares Bastos possuía ao se referir à situação comercial brasileira em toda a extensão do Império. Tamanha bagagem sobre a situação do privilégio da cabotagem no país havia sido conquistada durante o tempo em que atuou como Secretário da Marinha, quando então pode ter contado com vários dados estatísticos e relatórios de Estado. Portanto, o período de

⁵² Devemos chamar a atenção para o fato de que “A Província” ter sido publicado em 1870 e sua inspiração havia surgido da série de artigos que Tavares Bastos escreveu para o jornal “A Reforma” em 1869. Este jornal era o veículo de denúncia que o Centro Liberal se servia para atacar a política conservadora e expressar a mágoa nascida com o golpe de 1868.

⁵³ BASTOS, op. cit., “*Cartas...*” 1975, p.226.

trabalho realizado dentro do Ministério da Marinha lhe foi de grande utilidade para desenvolver conteúdos e referências tão específicas sobre assuntos econômicos, dando-lhe grande autoridade para explicar livremente sobre o tema⁵⁴.

Afirmava, com base nesses estudos, que o privilégio nacional que levava ao monopólio de certos comerciantes em determinadas áreas majorava o preço dos produtos comercializados, o que germinava ódios mudos entre os habitantes das províncias, pois sofriam a exploração dos comerciantes privilegiados das grandes capitais. Os povos das pequenas províncias eram os que mais sentiam o exclusivismo comercial e grande parte dos males que afetavam essas populações nascia da falta de liberdade no sistema de cabotagem. Não resulta apenas de uma simples opressão que as províncias maiores faziam sobre as menores, mas sim pelo fato de se encontrarem isoladas sem portos abertos para se comunicarem com o mundo. Os navios do Rio de Janeiro seriam os que ganhavam com o privilégio da cabotagem fazendo com que os gêneros agrícolas encarecessem muito nas províncias mais distantes.

Tavares Bastos concluía, assim, seus estudos e suas pesquisas se respaldando em números e estatísticas para poder alegar que toda a nação perdia com a adoção de práticas protecionistas. Muito embora o povo seria sempre aquele que saía mais prejudicado. Herdadas do período colonial, tais práticas protecionistas tinham o único intuito egoísta de favorecer os interesses dos grandes mercadores e de promover a Marinha sempre contra o bem estar do povo. Frente a este quadro de miséria em que se encontrava o povo, o Estado não podia ficar omissos, mas deveria reconhecer o mais rápido possível os benefícios do

⁵⁴ Tavares Bastos lastimou ter perdido este emprego. Em agosto 1862, quando se instalou o Gabinete do Marquês de Olinda, ele tentou reaver seu cargo na Marinha frente aos parlamentares. Todavia, recebeu do Ministro da Fazenda (Paranhos, futuro visconde do rio Branco) uma resposta negativa, pois afinal ele não havia respeitado a hierarquia militar ao ter afrontado o Ministro da Marinha, Joaquim José Inácio.

livre comércio e dar a todos o direito de pagarem pelo “*pão mais barato, e de tornar a vida de seu povo mais cômoda através da abertura definitivamente dos portos do Império aos navios de todos os pontos do horizonte*”⁵⁵. Os navios estrangeiros deveriam ter todo o direito de fazer, com inteira liberdade e nas mesmas condições que os nacionais, o comércio de cabotagem, que sem dúvida levaria a diminuição dos preços de muitos gêneros.

“É triste ver como o comércio costeiro esteja embaraçado por um privilégio vexatório, inútil e odioso que não permitem que navios estrangeiros possam praticar a livre concorrência aliviando a miséria do povo e retirando várias províncias do isolamento e da estagnação”.⁵⁶

Acabar com o privilégio da cabotagem nacional, eis uma das palavras chaves que resumiam suas discussões sobre o assunto do livre comércio. Defendia que os navios estrangeiros deveriam ter o direito de desembarcarem livremente nos portos do país para comercializarem suas mercadorias sem restrições. O que não vinha ocorrendo, pois ao invés disto os navios estrangeiros sofriam severa penalidade sendo obrigados a respeitarem os caminhos traçados pelo governo. Em grande quantidade, citava decretos e avisos produzidos pelo governo de D. Pedro II para tentar demonstrar aos seus leitores que era inegável o fato de que enquanto o mundo avançava para uma era de liberdade comercial, o Brasil dava claras mostras de retrocesso por insistir em manter uma “*atitude chinesa*” cercando o país com as muralhas do decadente protecionismo.

Um decreto e um aviso foram bastante explorados pelo autor para ilustrar o absurdo a que se referia: o decreto de 19 de setembro de 1860 que criava uma série de artigos condenando com severas punições a presença de navios estrangeiros em áreas proibidas, e o Aviso de 28 de novembro de 1855 que declarava inadmissível a navegação

⁵⁵ Ibid., “*Cartas...*”, p105.

⁵⁶ Ibid., p137.

estrangeira em portos não habitados. Para ele, tais atitudes do governo, além de prejudicarem a vida do povo menos abastado acabavam por prejudicar também a imigração européia (tão vital para a modernização do Brasil), pois geravam um ar de desconfiança e problemas diplomáticos para o país.

Sobre as questões diplomáticas e o quanto o Brasil ficava mal visto frente às demais países, Tavares Bastos também desenvolveu um intrigante repertório. Frente aos países vizinhos da América do Sul, anunciava numa carta datada de 22 de março de 1862: *“a política chinesa do governo brasileiro em relação ao Amazonas tem sido objeto de reclamações e admoestações, e tem comprometido a boa inteligência com os nossos vizinhos”*.⁵⁷ O fato de o Brasil se recusar a abrir os portos do Amazonas causava grandes mágoas, lembrava como exemplos o caso da Nova Granada e do Equador que em 1852 e 1853, respectivamente, abriram seus rios ao comércio internacional, sem contudo poderem ultrapassar os limites dos ribeirinhos brasileiros. Possuindo marinhas fracas, como aliás também possuía o Brasil, essas repúblicas necessitavam de fecharem acordos comerciais com vários povos; e que esses países, conseqüentemente, acabavam por atravessar as áreas brasileiras para chegarem aos rios de Nova Granada e Equador. Mas, relatava Tavares Bastos, o que havia feito o Brasil: ditou um sonoro “não” prejudicando seus vizinhos. O caso boliviano chegava a ser pior, explicava o autor, uma vez que esta república se encontra ilhada na América do Sul sem um caminho para o mar. A Bolívia tentou escoar suas mercadorias pelo Amazonas, mas não foi atendida. Em relação à Venezuela e ao Peru, o Brasil conseguiu amenizar a situação estabelecendo uma navegação limitada entre os três, mas tudo com muito custo e beirando a graves incidentes diplomáticos. O Peru, continuava Tavares, abriu a navegação de seus rios em 1851 para todas as nações. Contudo menos

⁵⁷ Ibid., “*Cartas...*”, p.200.

para o Brasil que ficava limitado até certo porto; demonstrando um enorme senso de incoerência, o Império brasileiro reclamou, pois afinal, sentiu como eram amargas as imposições a que condenava os outros. A diplomacia do Peru lançou o argumento de que era preciso se abrir ao comércio mundial e ter o Reno (aberto em 1815) e o Mississipi como exemplos. O Brasil reconheceu, continuava Tavares, que fecharia acordos mais liberais com o Peru, mais ainda não com o mundo. Frente a tudo isso, não é de se estranhar que o Brasil fosse visto como um usurpador pelos seus vizinhos, concluía o autor, uma vez que “*o exclusivismo atrai-nos a antipatia. Só a fraqueza, só a idéia americana pode congraçar-nos com o mundo*”⁵⁸.

6. Vitória parlamentar

Desde suas cartas escritas ao Correio Mercantil, Tavares Bastos vinha engatinhando a discussão sobre as vantagens econômicas de se permitir que navios estrangeiros navegassem pelo Amazonas e seus afluentes. A sua incansável defesa pelo livre comércio levou-o a uma luta permanente dentro do parlamento, no qual não cansava de demonstrar a seus pares alguns discursos e propostas que viessem a viabilizar a abertura do Amazonas. Em 1865, ele foi pela primeira vez à província do Amazonas com a intenção de conhecer a região que tanto o fascinava, e durante a sua estada ele tentava reconhecer e anotar novas observações que viessem a embasar de maneira mais sólida a sua luta.

O resultado da viagem gerou um novo livro, “*O Valle do Amazonas*”⁵⁹, no qual analisava o potencial econômico e social da região. Dentre as várias conclusões que retirou da viagem, uma chamava a atenção: percebera que a quantidade de riquezas escondidas e

⁵⁸ BASTOS, op. cit, “*Cartas...*”, 1975, p. 202.

⁵⁹ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O vale do Amazonas*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1975.

os recursos naturais da região deveriam ser bem geridos, sendo que para esta missão seria de extrema necessidade o incentivo da imigração para o Amazonas, pois somente o imigrante – com sua disposição para o trabalho, conseguiria multiplicar ainda mais os recursos naturais daquelas ricas paragens. Através de seus minuciosos estudos, ele profetizava que a cultura de cana, café, algodão e fumo poderiam ser bem desenvolvidos naquelas terras e alertava aos governantes para que olhassem com especial atenção às plantações de seringueiras e projetassem a criação de uma estrada que viesse a servir de opção frente às cachoeiras do rio Madeira.

Quanto à nacionalidade dos imigrantes que realizariam, segundo suas convicções, um trabalho produtivo, a resposta não se fazia demorar: esses seriam os norte-americanos. Todavia, se alguém não satisfeito com a resposta o argüísse com o fato dos norte-americanos, bem como dos europeus, não conseguirem se adaptar e nem serem capazes de resistirem ao tórrido calor tropical do Amazonas, Tavares Bastos não se deixava abalar e respondia sem fraquejar: *“Mas diz-se: o imigrante não resistirá ao clima ardente do Equador. Esquecem uma circunstância importante: o calor é mitigado por uma densa umidade: a temperatura à noite é deliciosa. O Amazonas não é a zona tórrida”*⁶⁰. Estava convencido de que a imigração para o Amazonas era totalmente viável.

Pelo decreto de 07 de dezembro de 1866, o esforço do jovem deputado resultou em frutos quando enfim ficou determinada a liberação da navegação comercial no rio Amazonas, sendo a influência e luta política de Tavares Bastos de fundamental importância para a assinatura do documento. De acordo com Carlos Pontes, como dissemos – principal biógrafo de Tavares Bastos, a abertura efetiva somente se deu de fato a partir de 07 de setembro de 1867. Contudo as nações européias, os EUA e as repúblicas hispânicas

⁶⁰ Ibid., “O vale...”, p.210.

aplaudiram a ação do governo Imperial desde 1866. A data do decreto em 1866 já representava para Tavares Bastos “o coroamento do esforço heróico e da dedicação patriótica⁶¹”. Os principais jornais do Rio de Janeiro não deixavam de reverenciá-lo. O “Correio Mercantil”⁶², por exemplo, chegou a distingui-lo como o mais sério dos estudiosos no assunto e o que mais lutou pela causa da abertura do Amazonas. Já o “Diário do Rio de Janeiro”⁶³ relembra aos leitores que Tavares Bastos sempre levantou na tribuna da Câmara dos deputados a bandeira em defesa da liberdade do Amazonas.

7. Aliança comercial com os EUA

Duas maneiras para o Brasil desenvolver uma economia mais liberal, de acordo com Tavares Bastos, estariam vinculadas à redução de tarifas protecionistas e a alianças mais efetivas com países dispostas ao crescimento do comércio a nível mundial. A Inglaterra e os EUA pertenciam ao grupo de países que se queixavam bastante das medidas protecionistas adotadas pelo Império Brasileiro, sendo que os ingleses tinham chegado a sofrer diretamente o peso dessas medidas quando foram decretadas as Tarifas Alves Branco⁶⁴. No caso dos EUA, Tavares Bastos demonstrava sua total predileção por aquele país defendendo que o Brasil jamais deveria desprezar qualquer aliança comercial com os norte-americanos, pois de lá viriam os melhores ensinamentos e as melhores posturas a serem seguidas pelo Império Brasileiro; de onde o Brasil alcançaria o almejado patamar de modernização e progresso. As portas do Amazonas deveriam ficar sempre abertas a visitação de navios norte-americanos.

⁶¹ PONTES, op. cit.,1975, p.133.

⁶² Correio Mercantil, 11 de dezembro de 1866, BN.

⁶³ Diário do Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1866, BN.

⁶⁴ Preocupado em aumentar as rendas do tesouro nacional, o ministro da Fazenda Alves Branco, em 1844, elevou as taxas alfandegárias do Brasil, que passavam a variar entre 30 e 60% de acordo com a mercadoria. As medidas protecionistas brasileiras não beneficiavam os ingleses.

De acordo com Tavares Bastos⁶⁵, um fato curioso ocorreu em 1853 que veio a prejudicar o desenvolvimento de excelentes negociações comerciais entre o Brasil e os EUA. Neste ano, um tenente norte-americano de nome F. Maury publicou um manifesto em seu país com os resultados de uma “atrevida” expedição que dois tenentes da marinha americana fizeram ao Amazonas. No seu manifesto Maury pedia, segundo Tavares Bastos, acima de tudo, a abertura do Amazonas para o comércio exterior, uma vez que representava um crime existir uma região tão promissora fechada ao mundo, totalmente isolada e com poucos habitantes. Grande parte dos estadistas brasileiros leu o manifesto como uma ação imperialista dos EUA que pretendia anexar o Amazonas, da mesma forma como haviam feito com o Texas e o Novo México.

Todavia, frente ao episódio, Tavares Bastos tinha outra explicação: tudo não passava de um terrível preconceito contra os norte-americanos e o reflexo do fechamento da classe dirigente brasileira que insistiam em viver numa “*muralha chinesa*”⁶⁶, explicava em uma de suas cartas ao Correio Mercantil. Lamentava que os políticos insistissem em criar uma redoma em torno do Amazonas, sendo de um total absurdo querer acreditar que os norte-americanos nutrissem sentimentos imperialistas para com o Amazonas. O militar Maury, continuava Tavares Bastos, pode ter exagerando na enumeração das riquezas que o Amazonas poderia conter. Contudo o seu tom de escrita não incitava a disputa entre os dois países. Incitava, ao contrário, seus conterrâneos a usarem de diplomacia e diálogo para convencerem o governo brasileiro a abrir as portas do Amazonas. Concluía afirmando que seria um grande erro acreditar que os norte-americanos teriam intenções imperialistas, seria como ridicularizar “ *a parte ilustrada do país, e sobretudo o partido republicano,*

⁶⁵ BASTOS, op.cit., “*Cartas...*”, 1975, pp.151-152.

⁶⁶ Ibid., p.192.

que professa os princípios de imparcialidade e paz de Monroe”⁶⁷. Ratificando sua admiração pelos EUA, Tavares Bastos demonstrava a seus leitores que em toda a parte existem homens exaltados e foi por ventura esse exagero por parte de uns poucos elementos da imprensa dos EUA que acabou levado os políticos brasileiros a sentirem desconfianças contra os norte-americanos. Entretanto, Tavares Bastos prosseguia, nossos próprios governantes davam motivos para que nascessem essas tristes mágoas, uma vez que não era só a imprensa norte-americana se queixava do isolamento do Amazonas, os jornais europeus e os vizinhos da América do Sul também reclamavam.

Observava que o meio mais rápido de fazer o comércio marítimo prosperar no Brasil seria entregar os serviços de navegação costeira a uma companhia estrangeira e para isto nada seria melhor do que uma empresa norte-americana. Ele denunciava que, desde 1856, vários empresários norte-americanos vinham batalhando pelo estabelecimento dessas linhas, mas o governo imperial não se mexia e insistia em sua postura patriarcal não divulgando essas propostas no Parlamento, temendo a discussão e preferindo a eterna vegetação à *maneira chinesa*. A possibilidade de imaginar o estabelecimento de vapores ligando Nova Iorque aos portos brasileiros fazia com que Tavares Bastos se tornasse um dos mais fervorosos defensores da crença dos benefícios profícuos que nasceriam do estreitamento das relações comerciais fraternas entre o Brasil e os EUA.

*“Invoquemos para isso o auxílio do nosso vizinho e nosso amigo natural, o americano do Norte, que tem o maior interesse em ligar-se estreitamente conosco, em estabelecer pelo vapor e pelo telégrafo elétrico relações diretas entre os seus e os nossos portos”*⁶⁸.

⁶⁷ Ibid., “*Cartas...*”, p.194.

⁶⁸ Ibid., p.237.

Em seus escritos, Tavares Bastos, estava convencido e portanto tentava convencer seus leitores, que no futuro o Brasil estaria destinado a ampliar suas relações comerciais com os EUA. A Inglaterra, principal país com quem o Brasil já vinha mantendo estreitas relações comerciais desde 1808, acabaria ficando para segundo plano. Assim que se instalasse uma linha de vapores entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque multiplicar-se-ia as transações comerciais entre esses dois países. Por meio desta linha a vapor, o Império brasileiro atingiria também as Antilhas, o México e o Canadá permitindo que o nosso café satisfizesse o paladar desses povos.

Pelos seus planos, os vapores norte-americanos deveriam fazer suas primeiras paradas no Pará. O Rio de Janeiro deveria deixar o Pará fazer transações comerciais livremente com os EUA: e as relações comerciais acabariam atingindo e desenvolvendo a região do Amazonas. Como já mencionamos, ele se anima com a idéia de converter aquelas terras num refúgio natural para os imigrantes norte-americanos e também europeus que deixariam de buscar a Califórnia ou o Mississipi, triplicando o número de habitantes naquela região equatorial. No ano 1865, através de uma luta no parlamento em defesa dessa idéia, ele viu o projeto dos vapores se materializar pelas mãos da “United States and Brazil Mail Steamship C.”

“Uma lei de junho deste ano, a esforços meus e do Nabuco no Senado, concedeu 200: 000\$000 de subvenção à empresa que efetuar a navegação a vapor entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque. Em conseqüência disto, no fim deste ano, partiu de Nova Iorque o primeiro paquete da linha, sendo a companhia preferida a United States and Brazil Mail Steamship C⁶⁹.”

Deveria o Brasil abraçar os EUA como uma nação irmã. Assim, Tavares Bastos declarava que os brasileiros pertenciam ao Novo Mundo como os americanos do norte, e

⁶⁹ Jornal do Comércio: 04 de dezembro de 1925: “Memórias políticas inéditas de Tavares Bastos”.

que, como eles, fomos nações colonizadas. Todavia, os norte-americanos souberam lutar pela transformação de seu país e nós também poderíamos aprender com eles a transformar as nossas instituições, nossa economia e nossa sociedade. Convidava, desta feita, aos políticos brasileiros a mirarem os “irmãos” norte-americanos e a buscarem inspiração naquele povo que soube construir: *“uma civilização admirável, de uma prosperidade inaudita, de uma energia inabalável, de uma audácia e de uma fé de que não existe exemplo em outro país”*⁷⁰. Muito mais do que as nações européias, seriam os EUA a servir de parâmetro para o desenvolvimento brasileiro. Desta feita, para Tavares Bastos o espelho de Richard Morse somente refletiria o progresso se estivesse voltada para as terras do norte do continente Americano. O observador atento que tentasse virar o espelho para as terras ao sul do Novo Mundo teria seus olhos machucados pelo espetáculo da “degradação” e da “barbárie”.

8. Cidadania

Para Tavares Bastos a construção de um país liberal pautado em instituições renovadas com o pleno desenvolvimento do trabalho livre e passando por uma nova composição do povo que se prepararia para ser digno de portar o título de cidadão, dependeria da ação do Estado que se tornaria descentralizado. O Estado, segundo ele, daria autonomia as províncias, mas ao mesmo tempo se faria forte no que concerne a realização das reformas de cunho liberal que se concretizariam pelas mãos de seus dirigentes, pelas mãos da classe letrada e nunca emanariam do povo. A idéia de moldar um povo adaptado a essa nova realidade liberal era uma das tônicas que permeavam os estudos e análises do jovem alagoano. Para que as instituições liberais vigoassem, necessário se fazia preparar o

⁷⁰ Ibid., “*Cartas...*”, p.139.

povo para elas. Caberia, também, ao governo monárquico realizar a grande obra de tirar o povo da barbárie e transformá-lo para o ingresso de uma era de civilização e progresso. Destacamos que Tavares Bastos defendia três componentes básicos para a formação desse “novo povo” que ainda estava por se fazer. A fórmula passaria pela eliminação gradativa do trabalho cativo, para que o trabalho livre se instalasse de uma vez no Império; o incentivo a imigração européia; e, por fim, a propagação do ensino público para as massas.

Desde que iniciara a divulgação de suas idéias em “Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro” e em suas “Cartas do Solitário”, e mesmo antes (de acordo com seu principal biógrafo, Carlos Pontes) durante a época que escrevia para os jornais acadêmicos na Faculdade, Tavares Bastos condenava o sistema escravista. Era a grande “chaga” que dilacerava o país. Necessário fazia-se cicatrizar essa “chaga”. Contudo o “remédio” não poderia ser ingerido de uma só vez, seu efeito, para não “danificar todo o corpo”, deveria ser aplicado em “doses homeopáticas”, ou seja, a abolição deveria ocorrer, porém de forma controlada, pelo Governo, lenta e constantemente. Temia que a economia acabasse sendo prejudicada e que uma grande desordem social eclodisse com o rompimento brusco do cativeiro.

Vários de seus projetos sobre este tema apresentados à Câmara dos Deputados tinham como proposta restringir a escravidão de forma lenta, porém constante. Deixava bem claro que a solução era ir atacando pelas beiradas o sistema para que a economia não se desestruturasse. Via os leilões comerciais, ocorridos nas praças públicas, como um espetáculo típico de povos “não-cristãos” que ainda apreciavam cenas primitivas e que somente serviam para desprestigiar o Brasil frente aos estrangeiros e até mesmo frente as jovens gerações de brasileiros.

“Ver separar a mãe do filhinho que ela amamentava; ver os membros de um casal, os filhos de uma mesma família, divididos por senhores diferentes, e dispersos por terras longínquas; ver isto em nome da lei e à force do juiz é selvagem.”⁷¹

Outra característica de seus projetos antiescravidão consistia em dificultar a aquisição de escravos com propostas que tornavam menos vantajosa tanto a venda como a compra de cativos, pois daí resultaria cada vez mais princípios favoráveis ao trabalho livre.

“O parlamento há de acreditar que não é consagrando a propriedade de escravos que ele favorecerá a lavoura; mas, ao contrário, concorrendo para o trabalho escravo se substitua gradualmente o trabalho livre.”⁷²

A princípio lutou pela criação de um imposto sobre os escravos urbanos e uma forte taxaço aos que ultrapassassem um número determinado de cativos para os serviços domésticos. O imposto sobre os escravos domésticos deveria sofrer um aumento a cada ano, pois acreditava que os proprietários não poderiam manter seus escravos e acabariam tendo que vendê-los aos fazendeiros do interior. Desta maneira, as cidades ficariam livres para abraçar o trabalho livre dos estrangeiros. Os serviços urbanos feitos por imigrantes seriam mais valorizados e em consequência acabariam atraindo cada vez mais estrangeiros que se motivariam a povoar o Brasil. Anos mais tarde, em 1870⁷³, ele voltaria atrás com essa idéia de se vender escravos urbanos para o interior e passaria a defender a abolição imediata do cativo nas grandes cidades.

O tráfico de escravos, antes da sua abolição em 1850, era analisado por ele como sendo fruto de um comércio bárbaro e sendo uma das principais barreiras a expansão de uma corrente forte de imigrantes. Tendo o Brasil eliminado o ignóbil tráfico, o problema da

⁷¹ *Discursos Parlamentares de Aureliano Cândido Tavares Bastos*. Brasília: Senado Federal, 1977, p.300.

⁷² *Ibid.*, p.304.

⁷³ Em *A Província*, Tavares Bastos voltaria a esta questão.

escravidão ficava mais fácil de ser resolvido, pois se por um lado o sistema escravista atrapalhava a imigração, de outro não chegava a invalidá-la de todo como ocorria na época da importação de cativos. Lembrava que os EUA também tiveram escravos até 1862, mas como há anos atrás tinham acabado com o tráfico, os imigrantes fluíam para lá naturalmente. Numa das cartas ao Correio Mercantil⁷⁴ mostrou que a atrocidade deste comércio tornara a entrada de europeus impossível, avaliando por meio de números que o Brasil, por ter se demorado pela decisão de suprimir o tráfico perdeu economicamente com isto, pois acreditava que a produção de um europeu valia por três africanos. Tavares Bastos justificou seus argumentos articulando justificativas que pontuavam a falta de incentivos econômicos com concepções racistas⁷⁵.

Nas cartas ao Correio Mercantil, ele lembrava aos leitores que há muito tempo a escravidão não possuía mais legalidade jurídica. Para isso ele remetia-se aos tratados de 1815 e 1817 entre a Inglaterra e Portugal, nos quais se estabeleceu a proibição do tráfico ao norte do Equador, ou lembrava a Convenção de 1826 entre os mesmos países para ratificarem os acordos anteriores, ou ainda citava a lei brasileira de 1831 que garantia a liberdade de todos os escravos que entrassem no país a partir daquele ano. Tavares Bastos explanava que todas as leis e decretos foram burlados, justificando assim a ilegalidade da escravidão. Contudo, como o que não tem remédio remediado está, ele acalmava seus leitores.

⁷⁴ BASTOS, op.cit. “*Cartas...*”,1975.

⁷⁵ Ibid., p.88: “*O homem livre, o homem branco, sobretudo além de ser mais inteligente que o negro, que o africano boçal, tem o incentivo do salário que recebe, do proveito que tira do serviço, da fortuna enfim que pode acumular a bem de sua família. Há entre esses dois extremos, pois, o abismo que separa o homem do bruto. É fato, que a ciência afirma de um modo positivo. Assim, podemos calcular que, se obtivéssemos no tempo do tráfico um número de emigrantes europeus igual à metade dos negros importados, teríamos a certeza de que aqueles produziriam tanto como estes*”.

“Tranqüilizem-se, porém, os vossos leitores. Não se trata de levantar uma propaganda contra direitos adquiridos, contra a propriedade contra a ordem pública. Meu intuito não é o de uma filantropia ardente e provocadora. Tenho só por fim pedir toda a atenção do governo para a efetividade da derradeira garantia deixada ao africano, a de emancipar-se concluindo o prazo da lei”⁷⁶.

A escravidão deveria terminar, pois invertia a ordem natural do progresso que apontava o trabalho livre como o referencial de um mundo civilizado. Além do mais, a escravidão brutalizava os costumes sociais brasileiros não permitindo o pleno desenvolvimento da cidadania que só seria compatível com a liberdade. Uma sociedade liberal em que cada um seria responsável por seus atos e incentivaria as ações e empreendimentos pessoais.

No início de seus escritos, a imigração se configurava em grande conta para Tavares Bastos, sendo um dos fatores principais na construção dessa cidadania brasileira. Acreditava que a entrada em grande escala de imigrantes europeus resultaria na propagação de “bons costumes” e civilização. O europeu e o norte-americano já entrariam no Brasil com uma bagagem educacional maior, uma vez que saíam de “nações civilizadas”. Como era de se esperar, acreditava Tavares Bastos, eles trariam também uma maior capacidade e disposição para o trabalho em um país formado por “*escravos saídos da semibarbárie*”⁷⁷. A entrada dos imigrantes no Brasil significaria, de acordo com sua crença, a renovação dos costumes e a definitiva vitória da propagação do trabalho livre.

Demonstrava que a melhor forma do Brasil conseguir imigrantes deveria ocorrer espontaneamente, ou seja, o imigrante perceberia por si só o quanto seria vantajoso iniciar uma nova vida num país que lhes garantiria todas as oportunidades. Pensava que a

⁷⁶ Ibid., “*Cartas...*”, p.73.

⁷⁷ Ibid., p.30.

imigração espontânea tinha o mérito de só atrair os imigrantes realmente interessados em trabalhar, deixando de fora os vadios e os imorais. Todavia, para que a imigração espontânea tivesse êxodo seria necessário que o Governo passasse a renovar suas instituições adaptando-as para facilitar a entrada e a instalação desses imigrantes. Contudo, Tavares Bastos mirava uma corrente específica de imigrantes: os provenientes do norte da Europa, ou seja, suíços, irlandeses, ingleses, belgas, alemães e norte-americanos.

De acordo com os lamentos de Tavares Bastos, o governo central tudo fazia para atrapalhar a entrada de imigrantes. Em “*Memória sobre a imigração*”⁷⁸ escreveu um pequeno resumo de suas idéias sobre o que deveria ser feito para incentivo da imigração. Vários pontos foram abordados: emancipação gradativa dos escravos, pois estes repeliam os imigrantes; desenvolvimento de núcleos coloniais próximos aos grandes centros e não longe como vinha ocorrendo com as colônias de alemães; investimentos maciços na construção de vias de transporte (estradas de ferro e vapores), facilidades de comunicação (telégrafo) e abolição do passaporte interno; autonomia para as províncias que com liberdade seriam as responsáveis pelo desenvolvimento da imigração; melhoramento na lei de terras com a venda de terras devolutas por preços baixos aos imigrantes; aprovação do casamento misto e liberdade religiosa; facilitar a naturalização; produção de mais estudos estatísticos relativos à imigração; propaganda séria na Europa com dados específicos sobre as vantagens do Brasil e não à produção de mentiras e falsas esperanças como vinha acontecendo.

O terceiro ponto que ajudaria na formação de uma cidadania brasileira era a educação. Tavares Bastos da mesma forma desenvolveu consistentes discussões sobre tão importante

⁷⁸BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1976.

tema nacional. Defendia que a difusão do ensino no Brasil seria poderosa arma contra o “*fanatismo católico*” dos ultramontanos⁷⁹ que limitava as cabeças dos jovens, não os preparando para o desenvolvimento de suas aptidões. Em sua concepção, o ensino de matérias “inúteis” como o latim, retórica e poética deveriam ser eliminados das grades curriculares nas primeiras séries. Somente o que fosse “útil” para a construção do trabalho livre deveria ser visado, tal como: a física, a química, o estudo de economia, a matemática, as chamadas “*ciências positivas*”⁸⁰; matérias ensinadas nos países onde as profissões liberais eram valorizadas. Deveriam os governantes passar a compreender que através da valorização do ensino dessas matérias, o Brasil estaria entrando na rota das nações civilizadas, nas quais o ensino público leigo era visto como primordial.

“Vós, meus amigos, tão lido na história do progresso do mundo, vós percebeis que eu estou colocado no ângulo oposto ao dos nossos governadores no que respeita à instrução pública. Em vez de aprofundar a questão; em vez de estudar os exemplos da Alemanha, de Inglaterra e dos Estados Unidos; em vez de se esforçarem no governo, e fora dele, como filantropos, como homens sinceros e crentes, pela reforma dos estudos, eles consomem o seu tempo queixando-se inutilmente da ignorância e depravação geral dos costumes dos nossos mancebos”⁸¹.”

Como não poderia deixar de ser, a sua maior inspiração para modelar o ensino brasileiro viria principalmente dos EUA e não da Europa. Assim defendia que o governo deveria patrocinar o ensino público. Contudo, deveria ao mesmo tempo dar toda a liberdade para que as instituições privadas de ensino tivessem um campo aberto para se instalarem sem restrições, quando mostrassem ter a competência para tal encargo. Acreditava no modelo norte-americano de regime misto, ou seja, sem a separação entre os sexos dentro

⁷⁹ Doutrina política dos católicos franceses e de outros países da Europa que defendiam a autoridade absoluta do Papa em qualquer assunto.

⁸⁰ BASTOS, op.cit., “*Cartas...*”, 1975, p.34.

⁸¹ Ibid., p.34.

das salas de aula. As escolas deveriam adotar esse regime para que as crianças crescessem entendendo que somente a união entre os sexos poderia levar a construção de uma sociedade mais harmônica. Tavares Bastos assinalava que em tudo o ensino nos EUA era superior à Europa. Defendia que o ensino primário deveria ser lecionado pelas mulheres que ganhariam com isso uma maior moralidade pública.

*“A razão é a seguinte: a escola mista nada tem que agrave a moral; na meninice é uma preocupação jesuítica essa da reparação dos sexos, a confusão adoça os costumes, inspira uma fecunda vitalidade, faz da escola uma verdadeira família, e dos mestres e das mestras verdadeiros pais”.
Finalmente, estabelecido isto, é manifesto que o ensino primário ficará sendo uma carreira para as mulheres; é provável que elas o absorvam como nos EUA; com isso ganharão a moralidade pública, o espírito nacional, e a própria instrução. Uma mulher instruída forma maior número de homens educados do que um homem, razão: a sua vida no lar doméstico, e a vida exterior do homem; o seu predomínio sobre os filhos e a desatenção do homem distraído por outros em cargos⁸².”*

Entre outras coisas, defendia melhores salários para o magistério como também um maior número de vagas para professores e inspetores. Lembrava que o Brasil era um país de economia agrária, portanto era necessária a ampla construção de escolas agrícolas profissionalizantes em todo o interior das províncias. Quanto aos ex-escravos que aumentariam com os programas de abolição, o Brasil deveria estar se preparando para encaminhá-los ao “batismo da instrução⁸³” antes mesmo que a libertação total se concretizasse.

⁸² Coleção Tavares Bastos –secção de manuscritos BN.

⁸³ BASTOS, op.cit., “A Província”, 1975, p.147.

9. Conclusão

Pelas nossas análises observamos que Aureliano Cândido Tavares Bastos se preocupava em inserir o Brasil dentro de uma proposta de modernidade no século XIX, sendo assim construiu um projeto pensando a reformulação das instituições políticas brasileiras. O roteiro mais certo para o Brasil entrar no patamar das nações civilizadas consistia em se inspirar no modelo norte-americano; e justamente neste ponto Tavares Bastos destoada de seus pares: enquanto a maior parte dos intelectuais e governantes de seu tempo miravam ao leste tentando alcançar a Europa, ele olhava para o norte. Ousou sonhar com a implantação de instituições liberais num país preso ao centralismo da monarquia e que ainda manteria o sistema escravista por muitos anos. Tinha uma visão negativa da formação histórica do Brasil e temia por seu futuro. Admirava o pensamento político inglês que foi, segundo ele, capaz de construir um grande império em bases liberais. Lamentava pela herança portuguesa que nos trouxe o centralismo, o servilismo e o misticismo religioso. Condenava a escravidão como sistema desumano e defendia a sua abolição gradativa; fascinava-se com a entrada espontânea de imigrantes do norte da Europa, os únicos com recursos suficientes para “regenerarem” o país trazendo os ideais do trabalho livre. Acreditava tanto no desenvolvimento do Brasil pela imigração, que se engajou na fundação de uma sociedade para atrair muitos imigrantes, saindo, assim, da teoria e indo expor na prática essa crença. Pensou numa reforma para o ensino, visando uma educação mais objetiva preparando os alunos para um mercado de trabalho liberal.

O repertório de Tavares Bastos dá ampla brecha para que se conclua que seus ideais casavam-se mais com os da república do que com os da monarquia. Entretanto, não foi isso o que ocorreu – por defender um Estado descentralizado, mas ao mesmo tempo forte para patrocinar as reformas, não o inspirava abrir mão da confiança que o fazia ver a

monarquia como o regime político mais apropriado para o Brasil. Acreditava que a monarquia, passando a realizar reformas modernizadoras e cobrindo-se de um caráter mais democrata, poderia perfeitamente levar o Brasil às portas do progresso, da civilização e da cidadania. As repúblicas latino-americanas comandadas por “caudilhos”, não o serviam de inspiração, e concluía que se o Brasil adotasse o regime republicano poderia esperar o pior.

“Proclamada, a república não encontraria chefe capaz, nem servidores dignos do governo. A demagogia poderia apenas invocar, em vez de Washington ou Lafayette, o frenesi dos demolidores, dos carbonários, de Manin, de Mazzini ...Deus! a rude lição de 48 e 49 seria tão cedo esquecida?”⁸⁴”

Ou então afirmava:

“Eu também sou monarquista, meu amigo; e julgo esse elemento de governo tão necessário ao Brasil como a república é perfeitamente adequada à constituição social, às idéias e às tradições da América do Norte.”⁸⁵ ”

A idéia de revolução e de construção de nação vinda por bases populares não animava seu espírito ligado a idéia de ordem social. Acreditava nas idéias que pregavam maior justiça social e melhor condições de vida para as populações, contudo o limite dessas idéias se esbarrava na não aceitação de uma revolução. Era um reformador, mas não um revolucionário.

A reflexão de Joaquim Nabuco como um intelectual que vivenciou bem a crise monárquica, nos ajuda a sintetizar um pouco das idéias política de Tavares Bastos e nos faz pensar sobre a causa que o teria impedido de assumir as idéias republicanas, visto que o novo sistema que substituiu a dinastia de Bragança continha tantos ideais que o deputado alagoano abraçara em vida.

⁸⁴ BASTOS, op.cit., “Os males...”, 1976, p.42.

⁸⁵ BASTOS, op.cit., “Cartas...”, 1975, p.242.

“Tavares Bastos era, pelo influxo norte-americano, predominante em seu espírito, um republicano natural. A consideração ou conveniência política, que era o peso, o freio de sua imaginação republicana, impedirá, entretanto, sua filiação ao novo partido. Nem se pode dizer que a morte o surpreendeu ainda monarquista. Se vivesse alguns anos mais, ele teria, provavelmente, durante a situação liberal, representado na Câmara um papel preeminente, senão o primeiro, e ter-se-ia identificado, em sua madureza e completa formação política, com a monarquia, que era mais conforme ao seu temperamento liberal-democrático, ao seu amor da seleção e à sua índole reformadora e não revolucionária.”⁸⁶”

⁸⁶ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.752.

Capítulo II

EM DEFESA DOS IMIGRANTES, EM DEFESA DA NAÇÃO:

TAVARES BASTOS E A

SOCIEDADE INTERNACIONAL DE IMIGRAÇÃO

1. Introdução

Durante boa parte do Segundo Reinado, a supressão do tráfico negreiro se constituiu em um dos motivos geradores de tensões diplomáticas entre a Inglaterra e o Brasil. Desde a queda de Napoleão, os ingleses intensificaram o discurso em favor da causa abolicionista no mundo ocidental. Por conta de seus objetivos políticos e econômicos, a Inglaterra passou a exigir que os países escravistas se posicionassem frente à questão.

Em 1815, no Congresso de Viena, Portugal assinava um acordo com os ingleses, pelo qual comprometia-se a interromper o tráfico negreiro ao norte do Equador. Dois anos depois, em 1817, esse acordo entre os dois países foi ratificado e alguns novos pontos acrescentados. Durante o ano de 1826, o Brasil, que já havia proclamado sua independência, firmou com os ingleses o compromisso de cessar o tráfico, renovando as assinaturas dos anos anteriores. Todavia, somente no ano de 1831, com o primeiro gabinete regencial, é que, de fato, o país criava uma lei para determinar a abolição do tráfico, chegando a garantir no seu Art.1º a total liberdade para os africanos importados após o decreto. Mesmo com os esforços jurídicos, a lei não passou de letra morta – o tráfico continuou em larga escala, pois os proprietários de terras protestavam contra seu fim alegando que precisavam de mão-de-obra para a lavoura, o que fazia o governo fechar os olhos para a própria lei que assinara.

Desde 1826 havia sido estabelecido que a Inglaterra teria o direito de patrulhar navios brasileiros para se assegurar de que africanos não estavam sendo contrabandeados nos porões das embarcações. Em 1845, se concretizava a expiração do prazo que permitia o patrulhamento inglês. Desta feita, os ingleses pediram a prorrogação do tempo – ouviram como resposta a indiferença do governo imperial. A Inglaterra, que não digerira a tarifa

Alves Branco⁸⁷ do ano anterior, interpretou a resposta do Brasil como um sinal para o confronto. A ação inglesa se fez sentir através do Bill Aberdeen⁸⁸ que considerava o tráfico como pirataria. Sendo o tráfico um crime que deveria passar por julgamento, o país que o praticasse deveria ser duramente repreendido – o julgamento e a repressão deste crime estavam acima de qualquer acordo entre países. O Brasil leu o Bill Aberdeen como uma afronta à soberania nacional, mas não pode fazer muita coisa (um conflito contra a maior e melhor marinha do mundo era impensável) a não ser começar a aceitar a idéia de que o tráfico estava liquidado.

No mês de setembro de 1850, o Parlamento Brasileiro aprovou o projeto de lei do Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós⁸⁹, que extinguiu o tráfico e determinava meios para reprimir e punir os traficantes. A lei de 1850 daria a certeza aos proprietários de terras que dali para frente às próprias bases do sistema escravista começavam a ser abaladas, pois faltariam braços para a lavoura cafeeira que se expandia prodigiosamente. Uma nova questão passaria a compor o debate parlamentar: a necessidade de se preparar o país para suprir a falta de mão-de-obra africana que diminuiria com o fim do tráfico. Vários políticos passaram a ver na imigração a solução mais óbvia para o problema. Todavia entre os defensores da proposta imigratória havia divergências quanto à origem dessas populações, a melhor forma de fixá-las e de que forma elas deveriam entrar no país.

⁸⁷ As Tarifas Alves Branco entraram em vigor em 11 de novembro de 1844, com o intuito de aumentar as taxas de importação em 30%, sendo instituídas taxas entre 40% e 60% sobre as mercadorias importadas, que já se produziam no Brasil. A Inglaterra, desta vez, não ganhou privilégios.

⁸⁸ Em represália as Tarifas Alves Branco, o parlamento inglês assinou em 08 de agosto de 1845 a lei Bill Aberdeen levada a cabo pelo ministro das relações exteriores britânicas -lorde Aberdeen.

⁸⁹ Eusébio de Queirós Coutinho Mattozo foi ministro da Justiça, em 1850. Neste cargo, coube a ele a assinatura do Código Comercial Brasileiro, da Lei de Terras e das leis que vieram a eliminar e reprimir com mais seriedade o tráfico de escravos.

2.Os primeiros imigrantes

As primeiras introduções de imigrantes europeus no Brasil ocorreram durante o governo de D.João VI e seus motivos eram diversos do verificado após 1850. Nos anos de D.João VI, a falta de mão-de-obra não era ainda uma preocupação; a questão remetia-se apenas a uma estratégia de demografia, ou seja, remetia-se ao aumento da população. O sul do Brasil, em especial, era bastante despovoado em comparação com as outras regiões do território. Deste modo, aumentar a população naquela área e ampliar, em consequência, a produção de gêneros alimentícios para consumo interno era uma solução certamente bem vista. Os imigrantes, através da permissão do monarca, iriam se estabelecer em terras previamente demarcadas pelo governo; ou seja, nas colônias.

A primeira dessas colônias foi a de Nova Friburgo criada em 1819 e ocupada por suíços de língua francesa oriundos da região de Friburgo. Mesmo com cada família recebendo uma pequena propriedade, a experiência não foi bem sucedida – a maioria dos colonos abandonou as terras. O abandono se deu, em parte, porque o governo não se preocupou em ceder-lhes boas terras para o cultivo, pois essas ficavam sempre com os grandes proprietários escravocratas.

A partir de 1824, começaram a chegar os primeiros colonos alemães para a ocupação do sul do Brasil. Durante o governo de D.Pedro I nasceu a colônia de São Leopoldo localizada no Rio Grande do Sul, sendo uma das poucas a conseguir prosperidade frente às demais que por conta do isolamento, da distância dos grandes centros e da falta de apoio do governo ficavam a mercê da própria sorte. A maior parte das colônias surgidas no sul do país era compostas por alemães. O deslocamento desses colonos germânicos para o Brasil era feito por agentes que utilizavam os recursos do

Tesouro Brasileiro destinados anteriormente aos ex-soldados dos batalhões estrangeiros. A imigração nunca era espontânea.

Com a aprovação, pelo governo regencial, da lei de orçamento de 15 de dezembro de 1830 ficou determinado que se cessasse qualquer despesa por parte do erário público com a vinda de imigrantes. Pelo Ato Adicional de 1834 ficou outorgado que as províncias tivessem toda a liberdade para promover a imigração como lhes parecesse melhor⁹⁰. Em 1836, a lei foi promulgada, mas mesmo assim faltavam recursos às províncias para desenvolverem a imigração “*do modo que em todo o período da Regência o número de imigrantes europeus não passou de 2.569, ao passo que de 1818 a 1830 tinham chegado 9.455 pessoas*”⁹¹.” O início do reinado de D.Pedro II foi marcado por uma encruzilhada: de um lado desenvolvia-se enormemente a lavoura cafeeira no sudeste; mas por outro era necessário pôr termo ao tráfico. Na busca pela melhor decisão, alguns fazendeiros do sudeste passaram a comprar escravos do norte do país. Contudo, outros sabiam que estas compras não resolveriam o problema: era necessária uma reserva de trabalhadores mais efetiva e não em curto prazo. Sendo assim, preferiram insistir na imigração. A imigração do pós-1850 perderia sua função de simples aumento demográfico e passaria a servir como reposição de mão-de-obra para as lavouras de café.

⁹⁰ Em virtude deste direito, a Província do Rio Grande do Sul criou a colônia de Itajahy-Mririm. Ver: BRANDENBURGER, Clemente. *Imigração e colonização sobre o segundo reinado*. In: Revista do IHGB, tomo 98, vol. 152, ano 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

⁹¹ Ibid., p.482.

3.Colônias de Parceria

O senador e fazendeiro paulista, Nicolau Pereira de Vergueiro, dono de uma das mais importantes Casas de Comissão em Santos, teria seu nome marcado nas páginas dos manuais sobre a história da imigração no Brasil. Fora ele o pioneiro na aplicação do sistema de parceria na lavoura paulista. Com o intuito de atrair grande quantidade de imigrantes, Vergueiro aplicou o sistema em sua fazenda Ibicaba no ano de 1841, arcando ele mesmo com as despesas da vinda. Mas essa primeira tentativa feita com famílias portuguesas não passou de um enorme fracasso, tendo Vergueiro que dispensar os colonos em 1842.

Contudo, Nicolau Vergueiro não estava propenso a desistir da sua idéia, sendo que em 1847 reiniciou seu projeto, só que desta vez com algumas diferenças: procurou colonos alemães e contou com a ajuda do governo que antecipou as passagens. Mais uma vez o fazendeiro estaria abastecendo a sua fazenda Ibicaba com mão-de-obra européia. Através de um contrato de parceria, a Casa Vergueiro se comprometia a entregar a cada família certa área de cafezal e mais terreno para o plantio de gêneros alimentícios, adiantando-lhes os mantimentos para o sustento das famílias até chegar o tempo das primeiras colheitas. O colono, por sua vez, além de cultivar e beneficiar o café, deveria também vendê-lo por intermédio da Casa Vergueiro que ficaria com metade do produto da venda. A outra metade, o colono usaria para pagar os débitos da passagem e dos mantimentos consumidos. Não poderia o colono sair da fazenda sem antes quitar seus débitos. Todas as divergências entre as partes do contrato seriam resolvidas por autoridades do governo. Aparentemente os termos pareciam juntos, mas os fazendeiros acostumados a lidar com os escravos exploravam as cláusulas do contrato a favor deles, e quando às autoridades do governo eram acionadas, na maioria das vezes, davam razão aos proprietários.

Muitos fazendeiros aderiram a campanha pela defesa do sistema de parceria como sendo o melhor em matéria de instalação de imigrantes no país. Enquanto alguns políticos como Torres Homem, Souza Franco e Rafael Tobias Aguiar, explica Emília Viotti da Costa⁹², eram a favor da criação de colônias desde 1831, pois já vislumbravam a falta de mão-de-obra com o fim do tráfico, outros se mostravam hostis à idéia de implementar colônias – estes eram, em geral, os fazendeiros que estavam preocupados com seus interesses. O senador Vergueiro era um dos que pensava “no bem desses estrangeiros” e compreendia todas as necessidades que estes passavam quando deviam instalar uma colônia. Vergueiro relatava no Senado quais eram as inúmeras dificuldades encontradas pelos imigrantes quando tinham que dar início à construção de uma colônia: o árduo deslocamento até o sertão, a trabalhosa ação de capinar as matas e a longa espera até que a colônia estivesse estabelecida com as plantações produzindo frutos a custa de tão duros esforços iniciais . Apesar de “suas boas intenções” ao relatar as dificuldades dos colonos, Vergueiro também não cogitava com a hipótese de vê-los criando colônias próximo aos grandes centros urbanos, solução que poderia diminuir parte do transtorno.

O sistema de parceria era bastante interessante para os fazendeiros que viam nele a possibilidade de estimular, com a ajuda do governo, uma imigração que deteria a maior parte dos colonos nas fazendas, resolvendo o problema da falta de mão-de-obra. As colônias autônomas, criadas pelos próprios imigrantes com a autorização do governo, passaram a ser mal vistas pelos proprietários de cafezais. De acordo com a Lei de Terras⁹³(1850) ficou determinado que a compra seria a única forma de adquirir terras, antes

⁹² COSTA, Emília Viotti da. *Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências. In: Da Monarquia à República*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁹³ A Lei de Terras foi sancionada em 18 de setembro de 1850 e determinou que as terras devolutas não poderiam ser ocupadas sem outro título que não fosse o de compra ao Estado.

os sesmeiros e os posseiros tinham-nas sem reembolso monetário. Pela lei, o Estado era o único a garantir o título de legítima propriedade aos particulares, e da mesma forma seria o Estado o garantidor de certas áreas para o estabelecimento de colônias estrangeiras. De acordo com Emília Viotti da Costa, a Lei de Terras de 1850 veio acirrar ainda mais o interesse dos fazendeiros por terras férteis que poderiam ser ocupadas para as plantações de café e não por colônias de imigrantes. Desta forma, as divergências quanto a melhor forma de se estabelecer colonos no Brasil geraram oposições entre os políticos do Segundo Reinado.

A princípio parecia que o sistema vingaria, uma vez que após Ibicaba outras regiões do oeste paulista passaram a adotá-lo. Entretanto, a prática diária foi mostrando as contradições do sistema que se revelava através dos conflitos entre fazendeiros e colonos, sendo que em finais da década de 1850 já era nítido o desgaste entre os sujeitos envolvidos. Muitos fazendeiros passaram a se queixar afirmando que os colonos eram preguiçosos, dados ao vício da bebida, não obedeciam as ordens e muitos abandonavam os cafezais. Do outro lado, os colonos se queixavam que foram iludidos, estavam sendo explorados, achavam injusta a entrega da metade do excedente da produção de gêneros alimentícios, reclamavam dos juros, das dívidas e das precárias moradias.

“Nessa época o sistema já fracassara, entretanto, já se poderia considerar que a experiência fracassara. O sistema de parceria não provara sua eficácia na solução do problema do trabalho na lavoura de café. A maior parte dos fazendeiros tivera sérias dificuldades com seus colonos, e estava descontente, muitas vezes ansiosa para se livrar destes⁹⁴.”

Em 1858, foi criado um regulamento visando amenizar os conflitos e melhorar a situação do imigrante (acabou tendo mais valor de discurso do que de prática). A

⁹⁴ COSTA, op. cit., p. 176.

insurreição⁹⁵ dos colonos em Ibicaba assustou não só a Vergueiro, mas também a muitos fazendeiros da região. A insurreição era a prova do elevado grau de desprestígio a que o sistema havia chegado; para piorar a situação, em 1859, a Prússia, pela assinatura de seu ministro do comércio, von der Heydt, proibiu o recrutamento de imigrantes para o Brasil. Esse desgaste diplomático manchava a imagem do Brasil e dificultava a sua política imigratória.

A mentalidade escravocrata dos fazendeiros se chocou com os ideais de imigrantes suíços e alemães que esperavam ser donos de pequenas porções de terras no Brasil. Os embates e os desgastes entre ambas as partes foi inevitável. O sistema de parceria teve que ser repensado. Novas formas para o estabelecimento do trabalho imigrante nas fazendas de cafezais tiveram que ser adotadas pelos grandes proprietários que optaram entre o pagamento de um preço fixo por cada alqueire de café colhido, ou por um pagamento mensal. No geral, os fazendeiros acharam mais convenientes a primeira opção.

“Aos poucos os fazendeiros foram abandonando o sistema de parceria e substituindo por locação de serviço e mesmo pelo trabalho assalariado. Apesar de todas as críticas feitas a este sistema, sua importância para a introdução de mão-de-obra livre na lavoura de café é indiscutível”⁹⁶.”

⁹⁵ Em 1856, colonos suíços da fazenda de Vergueiro se rebelaram contra os abusos do sistema de parceria. Um dos líderes da rebelião foi o mestre-escola Thomaz Davatz que em 1858 publicaria um livro relatando a má experiência que vivera no Brasil – “Memórias de um colono no Brasil”.

⁹⁶ ALVES, Débora Bendocchi. *Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro-Turígia (1852-1853)*. In: Revista Brasileira de História, vol.23, nº45. São Paulo, 2003, p.156.

4. Tavares Bastos e a imigração

Muito embora as restrições impostas pelos governos da Prússia e da Suíça tenham sido um baque na política imigratória, o Brasil não cessaria completamente o estabelecimento de colonos em algumas províncias do país. Todavia, o caldo havia sido entornado; e por alguns longos anos⁹⁷ ficaria quase que impossível para os fazendeiros trazerem mão-de-obra germânica e suíça para trabalhar nos cafezais. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda⁹⁸, o tempo colaborou para o abandono do sistema de parceria, pois, em 1860, na província de São Paulo ainda restavam vinte e nove colônias; já dez anos depois, em 1870, apenas treze.

A década de 1860 iniciava-se para o Império Brasileiro comprovando o desgaste do sistema de parceria. A vinda de imigrantes por contratos discutidos ainda em seus países de origem tendia a diminuir cada vez mais. Mas em contra partida, aumentava a discussão no senado desejando a vinda de imigrantes. Seja pela ação do governo ou espontaneamente, o certo era que a imigração não podia parar, sendo uma necessidade para o país que não poderia abrir mão dela. Desta feita, alguns políticos abraçariam sua causa com todo o vigor, demonstrando ser necessário implementar uma política mais bem direcionada para se atingir a meta. Dentre esses políticos que desfilaram por essa década portando a bandeira da causa imigratória, Aureliano Cândido Tavares Bastos chamou a atenção de seus pares. O deputado alagoano, através de seus escritos na imprensa e suas publicações de livros e folhetos, alertava a opinião pública⁹⁹ sobre a necessidade de se investir em tão nobre causa.

⁹⁷ Cerca de 25 ou 30 anos segundo Sérgio Buarque de Holanda. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *As colônias de Parceria. In: História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico. Tomo II, volume 3- Reações e Transações*, 6.ed. São Paulo: Bertrand 1987.

⁹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *As colônias de Parceria. In: História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico. Tomo II, volume 3- Reações e Transações*, 6.ed. São Paulo: Bertrand 1987, p.257.

⁹⁹ Estamos tomando a idéia de opinião pública no sentido atribuído por Robert Darton que analisou a expansão do ato de ler em meados do século XIX por uma parcela da população com algum recurso

Indo além do discurso retórico, ele procurou investir na fundação de uma sociedade particular que, dentre outras coisas, tinha o intuito de dar assistência aos imigrantes que chegavam a Corte e de viabilizar uma campanha pela causa imigratória.

Dentre do repertório de projetos liberais idealizados por Tavares Bastos, a necessidade de se investir na imigração ganhou muito destaque no palanque político e nas folhas da imprensa. A sua propaganda visava convencer os dirigentes políticos a investirem em programas que viessem a facilitar e a aumentar a entrada de imigrantes de uma forma espontânea. Acreditava que a imigração espontânea era aquela que melhor cabia ao desenvolvimento do país, pois através dela vinham os melhores imigrantes, ou seja, aqueles que realmente desejavam ter oportunidade de prosperidade. Acreditava que a imigração direcionada pelo governo não era a adequada pelo fato de incorporar os considerados “piores elementos” – vagabundos, viciados, doentes, idosos, que os governos dos países de origem queriam dispensar.

Para Tavares Bastos, a imigração não devia ser entendida apenas como um fator de reposição de mão-de-obra. Muito além disso, a imigração representava a renovação do Brasil, pois os imigrantes poderiam ser vistos como sinônimo de progresso e portadores dos benefícios do trabalho livre. Dentro desta lógica, somente a imigração espontânea mereceria créditos; mas para que esta fosse bem sucedida era necessário que o governo reconhecesse a necessidade de reformas políticas, econômicas e sociais urgentes para que assim abundasse uma quantidade grande de imigrantes em terras brasileiras. Era necessário que o governo investisse em melhorias para o país. Essas resultariam num maior número de

financeiro que habitava as grandes cidades do mundo ocidental. Todavia, de acordo com o autor, a prática de leitura em locais públicos e em clubes de leitura era uma visão comum neste mesmo século. DARTON, Robert. *Primeiros passos para uma história da leitura*. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

imigrantes entrando espontaneamente. Tavares Bastos se lançaria, nos anos iniciais da década de 1860, com fervor e ânimo nesta batalha; construiria seu discurso político pautado na necessidade do Brasil desenvolver instituições liberais que devidamente aplicadas abririam as portas à imigração.

Todavia, não era qualquer imigrante que atraía a atenção de Tavares Bastos que desejava sobretudo os imigrantes vindos do norte da Europa (suíços, alemães, belgas, irlandeses, ingleses, franceses – lamentava que as duas últimas nacionalidades não buscassem o Brasil) e norte-americanos. Os povos latinos não despertavam tanto o seu interesse, embora não os excluísse totalmente, pois segundo ele, suas instituições políticas e sociais não haviam avançado; eram povos presos ao pensamento retrógrado do catolicismo e do absolutismo – bem diversos dos povos nórdicos que haviam desenvolvido instituições liberais e avançavam nos padrões do progresso. Tavares Bastos construía assim a sua tese imigratória muito em virtude de um racismo histórico¹⁰⁰ baseado num discurso que dividia os povos entre os que foram capazes de construir grandes civilizações e os que se mantiveram no atraso.

5. Primeiros escritos

Nas poucas páginas do opúsculo “*Os males do presente e as esperanças do futuro*”, Tavares Bastos, como vimos, resumia seu pensamento afirmando que a origem de todos os males brasileiros encontrava-se no colonialismo e na herança absolutista portuguesa que continuavam vigorando na mentalidade política do país mesmo após o Sete de Setembro. Tentando alertar seus leitores sobre a realidade do Brasil, ele não esquecia de

¹⁰⁰ Teoria que pregava a diferença entre os povos tentando medir o avanço e a complexidade das sociedades desenvolvidas entre os vários povos. Ver: TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

mencionar os vícios políticos e administrativos que emperravam a educação, o comércio, a agricultura e enchiam o país de dívidas. Sobre a imigração, Tavares Bastos lançava uma pequena nota declarando que o triste efeito da suspensão da vinda de europeus não passava do fruto colhido pelo governo imperial por conta de sua conivência e omissão frente aos abusos do sistema de parceria.

No ano de 1861, em sua série de cartas enviadas ao jornal *Correio Mercantil*¹⁰¹, entre setembro a abril de 1862, ele suscitava de forma mais direta as suas teses sobre a imigração, esclarecendo os benefícios que adviriam dela. Na carta datada de outubro de 1861, ele expôs o porquê de não se visar à imigração subvencionada, pois “*sustenta o vadio e o indigente*” e somas de dinheiro que poderiam ser mais bem empregadas escoavam numa imigração que não gerava dividendo. Tavares Bastos deixava claro que frente ao fracasso do sistema de parceria, apenas duas opções poderiam emergir entre alguns políticos e fazendeiros que tinham a intenção de atrair imigrantes – a subvencionada e a espontânea. Ele não abriria mão da segunda opção por ver nela a mais coerente contra os erros da política absolutista praticada pelo governo imperial. Sua luta apoiar-se-ia neste alicerce, mas para que esta realmente tivesse o êxito merecido era necessário convencer o governo a mudar suas instituições, abrindo-as para um viés liberal que atrairia os europeus.

Nas cartas ao *Correio Mercantil*, ele deixava estabelecido que o imigrante faria muito mais do que simplesmente substituir o escravo nas plantações: ajudariam a modificar o “*espírito atrasado do povo brasileiro*”, era necessário que os políticos se convencessem rapidamente disto. Em outubro de 1861, alertava que, em parte, o caráter “*degenerado*” do brasileiro era o resultado da falta de instrução que acometia o povo. De acordo com suas

¹⁰¹ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1975.

denúncias, a precariedade do ensino brasileiro era imensa; o que não levava a formação de cidadãos valorosos. O imigrante, frente a esse quadro, perceberia que estava vindo para um péssimo país, entendendo que o melhor a fazer seria ir embora. O caráter de sua “*raça vigorosa*” não suportaria viver com “*semibárbaros*”.

“Nada pode ser mais antipático ao estrangeiro do que o atraso moral de nossa população. Sem os emigrantes da Alemanha e da Grã Bretanha, nunca o Brasil progredirá; é preciso que o sangue puro das raças do Norte venha desenvolver e remoçar a nossa raça degenerada. Mas, entretanto, quantas vezes encontrais na mor parte das províncias uma família de estrangeiros? Eles desembarcam, observam e passam. Não há fixa-los em uma terra sem costumes e sem luzes¹⁰².”

Na carta de 30 de março de 1862, ratificaria a tese da “*imoralidade*” brasileira acrescentando que a mistura entre brasileiros e imigrantes resultaria em algo positivo para o Brasil: daria uma nova alma ao povo, daria virilidade e faria o Brasil progredir, finalmente:

“A imoralidade é tradicional em nossa raça. Querem que o país prospere? Comecem pela base, comecem pelo cruzamento de raças. Não vos cause estranheza essa excentricidade: não há nada mais exato¹⁰³.”

Como afirmamos anteriormente, somente “*as raças viris do norte do globo*” poderiam cumprir essa tarefa de ajudar o Brasil a progredir, mudando a face de seu povo “*semibárbaro*”. Como podemos observar, a visão de Tavares Bastos sobre o povo brasileiro, neste momento, ainda era bastante negativa e para piorar a situação existia um longo passado de predomínio do tráfico de africanos, representante do atraso que haviam emperrado o progresso do país.

Tavares Bastos fora um grande defensor da emancipação dos cativos. Via na escravidão a perversão da “*ordem natural do trabalho*”. Nos seus escritos iniciais, defendia

¹⁰² Ibid., p.35.

¹⁰³ Ibid., “*Cartas...*”, p.241.

a libertação dos cativos de uma forma gradual e ordenada para que não gerasse crises na lavoura. Em suas cartas enviadas ao jornal Correio Mercantil, “o solitário” não podia deixar de bradar pelo fim de ignóbil sistema acrescentando que a adoção de sua prática e a demora do governo pela eliminação do tráfico havia prejudicado a entrada de imigrantes. Se o tráfico tivesse sido eliminado antes de 1850, o Brasil poderia ter a mais tempo um maior número de famílias européias, e impedido que um número maior de africanos, que dentro do “*teatro da civilização*” ocupavam o papel de um “*bárbaro devastador das florestas virgens*”¹⁰⁴, habitassem essas terras. Os imigrantes europeus, por sua vez, ocupariam no teatro da civilização o papel dos “*regeneradores dos maus costumes brasileiros*”; costumes que em parte foram lançados pela presença africana. Com o peito aberto resumia seu projeto: “*o emigrante europeu devia e deve de ser o alvo de nossas ambições, como o africano o objeto de nossas antipatias*”¹⁰⁵. Os libertos seriam um peso para o Brasil que infelizmente não havia pensado nessa herança negativa; o certo agora seria dar a liberdade gradual aos escravos, ao mesmo tempo em que se deveria encher o país com imigrantes – as alegrias que os segundos trariam, fariam esquecer a tristeza dos primeiros, assim pensava Tavares Bastos nos anos iniciais da década de 1860.

6. A Sociedade Internacional de Imigração

No início do ano de 1866, se reuniu na cidade do Rio de Janeiro, mais exatamente na Praça do Comércio, um pequeno grupo formado por alguns homens que partilhavam os mesmos ideais frente à crença de que a imigração era um bom negócio para o Brasil. Por iniciativa própria, esses homens se uniam para criar a Sociedade Internacional de

¹⁰⁴ Ibid., p.91.

¹⁰⁵ Ibid., “*Cartas...*”, p. 91.

Imigração, cujos objetivos poderiam ser resumidos em duas teorias centrais: defender o imigrante que chegava ao Rio de Janeiro, e convencer, através de um amplo trabalho de divulgação, o governo e a opinião pública sobre a necessidade de mudanças institucionais para que a imigração espontânea ocorresse com êxito. A diretoria da dita Sociedade foi composta por poucos membros sendo alguns deles estrangeiros: Caetano Furquim de Almeida (presidente), Aureliano Cândido Tavares Bastos (redator do estatuto), Fernando Castiço, Herman Haupt (cônsul da Prússia no Brasil), G. Scully, Eduardo Pecher, José Corrêa de Aguiar e Rodrigo Ferreira Felício.

A primeira grande proposta da Sociedade Internacional de Imigração consistia em oferecer ao imigrante uma tutela, uma proteção contra as injustiças que poderia sofrer no Brasil, quer fosse a injustiça praticada por um particular ou por alguma autoridade pública. O imigrante precisava sentir que estava sendo bem acolhido no Brasil, que não estava sendo trapaceado; e para tanto a Sociedade entraria como a defensora da integridade desses estrangeiros perante a lei brasileira que era pouco, ou melhor nada, conhecida por eles. O imigrante encontraria as portas da Sociedade abertas¹⁰⁶ para poder relatar a “violência moral” sofrida e receber de seus membros todo o apoio jurídico e o acompanhamento nos tribunais caso fosse necessário. Sobre tal ponto esclarecia Tavares Bastos:

“A proteção moral é a única que a associação deve dar ao emigrante, a sua missão é a seguinte: fazer com que nunca o emigrante tenha de sofrer coisas que a lei brasileira condena e reprovava, e que ele goze completa e efetivamente da proteção da mesma lei”¹⁰⁷.”

A segunda proposta se resumia à idéia de tentar convencer o meio político e a opinião pública a investir com toda a força na imigração, vendo nesta a materialização de

¹⁰⁶ A localização da Sociedade Internacional de Imigração era no edifício da Praça do Comércio.

¹⁰⁷ Coleção Tavares Bastos -Setor de Manuscritos da BN.

vantagens tanto imediatas como a muito longo prazo que poderiam mudar o destino do país para muito melhor. Por se constituir numa ação longa e de difícil realização, mas que acompanhada pela firmeza de propósito e com o aumento do número de adeptos se tornaria factível de concretização, poderia ser subdividida em duas linhas de ação: em primeiro lugar desenvolver um amplo trabalho de divulgação sobre a importância de se apoiar à política imigratória (espontânea), assim como do empenho de se construírem várias sociedades pelo território brasileiro que viessem em apoio aos imigrantes seguindo os moldes da Sociedade Internacional de Imigração, além de promover a prática de se mandarem oradores da Corte para as províncias distantes promovendo palestras públicas sobre o tema e divulgando a idéia em panfletos e artigos de jornais; em segundo lugar desenvolver uma discussão política que viesse a renovar artigos da Constituição, permitindo uma maior liberdade nas instituições brasileiras que seriam benéficas à imigração espontânea – pontos como completa liberdade de culto, casamento civil¹⁰⁸, facilidade no processo de naturalização, programas de melhoramento das vias de comunicação e transporte, liberdade para as províncias construírem “projetos chamariz” de imigrantes, permitir a fundação de sociedades anônimas sem passar pela aprovação do Rio de Janeiro, abolir a escravidão, etc.

O que conhecemos sobre o trabalho deste pequeno grupo de homens que se esforçavam pela propagação da causa imigratória, pode ser basicamente encontrado no primeiro e único relatório da Sociedade Internacional de Imigração impresso em março de

¹⁰⁸ Antes das propostas apresentadas pela Sociedade Internacional de Imigração, já havia surgido, pela atuação de Nabuco de Araújo, uma legislação especial referente ao casamento dos acatólicos: Lei 1.1434, de 11/9/1861, que deu efeitos civis aos casamentos religiosos realizados pelos não católicos desde que estivessem devidamente registrados. Mas adiante veremos que Tavares Bastos criticava esta lei como sendo incompleta.

1867. O relatório continha o balancete e impressões do ano anterior, além dos textos “*Memórias sobre Imigração*” e o “*Manifesto da Sociedade Internacional de Imigração*” ambos escritos por Tavares Bastos, além de um estudo sobre a situação da imigração no Brasil, escrito pelo cônsul prussiano Herman Haupt. Neste relatório, o presidente Caetano Furquim de Almeida teve a preocupação de deixar bem nítido quais foram os benefícios espalhados pela Sociedade em 1866, demonstrando o empenho que esta teve em tudo fazer pelo bem dos imigrantes. Entretanto, a falta de ajuda do governo e a falta de apoio dos sócios estariam obrigando o fechamento da Sociedade que sem recursos não conseguia se manter. O lamento dos membros da Sociedade se dirigia principalmente aos governantes que não despertavam para a necessidade de se investir nesta causa.

“Mas, infelizmente, o resultado não tem correspondido às expectativas. Todos desejam e pedem a imigração, mas pouco se faz por ela. Querem que se decretem garantias e favores, mas não auxiliam a causa da propaganda, sem a qual triunfam dificilmente as idéias reformadoras¹⁰⁹.”

Em tom de despedida, o presidente agradecia a todos que os auxiliaram: aos sócios e a imprensa da Corte, em especial ao Diário do Rio de Janeiro, por suas notas a favor da Sociedade. Mas, infelizmente, relatava o presidente, pela diminuição do número de sócios houve falta de recursos, não permitindo que eles continuassem a “*nobre campanha*”. Tornava-se tarefa árdua, explicava Caetano Furquim de Almeida, cobrar a anuidade de 24\$000 uma vez que vários associados deixaram de pagá-la. A indiferença da população, apesar de todos os esforços empreendidos na divulgação, também pesou para o abandono da causa. Afinal faltou interesse da opinião pública em se convencer sobre os benefícios da

¹⁰⁹ 1º Relatório Anual da diretoria da Sociedade Internacional de Imigração do ano de 1867. Número I. Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C.:Rio de Janeiro,1867.

imigração. Sendo assim, no dia 08 de abril de 1867, saía no “Diário do Rio de Janeiro” uma nota da diretoria convidando seus membros a participarem de uma reunião extraordinária, no 10 de abril, para decidirem por votação pela extinção da Sociedade.

Uma das queixas apresentada no relatório se dirigia diretamente ao governo imperial afirmando que este não se mobilizara em reconhecer o trabalho da Sociedade Internacional de Imigração. Fora concedido aos membros da Sociedade, por parte do governo imperial, o direito de dirigirem uma hospedaria na cidade do Rio de Janeiro para que pudessem hospedar por alguns dias os imigrantes que ali chegavam. O governo garantiu uma verba para que o trabalho pudesse ser executado. Após alguns meses sobre a regência da Sociedade Internacional de Imigração, o encargo pela hospedaria acabou sendo repassado ao governo, pois os membros da Sociedade não conseguiram mantê-la. De acordo com Caetano Furquim de Almeida, tudo havia sido feito para que a hospedaria funcionasse bem, e mesmo no seu início os resultados foram infinitamente grandes. Todavia, como era natural que ocorresse, à medida que crescia o número de imigrantes também aumentava as despesas, e o governo se recusava a repassar mais verbas à Sociedade Internacional de Imigração. Diante desta problemática, a Sociedade, continuava Caetano a explicar, teve que se desfazer com muito pesar da hospedaria. O relatório da Sociedade tentava provar através dos números apresentados em uma tabela feita pelo tesoureiro da Sociedade, Fernando Augusto da Rocha, como era evidente à falta de recursos. Falta que em grande parte fora causada pela entrada de imigrantes norte-americanos em dezembro de 1866.

A imigração de norte-americanos para o Brasil representava a concretização de um sonho para Tavares Bastos que sempre a defendera. Como já mencionamos, em sua lógica “racial”, esses imigrantes representavam o fruto direto das “raças vigorosas” do

norte da Europa; representando, portanto, um povo portador de progresso e civilização. Após a Guerra de Secessão (1861-1865), algumas famílias de sulistas inconformados com a derrota e as mudanças políticas que advieram no seu país resolveram recomeçar suas vidas em outro lugar. O Brasil foi avaliado pelas comissões de imigração do sul dos EUA como uma opção interessante.

A Sociedade Internacional de Imigração se animara muito com este fato; o empenho de seus membros em abraçar esses imigrantes era marcante. Segundo David Gueiros Vieiros¹¹⁰, de maneira geral, o público leitor de jornais da época aprovou as notícias que anunciavam a vinda de imigrantes sulistas americanos para o Brasil. Os motivos da aprovação não eram somente, explica o autor, resultado do fato desses imigrantes terem vivenciado e aprovado o sistema escravista, mas antes disso, vinha muito do empenho de alguns políticos que utilizaram a imprensa para divulgar as vantagens que essa imigração poderia trazer ao país, dentre esses homens o nome de Tavares Bastos era o mais destacado.

“A admiração pela causa e pela determinação sulista não explicava por si só a amável acolhida recebida pelos confederados. Parte dessas boas-vindas foram dadas por um grupo de indivíduos que há muito desejava esse tipo de influxo de conhecimento técnico e mão-de-obra qualificada no país. Esse era o grupo de liberais que, em 1862, tinha-se agrupado em torno de Tavares Bastos quando, sob o pseudônimo de “O Solitário”, apelara para a imigração protestante anglo-saxônica como uma fórmula mágica de progresso para o Brasil. Em 1867 o jornal O Apóstolo chistosamente apelidara este grupo de “secretários dos melhoramentos repentinos”¹¹¹.”

¹¹⁰VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

¹¹¹ Ibid, p.210.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda¹¹², anunciar que todo o imigrante norte-americano que entrou no Brasil era escravocrata representava um erro. Em sua análise, a imigração norte-americana era muito heterogênea e não se formava apenas por sulistas (embora reconheça que estavam em maioria) e menos ainda por todos sendo norte-americanos natos (existiam europeus já radicados nos EUA há algum tempo que também vieram). Com o fim da Guerra Civil, alguns norte-americanos, tais como o reverendo Ballard Smith Dunn, o Dr. James Mc Fadden Gaston , Major Merriwether e Dr. Shaw travaram contatos com o então Ministro da Agricultura do Império, Paula e Souza, no sentido de abrirem frentes para que as famílias norte-americanas pudessem ser instaladas no Brasil. Entre os que chegaram, cerca de dois mil indivíduos, grande parte era de lavradores em busca de terras para prosperarem; mas uma outra parte era constituída de profissionais de diversas atividades como: médicos, dentistas, operários, mecânicos e negociantes. Os norte-americanos, em sua maioria, se fixaram no interior e no litoral paulista¹¹³. No sul do país, no Espírito Santo, no interior do Rio de Janeiro, no Pará e na Bahia também eles se estabeleceram. No geral, as colônias fundadas por eles foram um fracasso total. Apenas áreas de norte-americanos que não eram de colonização – Santa Bárbara e Vila Americana, prosperaram e se tornaram focos de atração para os colonos das terras fracassadas.

Chegando o período de estabilidade econômica dos estados sulistas que aos poucos foram reestruturando suas bases econômicas, a imigração de norte-americanos cessou logo. Além do que, explica Sérgio Buarque, o movimento de “Reconstrução” que pretendia lutar pela inserção do negro na sociedade norte-americana começou a ganhar

¹¹² HOLANDA, *Aspectos das Migrações Norte-Americanas após a Guerra de Civil*. In: *História Geral da Civilização Brasileira* : O Brasil Monárquico. Tomo II, volume 3- Reações e Transações, 6.ed. São Paulo: Bertrand 1987, p.268.

¹¹³ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, cerca de 800 dos 2.000 que chegaram. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Aspectos das migrações norte-americanas após a guerra civil*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico: Tomo II, volume 3- Reações e Transações..6. ed, São Paulo: Bertrand, 1987.

força, o que acendeu as antigas paixões desses imigrantes fazendo com que “*quase a metade dos imigrantes voltaram aos Estados Unidos durante o movimento, muitos deles com a ajuda do consulado americano*”¹¹⁴.

Sendo os EUA um dos principais focos de atração de imigrantes era lógico que a migração de sulistas para o Império Brasileiro haveria de ser por pouco tempo. Além do mais, com a questão política e econômica dos antigos confederados se regularizando cessariam as causas que faziam as famílias abandonarem sua terra natal. A Sociedade Internacional de Imigração empolgada com a vinda de “*elementos portadores do progresso*” esperava sempre mais e mais levadas. Os membros da Sociedade sentiram na pele o que foi não terem calculado bem a questão. Com muita frustração tiveram que admitir que não conseguiram manter a hospedaria de imigrantes concedida pelo governo, como tanto haviam desejado. No relatório, a entrada de 220 norte-americanos vindos pelo vapor South América em 19 de dezembro de 1866 foi registrada; e junto veio o espantoso crescimento das despesas para abrigá-los até o dia 31 do mesmo mês – os gastos já contabilizavam 4.557\$410.

Alegavam os membros da Sociedade Internacional de Imigração que não haviam tido culpa: o governo não os tinha apoiado como pediam. Muito pouco era o dinheiro oferecido pelo governo imperial e os membros particulares não honravam a anuidade assumida. Todavia, a imprensa não os poupou de críticas. O Jornal do Comércio emitia a seus leitores uma nota em 22 de março de 1867 assinalando que os membros da Sociedade Internacional de Imigração haviam iludido a população da Corte, uma vez que seus estatutos não foram cumpridos e que durante o seu tempo de duração a dita Sociedade trabalhou muito pouco pela causa da imigração, preferindo preocupar-se mais com o

¹¹⁴ Idem, p. 269.

estabelecimento de um escritório. Além do mais seus membros enganaram a todos sustentando o discurso de um “*êxito ilimitado de norte-americanos*”, muito embora não tiveram a capacidade de manter a hospedaria de imigrantes, ficando claro, concluía a nota do jornal, que seus membros relegaram os estatutos.

“Sentimos que a Sociedade Internacional de Imigração deixasse escapar-lhe o ensejo de defender os verdadeiros princípios, esses mesmos que estavam consignados nos seus estatutos, e que nas sessões preparatórias haviam sido discutidos e proclamados¹¹⁵.”

No dia seguinte, Caetano Furquim de Almeida escreveria ao mesmo jornal pedindo direito de resposta, pois afinal as críticas eram infundadas, injustas e ofendiam o trabalho dos membros da Sociedade Internacional de Imigração. Furquim rebatia a acusação do escritório afirmando que sem o estabelecimento deste não se trabalharia, e em seguida lembrava que Tavares Bastos tinha desenvolvido estudos sérios e enriquecedores sobre os mais variados temas relacionados à imigração, inclusive sobre a questão do casamento civil que vinha gerando várias dúvidas. Lembrava ainda que Herman Haupt redigiu valorosos estudos sobre como caminhava a imigração no Brasil, e que a Sociedade havia ajudado a muitos imigrantes que foram beneficiados juridicamente, sendo devidamente instalados na hospedaria para em seguida serem encaminhados para as colônias. Se mais não foi feito não havia sido culpa dos membros da Sociedade; significava apenas que faltou a ajuda financeira do governo e o apoio de mais pessoas interessadas em auxiliar a causa – Furquim concluía assim sua defesa.

A luta da Sociedade Internacional de Imigração era por demais utópica em insistir na crença de que reformas liberais fossem feitas para que a imigração espontânea ganhasse

¹¹⁵ Jornal do Comércio, em 22 de março de 1867.

êxito tão facilmente. Os interesses dos grandes proprietários de terras se chocavam com as propostas dos liberais da Sociedade Internacional de Imigração.

7. Uma “nobre missão”: convencer a opinião pública

Ilmar Rohloff de Mattos, em *O Tempo Saquarema*¹¹⁶ analisou a constituição da classe senhorial durante o Segundo Reinado, na qual os saquaremas tomaram a direção ideológica frente aos luzias. Foram os saquaremas que souberam apresentar o meio mais eficaz para se conservar a ordem, desenvolver a civilização e buscar a legitimidade do poder que seria representado pela figura do imperador; caberia aos liberais se movimentarem dentro da órbita hegemônica saquarema. A própria mensagem do velho provérbio que afirmava não haver nada tão parecido com um saquarema do que um luzia no poder, provava uma construção ideológica implícita, pela qual os conservadores, mesmo jogando com as palavras, acabavam por confirmar a hierarquia que separava os dois grupos junto à disputa pelo poder. Portanto, embora as semelhanças frente à necessidade de conservarem o status social e o medo de levantes populares, as diferenças existiam; principalmente no que dizia respeito aos questionamentos dos luzias em relação a uma postura menos centralizadora do aparelho de Estado. Com o “renascer liberal¹¹⁷”, essas relevantes diferenças foram se tornando mais visíveis, e a movimentação liberal por mais espaço dentro da esfera saquarema se fazia notar. Estando o liberal Tavares Bastos inserido nesta década de 1860, não fica difícil entendermos seus passos frente à busca de seu partido por mais espaço. Sendo assim, seus debates e seus projetos ganhavam uma clara dimensão

¹¹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Access, 1994.

¹¹⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro*. 12 ed. São Paulo: Atual, 1999, p. 270.

dentro da disputa ideológica luzias *versus* saquaremas. O seu projeto imigratório deve ser lido dentro desta esfera política dos anos de 1860, na qual os liberais buscavam demarcar suas diferenças.

Segundo Pierre Bourdieu¹¹⁸, não existiriam intelectuais autônomos: todos estariam vinculados a um campo de atuação e de debates. Esse campo intelectual, por sua vez, não deve ser dissociado das condições históricas, pois as tendências ideológicas seguidas por esse campo intelectual refletem as lutas e tendências vivenciadas por cada condição histórica específica. O grau de reconhecimento de um intelectual estaria circunscrito a posição que ele ocupa neste campo, ou seja se ele tem muito ou pouco reconhecimento por parte de seus pares. Assim, um intelectual que busca defender um discurso precisa saber usar do seu grau de legitimidade para tentar convencer o seu grupo, bem como aos opositores. Desta feita, Tavares Bastos poderia ser encaixado nesta lógica, pois sabia usar de seu “capital simbólico” dentro do campo político; além do que, possuía um considerável campo de atuação, fazendo com que o seu engajamento dentro da Sociedade Internacional de Imigração e a sua participação política no Parlamento em defesa da imigração o cobrisse de legitimidade para se fazer ouvir tanto por liberais como por saquaremas. Sua posição dentro do campo político lhe garantia armas suficientes para produzir um discurso político em forma de um panfleto que visava defender a imigração através de um viés liberal que mexeria com as instituições saquaremas.

Escrito para compor o manifesto da Sociedade Internacional de Imigração, o opúsculo “*Memória sobre Imigração*”¹¹⁹, (1866), de autoria de Aureliano Cândido Tavares

¹¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

¹¹⁹ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1976. Em Anexo encontra-se “Memórias sobre Imigração”.

Bastos, contém os princípios da luta política liberal. O repertório da obra, que visava demonstrar que caminhos deveriam ser seguidos pelo governo imperial para que a imigração se instalasse com força no Brasil, estava repleto da construção de um ideário que levaria o país às portas do liberalismo econômico e social; sendo, portanto, possível ler este manifesto como uma cartilha repleta de sentido político, em que se anunciava a diferença entre o programa liberal defendido por ele junto com os membros da Sociedade Internacional de Imigração e as propostas saquaremas em vigor; sendo que essas, até o momento, não estavam servindo para resolver a questão da imigração.

Para compor seu discurso, Tavares Bastos dividiu este opúsculo em 10 pequenos capítulos. Em alguns deles destacou a necessidade da imigração no mundo moderno para o “engrandecimento das nações” e o quanto o Brasil estava mal preparado frente aos outros países para receber levas de imigrantes. Em suas páginas, ele analisava os erros da política atual que acabavam por bloquear a imigração espontânea, reclamando, portanto, por reformas urgentes em diversos setores institucionais do país. Escrito para convencer a opinião pública e o meio político, “Memória sobre Imigração”, representava a certeza de Tavares Bastos e dos membros da Sociedade Internacional de Imigração de que somente uma política mais liberal traria maior número de imigrantes europeus para o Brasil, permitindo que o trabalho livre se instalasse definitivamente no Império e iniciando uma era de verdadeira civilização e progresso, deixando para trás o discurso sem prática das instâncias conservadoras. Analisemos os principais pontos de seu discurso.

Vencer a concorrência

A questão imigratória casava-se perfeitamente com a política externa de países que abraçavam os ideais liberais. Os países da América e da Oceania, precisando colonizar

seus territórios e necessitando incrementar suas economias com a expansão do trabalho livre, acabavam por se entenderem como concorrentes frente aos fluxos migratórios que saíam da Europa através de correntes espontâneas. Para vencer o adversário nesta disputa seria necessário oferecer as melhores ofertas aos imigrantes, seguindo a cartilha liberal ditada pela lei da oferta e da procura. Tavares Bastos, um apaixonado pelo liberalismo, compreendia exatamente como funcionava a disputa. Portanto, ditava à opinião pública e alertava aos governantes que caminho deveria ser trilhado para se vencer os concorrentes. O Brasil, por estar preso a instituições obsoletas, achava Tavares Bastos, acabava perdendo imigrantes para outros portos do mundo tais como os EUA, a Austrália e a Argentina.

À primeira vista, não faltariam ao Brasil condições para o estabelecimento de uma forte corrente de imigração espontânea; afinal tinha um grande território, terras férteis, extensas costas, rios numerosos, pouca distância da Europa. Entretanto faltava ao Império adotar a postura de uma verdadeira prática liberal. O país se pautava numa falsa aparência liberal que não existia na prática. Portanto não era difícil entender por que os demais países em busca de imigrantes deixavam o Brasil para trás nesta disputa. Tavares Bastos alertava através de números que era necessário agir o quanto antes para mudar a situação; ele citava como exemplo a média anual de imigrantes que entraram em todo o Brasil: no ano de 1865, o país não havia passado da média de 15.061 indivíduos, enquanto o porto de Buenos Aires sozinho, em 1865, recebia uma média de 11.767 indivíduos¹²⁰.

“Em meio século, de 1810 a 1859, os Estados Unidos receberam pouco menos de 6.000.000 imigrantes. Ao período de 1850 a 1857 coube metade dessa corrente.(...) Em trinta anos, 1830 a 1859, as colônias de Austrália receberam 678.748, e, nos últimos anos desse período, a média anual

¹²⁰ Para ter noção desses números Tavares Bastos consultou o relatório da diretoria de terras pública do Brasil lançado no início do ano de 1866. E para saber os dados da Argentina, ele consultou “Memória del Ministro del Interior” de 1865, e também na “mensagem do vice-presidente ao Congresso” escrita no início de 1866. Ver: BASTOS, op. cit. “Males...” – “Memórias sobre Imigração”, p.54.

*aproximava-se de 50.000.(...) O Rio da Prata, surgido há pouco das suas prolongadas comoções, caminha depressa na colonização.Em 1864,(...),o número de imigrantes espontâneos chegados só ao porto de Buenos Aires foi de 11.682.(...)Nos primeiros quatro meses de 1866 o número de imigrantes elevou-se a 4.780.Pois bem! um dos portos do Rio da Prata está **competindo** com o Brasil inteiro¹²¹.”(Grifo meu)*

Escavidão versus Imigração

Relacionando escravidão e imigração, Tavares Bastos afirmava que o sistema escravista não era totalmente incompatível com a imigração como muitos poderiam pensar (o caso norte-americano era a prova disto). Os EUA, mesmo enquanto vigorava a escravidão, não deixou de receber levas de imigrante. O tráfico, este sim, é que era prejudicial à imigração. Mas mesmo assim, ele alertava as autoridades: os escravos das cidades prejudicavam o trabalho dos imigrantes, sendo, portanto, necessário a aprovação de um imposto sobre cada escravo urbano. O imposto deveria aumentar de valor anualmente, o que sobrecarregaria os proprietários que, por fim, acabariam vendendo os escravos para os fazendeiros do interior. As cidades ficariam livres para o desenvolvimento do trabalho imigrante.

“(…), a mesma lei que criasse tal imposto deveria proibir a todos de possuírem nas povoações maior número de escravos do que os necessários ao serviço domesticam; os que excedessem pagariam uma taxa elevada e progressiva.Assim desapareceria das cidades a repugnante indústria do aluguel de escravos, e os imigrantes as povoariam lentamente, substituindo aqueles nos serviços urbanos com maior proveito público¹²².”

¹²¹ BASTOS, op.cit., “Os males ...”,1976, pp. 53-55. Ver o anexo “Memórias sobre Imigração”.

¹²² BASTOS, op. cit., “Os males...”,1976, p.59. Ver o anexo “Memórias sobre Imigração”.

Lei de Terras

Como vimos, Tavares Bastos acreditava piamente nos benefícios superiores da imigração espontânea. Entretanto, ele reservou uma pequena exceção para a imigração subvencionada. De acordo com ele, a Lei de Terras de 1850 havia sido um progresso em termos liberais, mas faltava à lei um favorecimento mais satisfatório ao imigrante. O problema maior localizava-se no fato do governo não ter desenvolvido uma política de doações de terras, ou ao menos, de venda por preços baixíssimos como haviam feito os EUA¹²³. Unindo-se a este fato, existia a precária rede de comunicação interna que isolava as colônias dos centros urbanos. Sendo assim, até esses problemas serem resolvidos, o governo poderia intervir trazendo imigrantes para o Brasil, pois precisava muito deles e em grande quantidade para suavizar os efeitos da abolição. Entretanto, essa intervenção deveria ser bem restrita, detendo-se o governo central a somente mandar agentes à Europa para engajar trabalhadores agrícolas, além de ajudar na construção de colônias pelo país. Somente nesses casos é que Tavares Bastos frisava a atuação do governo, alertando que os agentes deveriam ser funcionários da mais alta competência e responsabilidade.

Quanto às terras para o cultivo, residia nesta questão um dos grandes empecilhos para o Brasil desenvolver a imigração espontânea. Os grandes proprietários além de deterem vastas extensões das melhores terras, possuíam-nas localizadas próximo aos mercados e as estradas de ferro ou de rodagem. Para amenizar o problema, Tavares Bastos citava Napoleão III e a sua solução para a Argélia através da criação de um imposto que teria como base à quantidade do solo cultivado ou não dentro dos domínios dos proprietários; o governante francês conseguira desta forma tornar a questão mais justa. O

¹²³ Nos EUA, o Governo Federal passou a controlar as áreas despovoadas dos Estados, e organizando essas regiões para a ocupação de famílias imigrantes. O Governo Federal restituía os Estados pelos territórios destinados à imigração. BASTOS, op.cit., “*Os males...*”, 1976. Ver o anexo “Memórias sobre Imigração”.

imposto desestimulava o grande proprietário a manter grandes faixas de terras improdutivas. Tavares Bastos recomendava que um ensaio fosse praticado nas propriedades próximas das estradas de ferro e de rodagem, sendo que as Províncias ficariam com o dinheiro arrecadado e o usariam para o desenvolvimento do sistema educacional.

“Um dos maiores obstáculos à imigração espontânea é serem possuídas pelos grandes proprietários vastas extensões das melhores terras, das terras vizinhas dos mercados e das estradas. Este resultado fatal do ininteligente sistema de doações empregado sem critério pelo governo da metrópole, é também, além disso, um estorvo ao desenvolvimento do trabalho livre¹²⁴.”

Vias de Comunicação

De acordo com Tavares Bastos, um dos melhores meios para auxiliar na expansão da imigração seria começando por: *“Promover a facilidade das comunicações, a comodidade e a segurança dos habitantes, é um meio indireto, mas eficacíssimo para atrair a imigração¹²⁵”*. Possuir uma ampla rede de vias de comunicação (telégrafos e sistema eficiente de correios) e de transporte (estradas de ferro, vapores, estradas de rodagem), significavam pontos essenciais para se ter à garantia necessária de que as colônias prosperariam. Em geral, as colônias ficavam muito longe dos mercados e a falta de vias de transporte ajudava a agravar a situação. Através de tabelas e números, Tavares Bastos demonstrava o quanto o Brasil estava atrasado em relação às demais nações na construção de estradas de ferro. Valeria a pena o país investir numa rede ferroviária, pois mesmo que os gastos fossem muitos, em poucos anos, devido a vitalização do comércio, o lucro dado por essas estradas de ferro compensariam o sacrifício presente.

¹²⁴ BASTOS, op.cit., “*Os males...*” 1976, p.75. Ver o anexo “Memórias sobre Imigração”.

¹²⁵ Ibid., p.99.

O deputado também chamava a atenção para a necessidade de se reformular um dos decretos imperiais que atrapalhava muito o deslocamento do imigrante pelo país – o uso do passaporte interno. Desde 1855, a lei do passaporte passou por uma revisão e decretou que após dois anos no Brasil, os estrangeiros não precisariam mais fazer uso do passaporte interno. Todavia Tavares Bastos acreditava que o passaporte interno deveria ser abolido para todos imediatamente, sem limites de tempo.

Naturalização

Grande era a burocracia enfrentada por um imigrante para conseguir a carta de naturalização se assim o desejasse. Para conseguir a cidadania brasileira precisava o imigrante de uma justificativa dispendiosa para um simples colono. Precisava pagar pelo custo da papelada, deveria esperar um longo tempo até a autorização ser remetida pela Corte no Rio de Janeiro, entre outras. Tavares Bastos acreditava que a obtenção da naturalização deveria ser facilitada para todos, através de uma gratuidade e com menos burocracia. Admitia que as mudanças na regra de naturalização não aumentariam a imigração espontânea por si só, mas certamente facilitariam a vida do imigrante que desejasse criar raízes no Brasil.

“É a facilidade das naturalizações que por si só promoverá a corrente de imigrantes? Não pretendemos certamente insinuar isto, quando pedimos tais facilidades. Nas, uma vez reconhecidas as suas incontestáveis vantagens, por que motivo embarçar a naturalização?”¹²⁶

¹²⁶ BASTOS, op.cit., “Os males...”, 1976, p. 92. Ver o anexo “Memórias sobre Imigração”.

Liberdade Religiosa e Casamento Civil

A liberdade de culto, explicava Tavares Bastos, era sem dúvida a mais elevada consagração da liberdade humana. Os EUA eram o maior exemplo desta máxima. O Brasil precisava abolir o preceito da religião oficial. O catolicismo não merecia ter mais privilégios do que as outras religiões. As exigências feitas pela Igreja Católica não permitiam o reconhecimento de casamentos não-católicos e mistos (católicos com protestantes), sem contar que havia também por parte desta instituição a intenção de repelir o discurso que via o casamento como um contrato civil.

O imigrante de origem protestante ficava prejudicado. O desejo de casar e criar uma família no Brasil significava o não reconhecimento dos direitos entre os cônjuges e sua prole não teria o reconhecimento oficial. De acordo com Tavares Bastos, esta era uma das questões mais graves que ajudavam a afastar a imigração para o Brasil; mesmo porque o governo agia contraditoriamente confundindo o colono. De um lado, o governo concedia aos colonos protestantes o direito de celebrarem seus cultos, mas do outro lado não reconhecia o casamento desses.

A batalha pela reforma na lei a favor de uma política mais liberal em direção ao reconhecimento dos casamentos dos não-católicos havia ganhado consistência na década de 1850. Tanto alguns conservadores, bem como alguns liberais¹²⁷ tinham iniciado uma batalha contra esse privilégio da Igreja Católica. De acordo com Gizlene Neder¹²⁸, os políticos brasileiros debruçados sob este debate dividiam-se em duas fileiras: a dos liberais, que, como Nabuco de Araújo, aceitavam encaminhar a reforma da codificação civil, e a dos

¹²⁷Nomes que se destacaram nessa luta: Visconde de Uruguai, Nabuco de Araújo e Diogo de Vasconcelos. Ver: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

¹²⁸NEDER, Gizlene. *Cultura Religiosa e Cultura Jurídica no Segundo Reinado: sobre os direitos civis de estrangeiros residentes no Brasil*. Texto apresentado para a Sociedade Brasileira de Pesquisa, História XXVI Reunião Anual – 10 a 21 de julho de 2006. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

ultramontanos, que dificultavam as reformas, tendo em vista a preservação do casamento como sacramento. As discussões levaram a criação da lei de 11 de setembro de 1861¹²⁹ que passou a reconhecer o casamento de protestantes. Todavia, Tavares Bastos, mesmo concordando com o avanço significativo que a lei gerou, não podia deixar de taxá-la como incompleta. A lei reconhecia o casamento de não-católicos somente passando por três condições: que o casamento fosse acompanhado de um ato religioso; que fosse registrado; que o pastor celebrante fosse reconhecido pelo Estado. De acordo com Tavares Bastos, os três pontos foram pensados para emperrar o funcionamento da lei, pois em primeiro lugar era uma “crueldade” a exigência de um ato religioso, pelo fato de que muitos poderiam considerá-lo dispensável e não praticável; em segundo lugar a falta de religiosos era comum no interior do país; longe das cidades havia poucos religiosos ocupando várias tarefas; em terceiro lugar, sendo já pouco o número de pastores protestantes quanto mais se diria dos reconhecidos pelo Estado.

Para Tavares Bastos a lei não resolvia o problema. Além do mais a lei excluía a condição do casamento misto (como se não existisse). Diante desses fatos, a Sociedade Internacional de Imigração se posicionou frente à opinião pública e aos governantes no sentido de esclarecer que era necessário fazer algo para que o ato civil precedesse o ato religioso, e que até não ocorresse o ato religioso se fosse desejo do casal. O que devia ser visto como indispensável era o ato civil, donde adviriam todos os direitos reconhecidos pela lei em defesa dos interesses dos cônjuges e de seus filhos. A inspiração desta luta, por parte

¹²⁹ Decreto 1.144 de 11 de setembro de 1861: “faz extensivo os efeitos civis dos casamentos, celebrados na forma das leis do Império, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado, e determina que sejam regulados o registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e óbitos das ditas pessoas, bem como as condições necessárias para que os de religiões toleradas possam praticar atos que produzem efeitos civis.”

dos membros da Sociedade Internacional de Imigração, vinha do historiador e político português Alexandre Herculano.

Portugal também passava durante a década de 1860 pela reforma da legislação que regiam as relações matrimoniais. Sendo um país de forte tradição católica (mesmo caso do Brasil) o debate não podia deixar de gerar ódios e movimentar as paixões dos políticos, dos membros da Igreja e da opinião pública envolvida. Os juristas brasileiros buscavam na antiga metrópole a inspiração para defenderem o debate, todavia não se esqueciam de levar em conta que no caso do Brasil existia uma diferença em relação ao caso português – as discussões aqui se mesclavam com o momento de busca pelo aumento do número de imigrantes.

Devido aos acalorados debates gerados em Portugal, uma comissão revisora do projeto civil havia sido escalada para fechar a questão, entre os membros mais destacados dessa comissão figurava o nome de Alexandre Herculano. A comissão decidira encontrar um meio termo para o problema tentando, desta forma, agradar ao maior número possível de indivíduos dentro dos vários segmentos sociais. Desta feita, a comissão determinou que o casamento era um contrato e não um sacramento, a liberdade religiosa deveria ser permitida e nunca perseguida. Entretanto, Portugal continuaria sendo um país católico, ou melhor, a religião de Estado continuaria vigorando e o casamento civil deveria ser visto como indissolúvel, visto que este sim era um dogma que não poderia ser questionado.

Frente às reações suscitadas, seja de grupos que não aceitavam a permanência dos poderes de Roma, seja de grupos que não concordavam com a vigência do casamento civil, Alexandre Herculano veio a público através da imprensa para responder as eventuais críticas. Em uma carta escrita ao “Jornal do Comércio de Lisboa”, datada de dezembro de 1865, ele afirmava que a solução de **não** negar o catolicismo como religião de Estado foi a

melhor pensada, pois as demais propostas poderiam levar ao “**abismo da perdição eterna**”¹³⁰. Alexandre Herculano fazia uma alusão clara ao sistema francês, uma vez que o código civil francês permitia o fim do contrato matrimonial, ou seja, não via a inseparabilidade como um dogma, situação que Portugal não poderia de maneira alguma concordar.

Pela reformulação de seu código, Portugal deveria, afirmava o romancista Alexandre Herculano ao “Jornal do Comércio de Lisboa”, permitir a liberdade de consciência religiosa, pois afinal seu Império Marítimo contava com grande número de muçulmanos, israelitas, budistas, hinduístas, protestantes e crendices africanas. Assim, negar a liberdade de consciência a esses povos seria retornar a infeliz época da Inquisição. Por outro lado, Portugal também não poderia imitar o panteão de deuses romano – isso seria negar o fato de que a maior parte do povo português era formada por católicos, e que portanto o catolicismo era a religião do Estado. Frente a esta situação, entre o respeito à liberdade de consciência e o respeito ao culto católico se pensou a melhor solução: aprovar o casamento civil garantindo o direito aos não-católicos de protegerem pela lei suas famílias. O que não se podia negar de forma alguma era a condição católica do Estado português e o dogma da indissolubilidade do casamento que estava acima das leis humanas.

“Doutrina da perpetuidade e indissolubilidade do matrimônio, essa doutrina que nobilitou a mulher, que moralmente a equiparou ao homem, que libertou a servidão abjeta metade do gênero humano, a comissão, que não sei se permitem que fosse composta de cristãos, sentia uma espécie de orgulho em reconhecer por experiência própria que, se o cristianismo não fosse uma religião divina, se de coisas profanas, ele seria sempre, para os legisladores e para as sociedades, a melhor e a mais fecunda filosofia”¹³¹.

¹³⁰HERCULANO, Alexandre. *Estudos sobre o Casamento Civil*. São Paulo: Francisco Alves, 1907, p. 258.

¹³¹ Ibid., p.274.

O respeito ao dogma da indissolubilidade do matrimônio seria o que aproximaria Tavares Bastos e os membros da Sociedade Internacional de Imigração do ensaísta Alexandre Herculano. Como afirmamos antes, Tavares Bastos tinha idéias contrárias àquelas que defendiam o catolicismo como a religião oficial do Estado. Desde “*Cartas do Solitário*”, vinha ele denunciando que a Igreja Católica não poderia ter mais direitos que as demais religiões. Neste ponto, ele divergia de Alexandre Herculano que concordava com a liberdade de consciência, mas temia “*o panteão romano*” instalado em terras lusitanas. Mas a proposta defendida por Tavares Bastos em sua “*Memória sobre imigração*”, se casava perfeitamente com a exposta por Alexandre Herculano no que dizia respeito à inviolabilidade dos laços formados entre o casal.

A Sociedade Internacional de Imigração, buscando atuar na propaganda a favor do casamento civil, passou a distribuir à população do Rio de Janeiro dois opúsculo de autoria do romancista Alexandre Herculano, pois “*desejando propagar as idéias que reputa mais sensatas, reimprimiu em 1 só folheto, os dois preciosos opúsculos do Sr. Alexandre Herculano: “Estudos sobre o casamento civil”. Os folhetos foram gratuitamente distribuídos nesta corte e remetido às províncias.*”¹³² Entretanto, explicava Caetano Furquim escritor do relatório de 1867, os membros da Sociedade Internacional de Imigração ao propagarem a necessidade de se lutar pela reforma do casamento civil foram mal interpretados por uma alta autoridade eclesiástica ultramontana¹³³. De acordo com David Gueiros Vieira¹³⁴, a autoridade em questão era o internúncio Domenico Sanguigni que relatou numa carta destinada ao Cardeal Antonelli (que se encontra hoje nos arquivos

¹³² 1º Relatório Anual da diretoria da Sociedade Internacional de Imigração do ano de 1867. Número I. Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C.: Rio de Janeiro, 1867.

¹³³ A doutrina ultramontana nasceu no meio católico como uma reação ao avanço das idéias liberais no mundo Ocidental. Seus adeptos, se inspiravam em ideais ultraconservadores e defendiam que o Papa era infalível em seus julgamentos e decisões.

¹³⁴ VIEIRA, op.cit., p.95.

do Vaticano) as ações liberais da Sociedade Internacional de Imigração formada por homens “ímpios e maçons”, “defensores dos protestantes” que insistiam em fazer propaganda favorecendo a instalação do casamento civil no Brasil.

De acordo com Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho¹³⁵, as forças conservadoras do catolicismo no Brasil não podiam ver com bons olhos a imigração de protestantes, pois a Igreja vinha há séculos sendo a detentora das normas de controle sobre os registros de nascimentos, óbitos, batismos e testamentos, além de velar pela ordenação dos casamentos – sendo o matrimônio um dos mais sagrados sacramentos, era de se esperar que reagisse e tentassem resistir “aos ventos da modernidade”,¹³⁶ tanto no Brasil quanto em Portugal, países onde a influência da Igreja na concepção de leis era imensa. Portanto, além das críticas feitas pela imprensa, pela falta de sócios que não honravam seus compromissos, pela falta de ajuda do governo, a Sociedade Internacional de Imigração precisou entrar em debates com os setores mais conservadores da Igreja Católica que não viam com bons olhos a imigração protestante e menos ainda as reformas em relação ao casamento.

Coolies

De acordo com Célia Maria Marinha de Azevedo¹³⁷, a discussão sobre investir ou não numa grande imigração de chineses para o Brasil se tornou forte durante os últimos anos da década de 1870¹³⁸ e ao longo da década de 1880 – décadas que marcavam a crise

¹³⁵ NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Os filhos da lei*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, nº45, fevereiro 2001.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹³⁸ O ministro da Agricultura, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (1810-1906), havia dado força à polêmica quando sugeriu em 1878 a necessidade de se utilizar mão-de-obra asiática.

do sistema escravista e a necessidade de mão-de-obra substituta se fazia premente. Entretanto, seriam nessas décadas também que as teorias do darwinismo social com sua idéia da “*inferioridade dos não-brancos*” passariam a entrar timidamente no país¹³⁹.

A idéia de que os chineses eram “degenerados” passou a fazer parte do repertório daqueles que abominavam esse tipo de imigração. Em contrapartida havia aqueles que a defendiam alegando o caráter transitório desta; que apenas serviria até a eliminação da escravidão. Contudo, a dúvida sobre a suposta inferioridade dos chineses gerara discussões ainda mesmo nas décadas de 1850-60; certamente que através de um embate menos denso do que aquele que adviria nas próximas décadas finais do Império¹⁴⁰. De acordo com Humberto Machado, sempre “*o mito da superioridade racial permeava o debate, sendo ressaltado pelos opositores à colonização chinesa*¹⁴¹” acabou se colocando como o discurso vencedor frente às dúvidas em relação a imigração de coolies. Logicamente que as dúvidas sobre os benefícios ou males em torno da imigração de chineses também envolveram Aureliano Cândido Tavares Bastos e os membros da Sociedade Internacional de Imigração.

A Inglaterra e a França estavam utilizando chineses em suas colônias na América Central, bem como os EUA estavam importando seus serviços na Califórnia. Até mesmo o governo de D. Pedro II, durante a década de 1850, mais precisamente entre 1854 e 1856, havia recebido no porto do Rio de Janeiro aproximadamente dois mil trabalhadores vindos

¹³⁹Ganhariam força no início da República. Ver: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

¹⁴⁰Ficou famosa a argumentação do senador Alfredo D’Escagnolle Taunay em 1888 contra a imigração de coolies, na qual tentava demonstrar através de conceitos bastante preconceituosos os males dessa imigração. Ver *Annais do Senado*, 18 de outubro de 1888.

¹⁴¹ MACHADO, Humberto. *Escravos, senhores e café: a crise da cafeicultura escravista da Vale do Paraíba Fluminense (1860-1888)*. Niterói: Cromos, 1993, p.119.

de Macau¹⁴². Durante a sobrevivência da Sociedade Internacional de Imigração, Tavares Bastos, sem grandes preocupações, via como possível a imigração de chineses, pois os exemplos das colônias inglesas, francesas e dos EUA vinham servindo de provas para mostrar que os chineses eram um povo obediente e trabalhador. Mas dentro de sua lógica, eles não podiam ser comparados aos imigrantes europeus; estes sim, considerando os grandes merecedores de todas as atenções – portanto, anunciava o deputado, o governo imperial não deveria expedir grandes somas para importar chineses. Caberia aos fazendeiros interessados nessa imigração desprenderem esforços para trazê-los.

“Tirando defeitos e vícios geralmente conhecidos, não são eles inúteis, nem perniciosos. Sua superioridade como agricultores no campo é incontestável; sua sobriedade, perseverança e aptidão para o comércio são conhecidas, sua infatigabilidade é atestada nas minas de Califórnia, nas plantações de Java, em várias colônias européia¹⁴³”.

Todavia, após o fim da Sociedade Internacional de Imigração, Tavares Bastos passou a repensar sobre a vinda de chineses para o Brasil. Em seus cadernos de anotações pessoais, datados de 1869¹⁴⁴, resumia notícias relativas aos chineses feitas em jornais nacionais e estrangeiros. Notícias que denunciavam uma nova escravidão no século XIX; notícias que demonstravam como os chineses estavam sendo explorados nas mais diversas regiões da Ásia e das Américas. De um lado, por conta da questão humanitária contra a exploração de indivíduos e do outro, o risco de uma nova escravidão, Tavares Bastos passaria a condenar a imigração de chineses. Passaria a declarar que os chineses pertenciam a uma “*raça degenerada*” e a entrada de muitos deles poderia comprometer o desenvolvimento nacional.

¹⁴² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

¹⁴³ BASTOS, op. cit., “*Os males...*”, 1976. Ver o anexo “Memórias sobre Imigração”.

¹⁴⁴ Coleção Tavares Bastos -Setor de Manuscritos da BN.

“Preparamos a lenta emancipação dos negros, crucificando, e açoitando o brasileiro livre, e ao mesmo tempo derramemos pela famosa terra do Cruzeiro, ondas d’essa imundícia asiático, apropriado esterco para a árvore da monarquia absolutista, do governo do país pelo governo”¹⁴⁵.”

Havia também um terceiro fator para Tavares Bastos passar a condenar a imigração de chineses para o Brasil – em verdade, ele estava começando a rever o seu projeto imigratório como um todo. Estava lentamente entrando numa fase de redefinição de seu projeto inicial. O fracasso da Sociedade Internacional de Imigração estava levando-o a crer que o melhor seria investir no próprio “trabalhador nacional”, investir no liberto, prepará-los desde antes da abolição através da educação para ser inserido numa sociedade mais liberal. Assim, os chineses perderiam a importância para Tavares Bastos, sendo melhor o governo se preocupar em preparar os libertos para a sociedade que adviria com o fim do sistema escravista.

Conclusão

Depois da extinção do tráfico em 1850 e ainda mais com a lei do Ventre Livre de 1871, que tornava clara o fim próximo do sistema escravista, os discursos parlamentares defensores de uma política mais decisiva em favor da imigração para sanar a falta de braços na lavoura de café conseguiam ampliar o número de adeptos, apresentando-se como o caminho mais viável para suprir eventuais problemas econômicos e sociais. Todavia, entre os anos que demarcavam o intervalo entre o fim do tráfico e um pouco após o decreto da

¹⁴⁵ Coleção Tavares Bastos -Setor de Manuscritos da BN.

liberdade do ventre, os parlamentares divergiam quanto a melhor forma de se importar e de se instalar esses imigrantes no Brasil¹⁴⁶.

As ambigüidades apresentadas nos discursos de senadores e deputados eram notórias, visto que enquanto um grande número se debatia pela imigração subvencionada, uma outra parte defendia a imigração espontânea; enquanto alguns defendiam a criação de colônias próximas aos centros urbanos e com facilidades nas vias de transporte, outros, em especial os fazendeiros, se mostravam contrários à criação dos núcleos coloniais e a venda de terras a preços baixos. A cada ano o parlamento ia se convencendo da necessidade da imigração, mas não chegava a um acordo sobre a melhor forma de viabilizá-la. Os interesses ainda eram díspares e voltados mais para a causa própria do que para o interesse da nação.

A maior parte dos parlamentares estava totalmente convencida que o povo brasileiro (a parte livre do povo) não se adaptaria para o trabalho na lavoura de café. De acordo com eles, fatores como a frouxidão dos costumes, a falta de disciplina e a idéia de que aquele era um trabalho de escravos não agradavam a população que não se deslocaria em massa para as plantações, qualquer projeto político tentando viabilizar essa ação resultaria em fracasso¹⁴⁷. Com os maus resultados do contrato de parceria, os governo brasileiro teve a sua imagem prejudicada no exterior. Buscou, mesmo a contra gosto de

¹⁴⁶ Recomendamos a leitura do livro da pesquisadora Beatriz Maria Lazzari, na qual a autora analisa as discussões parlamentares e os interesses por de trás das propostas de imigração.

LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e Ideologia: reação do Parlamento Brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)*. Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul, 1980.

¹⁴⁷ De acordo com Beatriz Maria Lazzari existia uma visão bastante depreciativa do trabalhador nacional. Alguns poucos políticos tentaram argumentar pelo uso de nacionais na década de 1850 entre eles se destacaram o deputado Lindolpho José Correia das Neves, sacerdote da Paraíba, que defendia em 1853 a prática de se civilizar índios que livres de vícios poderiam trabalhar nas lavouras; e o deputado pelo Ceará, Ferreira de Araújo Lima, que em 1856 defendia que o Brasil deveria se espelhar nos EUA que passaram a cuidar melhor dos escravos ampliando a prole destes, resultando num aumento de mão-de-obra para as lavouras. Todos eram projetos que não visavam o bem dos trabalhadores nacionais, mas antes o bem da lavoura e da riqueza dos seus proprietários.

muitos fazendeiros, fazer alguns concessões para o estabelecimento de colônias. Com um dispositivo na lei datada de 22 de setembro de 1860, o governo consignava o estabelecimento de colônias em terras não aproveitadas próximo as principais cidades e estradas de ferro. Contudo semelhantes ações não faziam grande efeito uma vez que leis imperiais sempre tendiam a beneficiar as classes abastadas. As terras devolutas nessas situações eram quase inexistentes e o preço pela compra de terras, para aqueles que pensavam em se aventurar por conta própria, ainda permaneciam em alta.

Como analisamos, Tavares Bastos era a favor da imigração espontânea por ver nesta a vantagem de atrair os melhores imigrantes, ou seja, aqueles que viriam para o país com a vontade de trabalhar para enriquecer; o que seria bom para o Império que também se desenvolveria com os frutos vigorosos que esses imigrantes acabariam plantando pelo caminho. Sua lógica estava totalmente de acordo com o seu sonho de um Brasil mais liberal bem aos moldes dos EUA. Aliás, a nação que o inspirava quando pensava na imigração. Afinal, os norte-americanos davam provas de que a imigração espontânea gerava resultados prósperos.

“O solitário” sabia que para o Brasil conseguir atrair um grande número de imigrantes que entrariam espontaneamente no país, precisaria reformular suas leis convertendo-as para uma postura mais liberal. Somente através de um viés liberal, pelo qual os imigrantes perceberiam que o Brasil acolhia-os de boa vontade e que todas as possibilidades de enriquecimento e vida próspera lhes eram delegadas e asseguradas, o Império brasileiro poderia ser convertido numa excelente opção para milhares de imigrantes construírem uma nova vida longe da Europa. A expressão deste idealismo de Tavares Bastos poderia ser comprovada pela leitura de *“Memórias sobre imigração”*, material pelo qual ele e aos demais membros da Sociedade Internacional de Imigração

pautavam a sua luta e difundiam um projeto imigratório que viesse tanto a beneficiar o Império quanto aos estrangeiros que aqui aportavam.

Entretanto, a utopia de Aureliano Cândido Tavares Bastos esbarrava com os interesses dos políticos ligados aos grandes fazendeiros de café que por dois motivos não poderiam concordar com a imigração espontânea: em primeiro lugar não aceitavam que reformas políticas, como a criação de colônias e venda de terras a preços baixos, visando beneficiar os imigrantes e prejudicando seus interesses econômicos fossem aprovadas facilmente; e em segundo lugar, principalmente na última década da escravidão, os fazendeiros paulistas passaram a demonstrar que precisavam do apoio do governo para agilizar a imigração subvencionada que resultasse em um grande número de imigrantes que deveriam ser direcionados para as fazendas de café.

A imigração espontânea idealizada, no caso, por Tavares Bastos era de difícil concretização uma vez que exigia esforços para que muitos pontos da legislação fossem alterados. Suas propostas visavam projetar uma área de justiça que preparariam o terreno para a atuação dos imigrantes mais esforçados que teriam plenas possibilidades de prosperarem através do trabalho. A sua concretização e viabilidade também exigiam um tempo longo demais, o que poderia não ser vantajoso frente a iminente crise de abastecimento de mão-de-obra que atingiria a lavoura. Com certeza, por saber que a questão do longo tempo era um problema grave foi que Tavares Bastos acabou abrindo uma exceção e admitiu ser necessária uma imigração subvencionada de curta duração, sem que o governo abrisse mão da verdadeira reforma liberal que atrairia os imigrantes espontaneamente.

Tavares Bastos soube admitir a necessidade da imigração subvencionada somente para resolver o problema enquanto a abolição ia sendo decretada pouco a pouco. Porém, ele

se equivocava ao imaginar que os interesses políticos dos fazendeiros concordariam com as reformas liberais. Baixos preços para a venda de terras, criação de colônias próximas aos centros com total facilidade de transporte e vias de comunicação estavam fora da ordem que privilegiava os latifundiários, sem falarmos de leis que facilitassem o casamento civil colocando em cheque a soberania da Igreja Católica, o que também gerou mal-estar entre alguns clérigos. Não desejamos dizer que Tavares Bastos fosse uma espécie de visionário contra a ordem social estabelecida, contra os privilégios de uma ordem aristocrática e eclesiástica. A questão não se resumia a uma revolução contra a ordem estabelecida, mas antes disso, desnudava a mente de um leitor apaixonado por Stuart Mill e de um fervoroso sonhador que projetava uma sociedade pautada em moldes liberais. E para agilizar seu sonho liberal, acreditava que os europeus das regiões mais ao norte (moldados pelas idéias protestantes) eram a expressão concreta do espírito liberal que deveria se propagar pelo Brasil. Homens e mulheres que acelerariam o progresso nacional, pois já viriam preparados para auxiliar no desenvolvimento de uma sociedade estruturada na liberdade social e econômica. Na concepção de Tavares Bastos, até o final da década de 1860, a imigração era única via possível para acelerar o progresso e a modernidade.

Até o final da década de 1860, Tavares Bastos juntamente com seus companheiros da Sociedade Internacional de Imigração se empenharam pela causa imigratória. Eles buscaram demonstrar que o melhor meio para o Brasil conseguir imigrantes seria através de um programa liberal que facilitaria a imigração espontânea, sendo assim, acusavam de mesquinha a forma como o governo estava lidando com a imigração não facilitando a compra de terras e relegando as colônias ao total abandono. O cônsul Herman Haupt da Prússia que tinha a missão de relatar ao seu governo em que estado se encontravam as colônias de germânicos no Brasil, acabou se unindo a Sociedade Internacional de Imigração

e como um membro destacado lastimava a conduta da política imperial, com certeza sua atuação influenciou a circular prussiana de 1869 que recomendava que as agências de imigração não “*expedissem colonos para o Brasil*”¹⁴⁸.

A luta para convencer as autoridades políticas e motivar a opinião pública de que as reformas na lei eram importantes para a atração de imigrantes resultou em inúmeros contra-gostos e começou a gerar até inimizades como expressam as cartas do internúncio Domenico Sanguigni. A Sociedade Internacional de Imigração, em 1867, mostrava o seu desestímulo com a política brasileira e lastimava a falta de compreensão por parte de muitos que não entenderam a tão “nobre missão” da Sociedade para transformar o país.

Ao final da década de 1860, passamos a observar uma nova postura ideológica em Tavares Bastos. Ocorria uma mudança no seu discurso em relação à causa da imigração. Através da leitura de seus cadernos de anotações pessoais (mais precisamente em relação as notas escritas entre os anos de 1867 a 1869) e também de uma leitura cuidadosa de seu livro “*A Província*” (editado em 1870), concluímos que os seus argumentos que rechaçavam os libertos para o final do tablado e colocavam os imigrantes europeus nas fileiras iniciais, estavam se enfraquecendo.

Aureliano Cândido Tavares Bastos, após o malogro da Sociedade Internacional de Imigração, passou a repensar e a reformular o seu projeto nacional que vislumbrava um Brasil aberto para levas de imigrantes europeus que entrariam no país espontaneamente e portariam o progresso, a civilização e a afirmação do trabalho livre. A partir do final da década de 1860, o ideal de um país repleto de imigrantes começaria a se romper, dando início a um novo processo de gestação: Tavares Bastos deslumbra um projeto, no qual o “elemento nacional”, ou seja, os trabalhadores libertos teriam mais valor. Investir no

¹⁴⁸ LAZZARI, op. cit., p.46.

“elemento nacional” e assumir a miscigenação do povo brasileiro seriam as novas metas a serem atingidas. O tempo da luta pela imigração de milhares de europeus estava se escoando, o desgaste havia sido grande. O país, ou seja, a opinião pública e os governantes não tinham comprado o discurso da Sociedade Internacional de Imigração, não haviam dado atenção à tão importante causa. Essa frustração levaria Tavares Bastos a se inclinar numa luta mais ferrenha pela causa da emancipação defendendo que os escravos deviam ser preparados para adentrarem na nova sociedade liberal que nasceria.

O Brasil da década de 1880 passaria a sentir um imenso crescimento da imigração européia. Iniciava-se a fase da dita “Grande Imigração”, centenas de famílias italianas aportavam mensalmente nos portos do país, sendo direcionadas para as fazendas do oeste paulista, justamente como os fazendeiros imaginaram que deveria ser a melhor forma de imigração. Uma confiança impressionante na imigração crescia entre os intelectuais e os políticos – a imigração solucionava dois problemas: fortalecia o ideal racista do branqueamento e proclamava que o antigo medo da falta de mão-de-obra parecia ter sido apenas uma previsão negativa de profetas apocalípticos. Sólidas sociedades a serviço da imigração foram criadas, com destaque para a Sociedade Central de Imigração nascida em 1883 que contou com a benção do próprio imperador D. Pedro II no dia de sua fundação. Estava ficando cada vez mais claro que o governo imperial investia de fato na imigração. A autorização dada a algumas províncias para que subvencionassem a imigração era apenas mais uma prova do fato. A lei de 1885 (Lei do Sexagenário) ordenava que o produto de certos impostos fosse destinado para a compra de passagens para imigrantes. A província de São Paulo se fartaria com a liberdade de criar leis direcionadas a atrair imigrantes, o presidente de província, Antônio Queirós Teles (Conde de Parnaíba), foi chamado de “apóstolo da emigração”, pois grande era seu entusiasmo para atrair imigrantes. Com a

queda da monarquia, o alvorecer da jovem República continuaria o trabalho de expandir a imigração.

A imigração que se concretizava era a do tipo subvencionada, mais mesmo assim Tavares Bastos não vivenciaria seu sonho inicial de ver o país recebendo grandes levas de imigrantes, pois a morte o tiraria do cenário político e intelectual em 1875. Todavia, ao raiar da década de 1870 seu projeto inicial de valorização da imigração passava por um abandono e começava a engatinhar um novo projeto para convencer seus pares sobre a necessidade de preparar os libertos para a sociedade liberal ainda dentro das senzalas. Os imigrantes deixariam o primeiro plano para que os libertos tivessem a honrar de se postarem na frente do palco.

O país imigrante (no que diz respeito ao sudeste e ao sul) nos anos finais do Império e no início da república se tornava real, sendo assim poderíamos nos indagar por qual postura Tavares Bastos teria optado: empolgar-se-ia com o grande número de imigrantes que entravam no país ou continuaria a dar seguimento ao seu novo projeto de valorização dos libertos? Esta talvez seja uma pergunta totalmente inútil e sua resposta absolutamente desnecessária, pois a única questão de que temos e precisamos ter certeza é de que quanto aos libertos ... o segundo plano lhes foi reservado por conta dos governos e dos intelectuais.

Capítulo III

A viagem ao Amazonas:
tempo de rever antigos projetos

1. A “nação mestiça”

A partir da metade do século XIX, a Europa e os EUA começaram a desenvolver teses coroadas com áurea científicista que declamavam as diferenças entre as “raças humanas”. O conceito do criacionismo, defendido pelos leitores da Bíblia, passava por contestações. O crescimento do nacionalismo embasando projetos que visavam a elaboração de identidades coletivas nas formações históricas européias, levou a um considerável aumento das pesquisas sobre as diferenças raciais. A antropologia nascia vinculada às ciências físicas e biológicas; sociedades etnológicas foram fundadas em Paris, Londres e Nova Iorque, como explica a pesquisadora Lilia Schwarcz¹⁴⁹. Duas correntes passaram a dialogar: o monogenismo (origem una da raça humana) e o poligenismo (origem múltipla da raça humana). O ano de 1859 se tornou um marco para os debates raciais, pois Charles Darwin publicou “*A origem das espécies*”, vindo trazer novas luzes às discussões e criando, da mesma forma, novas polêmicas ao levantar a questão da *evolução* das espécies. De acordo com o pesquisador Skidmore¹⁵⁰, a partir de 1860 podia-se observar que três escolas sobre as teorias raciais tomavam corpo no hemisfério norte: a escola etnológica-biológica, a escola histórica e o darwinismo-social.

A primeira delas, a escola etnológica-biológica, surgiu nos EUA e rapidamente se propagou pela Europa. Defendia a origem una da criação humana. Todavia o clima e a geografia teriam atuado para modificar os seres humanos. Louis Agassiz foi um dos seus principais representantes. A escola histórica pautava suas análises em “evidências” que demonstravam o progresso de antigas civilizações e o progresso dos povos presentes que

¹⁴⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁵⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

vinham dando provas de desenvolvimento. Neste contexto, as “raças” anglo-saxônicas e germânicas seriam as mais evoluídas. O Conde de Gobineau foi um dos membros mais eminentes desta corrente de pensamento. Por sua vez, a escola do darwinismo-social teria sido desenvolvida pelos leitores de Darwin que passaram a se apropriar sociologicamente e filosoficamente de termos como “superiores” e “inferiores”, “mais fortes” e “mais fracos”, “competições entre as espécies” para defenderem as diferenças entre as raças, mostrando que algumas tinham evoluído e outras tinham ficado para trás. Os estudos de Spencer sobre evolução aplicados aos “organismos sociais” passaram a ser incorporados como prova de que o processo evolutivo era um fato nas sociedades humanas.

Todas essas discussões somente entrariam no Brasil a partir da década de 1870. Antes dessa década, a intelectualidade brasileira dava pouca atenção ao “problema” da miscigenação, analisa Skidmore. As classes letradas brasileiras “*raras vezes se referiam a raça como fenômeno social*”¹⁵¹. Acredita-se, que o cenário para o debate de tais idéias não estava ainda preparado antes da década de 1870. Contudo, a partir de então, essas idéias foram largamente utilizadas pelos intelectuais do final do Império e principalmente pelos que viveram as décadas iniciais da jovem República brasileira. A intelectualidade letrada brasileira passaria a fazer uma releitura desses conceitos na tentativa de adaptá-los a realidade mestiça do país como esclarece a pesquisadora Lilia Moritz Schwarcz¹⁵².

*“Modelo de sucesso na Europa de meados dos oitocentos, as teorias raciais **chegam tardiamente** ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasta acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época se constituíam enquanto centros de congregação da reduzida elite pensante nacional.”*

(Grifo meu)

¹⁵¹ Ibid, p. 12.

¹⁵² SCHWARCZ, op. cit., p. 14.

2. “Uma nação perdida”: Agassiz e Gobineau

De fato, o cenário que antecedia aos anos de 1870 poderia ainda não estar propício para o debate de tais idéias, devido a dois motivos: ou por conta de um convencionalismo social que pregava a postura de que era melhor não tocar no assunto; ou então, pelo simples fato de ainda não terem adquirido uma formulação teórica para o debate no Brasil. Seja uma ou outra opção escolhida, havia uma questão que não poderia ter sido deixada de lado e que certamente não passou como um acontecimento banal para os brasileiros letrados da década de 1860: a visita ao Brasil de dois grandes expoentes das teorias raciais na Europa e nos EUA. A indiferença e o convencionalismo devem ter sido perturbados por essas duas visitas.

Entre 1865 e 1866, o Brasil recebeu a visita do zoólogo suíço Louis Agassiz e de sua mulher Elizabeth Agassiz que viajaram pelo país partindo da Corte e passando pelas províncias do norte. O principal objetivo da viagem era pesquisar os peixes da bacia Amazônica a fim de provar a falácia das teses evolucionistas. Nessa época, Louis Agassiz residia nos EUA, onde era considerado um grande naturalista. O mais legítimo sucessor de Humboldt. O sucesso do seu trabalho se devia à sua forte personalidade, à sua enorme capacidade de trabalho e competência, mas também ao fato de defender fervorosamente o criacionismo numa época em que as teses darwinistas da seleção natural estavam se fortalecendo nos meios científicos. Ele pertencia a um grupo de cientistas que admitiam a releitura da Bíblia em bases científicas, mas que negavam o evolucionismo materialista. Em 1868, o casal publicou como foi a experiência no Brasil em um livro chamado “*A Journey in Brazil*”. Além de relatarem acontecimentos pitorescos da viagem e as “observações científicas”, o casal se impressionou também com a tamanha miscigenação do povo brasileiro.

A miscigenação causava estranheza a Agassiz que via nela a degenerescência do povo brasileiro; consideravam que essa apagava as melhores qualidades de brancos, índios e negros, criando indivíduos indefinidos e débeis, física e moralmente. De acordo com sua tese, os seres humanos teriam a mesma origem. No entanto, o clima e a geografia atuaram para configurar as raças de acordo com a capacidade de ocuparem determinados espaços do globo. A grande diferença entre a “raça branca” e as demais “raças” se dava pelo fato dos povos brancos terem conseguido um grau maior de adaptação, podendo viver em qualquer parte porque tinham adquirido traços morais mais bem definidos frente às outras “raças”. Dentro desta perspectiva, não haveria espaço para se ver como positivo o nascimento de “seres híbridos”, pois os “mestiços” não poderiam deter as melhores qualidades das “raças puras” existentes no globo. Os hábitos brasileiros de assimilarem “mestiços” no meio social, chocaram os Agassiz.

Em março de 1869, desembarcava no Rio de Janeiro, Joseph Arthur de Gobineau, ou simplesmente, Conde de Gobineau. Trabalhando para a diplomacia francesa, Gobineau foi enviado para o Brasil como representante da França, permanecendo no país até 1870. Ficou no Brasil um ano; tempo suficiente para ele suportar com heroísmo a estada em um país com tantas “misturas raciais”, numa nação fadada ao fracasso total. Somente a amizade que tinha desenvolvido com o Imperador D. Pedro II, de quem passou a admirar a cultura e o alto refinamento, o fez esquecer das mazelas vividas nas terras tropicais.

Gobineau era tido como um apreciador das culturas e das histórias dos povos. Estes gostos o teriam levado a escrever livros sobre história e crítica literária. Todavia, a obra que o tornou mundialmente conhecido foi o seu “*Essai sur l'inégalité des races humaines*” (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas) em quatro volumes, publicados entre 1853 e 1855. Em sua obra, ele defendia que a mistura de raças era um mal,

gerando nas “raças humanas” um grau sempre maior de degenerescência, tanto física quanto intelectual. Gobineau postulava a superioridade da “raça branca” sobre as demais, e nesta, distinguia os povos arianos – os alemães representariam o povo mais civilizado. Sustentou a teoria de que o destino das civilizações é determinado pela composição racial e que os brancos, em particular, as sociedades arianas, floresceriam desde que ficassem livres dos “negros” e “amarelos”. Gobineau defendia que quanto mais o caráter racial de uma civilização se diluísse através da miscigenação, mais era provável que ela perdesse a vitalidade, a criatividade e mergulhasse na corrupção e na imoralidade.

O Brasil de forma alguma poderia ter atraído a Gobineau, uma vez que o Império Brasileiro apresentava todas as características que ele ditava como as piores para o progresso de uma nação: um grande número de negros e “mestiços” em sua população. Em abril de 1869 relata em uma de suas correspondências a sua esposa:

“Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnção são inúmeros, tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerência do mais triste aspecto.”¹⁵³,

3. O que fazer com a “nação mestiça”?

Com a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, ficava cada vez mais saliente a lógica já vislumbrada por muitos deste 1850 – o sistema escravista estava com os seus dias contados. Não poderiam existir mais dúvidas de que o escravismo, a partir da aprovação da lei, passaria a mancar até o seu final definitivo. A idéia de se imaginar a inclusão social do

¹⁵³RAEDERS, Georges. *O inimigo cordial do Brasil: o conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1888, p. 90.

“elemento servil” na condição de cidadão passaria a acender o debate racial; mesclar-se-ia a isso a enxurrada de novas doutrinas que entrariam no país durante esses anos finais do Império.

Doutrinas como o positivismo, o materialismo e o evolucionismo passariam a circular sobretudo entre os jovens das classes dominantes que se formavam nas principais faculdades do país. Jovens bacharelados pelas Faculdades de Direito do Recife e São Paulo, e pela da Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Sobre a Faculdade de Direito do Recife, vale a pena lembrar o que já foi bastante pontuado pela nossa historiografia: esta faculdade teria um grande destaque dentro do país, sendo que no início da década de 1880 comportaria no quadro de seus professores, Tobias Barreto¹⁵⁴ que influenciou uma geração inteira de estudantes (alunos como Sílvio Romero e Clóvis Bevilácqua) através da adoção de teses acerca do cientificismo ao direito, do realismo-naturalismo e do positivismo.

Um campo florido pelas novas ideologias serviu de instrumento para que uma geração inteira passasse a atacar as já podres vigas “saquaremas” que tentavam equilibrar uma lastimável economia escravista e a imagem de um desgastado regime monárquico¹⁵⁵. Dentro do caldeirão dos projetos ideológicos que nasciam nas mentes e nos rascunhos dos jovens “iluminados”, dos homens de “vanguarda”, dos “aptos” a indicarem o caminho certo a ser seguido pelas massas quando a nova era se instalasse, os argumentos raciais não

¹⁵⁴Tobias Barreto de Menezes foi político e crítico literário. Nasceu em Vila de Campos do Rio Real (SE), hoje batizada de Tobias Barreto, em 1839 e morreu em Recife (PE) em 1889. A polêmica e o debate constante foram a sua marca. Ele foi reconhecido por ter introduzido vários pensadores europeus no Brasil das décadas de 1870-80, dando efervescência aos debates políticos do final do Império. Foi o fundador da chamada “Escola do Recife” que criou uma geração inteira de intelectuais.

¹⁵⁵Para maiores informações ver o livro da pesquisadora Ângela Alonso. A autora demonstra a grande quantidade de idéias políticas e sociais que entraram no Brasil deste período e influenciaram toda uma geração de estudantes nas faculdades. ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

poderiam ficar de fora; pois saber como inserir os libertos dentro da sociedade após a abolição era uma questão a ser considerada. Frente à expansão de tantas ideologias e do crescimento de ideais abolicionistas, contraditoriamente, as idéias racistas pautadas no cientificismo começavam a desembarcar no Brasil. Diferente dos anos anteriores, a década de 1870 se aproximaria dessas idéias que não ficariam à deriva; ao contrário, seriam acolhidas e consideradas.

Na Europa, relata Skidmore¹⁵⁶, não faltavam estudos sobre questões raciais que mencionassem a América Latina, em particular o Brasil, como o exemplo de nação com forte influência africana no seio de seu povo. Estudos como esses passaram a chamar a atenção das classes dominantes brasileiras do pós-1870, que se sentiam “apreensivas” com tais informações. Muito embora os intelectuais brasileiros acolhessem “*tais autores, de regra sem nenhum espírito crítico*”¹⁵⁷, poucos ousaram nadar contra a corrente. Neste ponto, Lilia Moritz Schawcz¹⁵⁸ discorda de Skidmore, pois para ela, esses intelectuais, mesmo apreensivos com a imagem negativa que o Brasil poderia ter entre as nações civilizadas, não absorveram mecanicamente o que era produzido pelos cientistas norte-americanos e europeus. Havia um profundo senso crítico entre esses intelectuais e uma sagacidade para saber se apropriarem de tais debates e virá-los a favor do Brasil. Mas, que fique claro, nos alerta a autora, naquele momento eles viam as “*nações brancas*” como símbolos de grandeza e não questionavam o “*progresso e a civilização*” alcançada pelos povos “*arianos*”. As nações do norte do globo deveriam ser almejadas como modelo a ser seguido – não negavam este fato.

¹⁵⁶ SKIDMORE, op.cit.

¹⁵⁷ Ibid., p. 13.

¹⁵⁸ SCHWARCZ, op.cit.

A questão era que algo deveria ser feito para suavizar a situação do Brasil. Assim engenhosas especulações intelectuais foram forjadas por parte de estudiosos que tentavam amenizar os “tristes fatos”: éramos uma nação mestiça com grande influência africana e isto nos deixava longe dos padrões europeu e norte-americano de civilização. Os intelectuais brasileiros do pós-1870, mais especificamente os do início da República, perceberam que podiam procurar rachaduras no discurso racial estabelecido na Europa visando achar uma saída para o Brasil. Através dos limites que os modelos estrangeiros apresentavam de condenação às misturas raciais, os pensadores brasileiros teriam tido a capacidade de criar modelos bastante originais.

“É na brecha desse paradoxo – no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento-que se acha a saída original encontrada por esses homens de ciência, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originariamente diversa.”¹⁵⁹

Os intelectuais optariam por assumir a miscigenação¹⁶⁰ do povo brasileiro, mas buscariam na teoria do branqueamento uma possível saída para o impasse. Vários intelectuais passaram a acreditar que o futuro daria uma resposta promissora, resolvendo a questão com o aumento da imigração européia e com a diluição “dos elementos de cor” no seio de uma sociedade que caminhava por querer possuir um “fenótipo” sempre mais branco; resumindo assim as esperanças de redenção da nação. A partir dessas crenças os intelectuais da virada do século XIX para o XX (1870-1910) esboçavam um projeto “otimista” frente às certezas científicas das teorias raciais; eles anulavam, de certa forma, as maldições ditadas por Agassiz e Gobineau antes da década de 1870.

¹⁵⁹ Ibid., p.18.

¹⁶⁰ SKIDMORE, passim.

4. As escolhas políticas e ideológicas de Aureliano Cândido Tavares Bastos

“Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica.”

Karl Friedrich Philipp von Martius¹⁶¹

4.1. Karl von Martius e a miscigenação brasileira

De acordo com Ronaldo Vainfas¹⁶², o primeiro escrito do século XIX que realmente mencionava abertamente a idéia de que o Brasil era composto por povo miscigenado pertencia ao naturalista Karl F. P. von Martius¹⁶³ em sua obra *“Como se deve escrever a história do Brasil”*¹⁶⁴; tese vencedora do concurso promovido pelo recém fundado IHGB na década de 1840. Nesta obra sobre a História do Brasil, von Martius priorizou a ação e os feitos portugueses durante o período colonial. Entretanto, ele não esquecia de lembrar as classes dominantes do período imperial que uma compreensão maior da trajetória histórica do Brasil somente poderia ser bem feita se fosse confirmada a importância da miscigenação entre os colonos portugueses e os povos indígenas e africanos, vindo nesta um fator fundamental para a construção do povo brasileiro.

Diz Vainfas: *“Mas não resta dúvida de que, já com von Martius, a questão da miscigenação étnica e cultural estava posta”*¹⁶⁵. O problema, afirma o historiador, era que, no entanto, ninguém mais no século XIX até a República teria seguido a *“tão inovada”*

¹⁶¹VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. *Como escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991, p.33.

¹⁶²VAINFAS, Ronaldo. *“Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira.”* In: Revista Tempo, vol.4-nº8, dezembro 1999.UFF.

¹⁶³ Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868):foi escolhido junto com von Spix para compor o séquito de cientistas-naturalistas que acompanhariam a arquiduquesa d’Áustria, filha do Imperador Francisco I, Dona Leopoldina, que contraíra casamento com.Pedro de Alcântara, na sua vinda ao Brasil em 1817.Os naturalistas só retornam à Europa em 1820. Durante esses anos von Martius fez uma série de anotações sobre a flora, a fauna, mas também sobre os costumes brasileiros.

¹⁶⁴VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. *Como se deve escrever a História do Brasil*.Rio de Janeiro: IHGB,1991.

¹⁶⁵ VAINFAS, op.cit., p.8.

proposta de von Martius; nem mesmo o grande historiador do XIX, Francisco Adolpho de Varnhagen teria feito – preferiu escolher o velho caminho de se ocultar a questão para não perturbar as classes mais bem afortunadas que se diziam descendentes diretos das casas nobres européias. Desta forma, von Martius teria sido o único, ao longo do XIX, a tocar na questão, até que os intelectuais do final do Império e do início da República resolvessem levantar o debate, visto que estavam preocupados com as doutrinas racistas propagadas por europeus e norte-americanos que passaram a “manchar” a imagem do Brasil.

Von Martius foi o primeiro a levantar a questão; um grande feito tendo em vista que sua obra havia sido eleita para figurar dentro do projeto de construção da nação brasileira sobre a regência de D. Pedro II. Projeto que visava provar que o país estava se preparando para incluir-se entre as “nações civilizadas do mundo”. Von Martius, sem aprofundar a questão, havia dado o primeiro passo. No entanto, não teria sido a única voz em meio ao silêncio só rompido com a chegada das décadas de 1870 e 1880; um jovem deputado pela província de Alagoas, Aureliano Cândido Tavares Bastos, o teria feito também.

4.2. Trabalhadores imigrantes ou nacionais: ruptura teórica e escolha ideológica

Tavares Bastos acreditava que o Brasil somente entraria no “rol das nações civilizadas” a partir do momento em que o governo Imperial passasse a encarar uma nova mudança definitiva frente as suas instituições políticas, econômicas e sociais. Políticas, porque deveria acabar com o autoritarismo da centralização monárquica com sua pesada máquina burocrática sob as províncias que deveriam ter autonomia para gerirem seus próprios negócios, de acordo com suas necessidades. Econômicas, porque práticas liberais deveriam ser adotadas; o que traria grandes vantagens ao desenvolvimento dos negócios

pela livre circulação de mercadorias pelo território sem taxas alfandegárias entre as províncias; com a livre circulação de navios de outros países pelo Amazonas e também pelo fim do privilégio de cabotagem. Sociais, porque condenava a escravidão pregando, a emancipação de forma gradual, o crescimento do trabalho livre e a entrada de imigrantes europeus no país.

Analisar a trajetória intelectual e o amadurecimento de certos conceitos por parte de um pensador é muitas vezes um trabalho instigante para o historiador, de acordo com Richard Tuck¹⁶⁶. Qualquer evidência que um historiador considere razoável para explicar um porquê, “*muitas vezes não haverá um método claro e simples para se determinar o que conta como evidência relevante*”¹⁶⁷. A partir desta advertência metodológica, podemos dizer que achar os porquês dentro da trajetória de Tavares Bastos remete-nos a uma busca por uma análise de seus cadernos de anotações com algumas datas nos fornecendo pistas de como Tavares Bastos foi reformulando seus conceitos iniciais.

De acordo com Ângela de Castro Gomes, o historiador que trabalha com arquivos pessoais deve ficar atento para não ser “enfeitiçado”. A documentação dos arquivos pessoais muitas vezes traz a “ilusão de que ali está a verdade”, “ali está o sujeito se despindo”; eis então todo o perigo do feitiço. Para não ser facilmente iludido, o historiador deve se preparar para os tipos de perguntas que pretende fazer, para os tipos de questões pretende responder, e não se perder num emaranhado de fios afogando-se num mar de documentos achando que ali estão as verdades. Se perder num mar de ilusões é esquecer-se

¹⁶⁶TUCK, Richard. *História do pensamento político*. In: Escrita da História: novas perspectivas. Peter Burke (org.) 3.ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

“*Por que uma obra escrita durante tanto tempo (como O Capital) deveria ser considerada mais como uma unidade, do que como várias peças separadas, escritas num espaço de tempo mais curto (como o ensaio de Mill sobre a Liberdade e o Utilitarismo)?*” Esta interrogação, me ajuda a pensar nos escritos de Tavares Bastos. Todas os escritos teriam sua importância, basta sabermos entender em que momentos foram compostas.

¹⁶⁷ Ibid., p.228.

que não são as quantidades de fontes que provam a originalidade e a densidade da análise feita pelo historiador, mas muito antes disto: seria a sua própria capacidade de saber organizar as fontes certas, aquelas que contém a procura de suas questões, aliada a sua criatividade na hora de apresentá-las ao público. É sempre o historiador que conduz as fontes e nunca deve permitir que essas (com seu canto das sereias) os prendam na armadilha do objeto desnudo.

*“A tentativa às vezes é acompanhada de fracasso, pelo fato de o pesquisador não conseguir fazer suas escolhas e, portanto, não ter coragem e segurança para descartar muito do que coletou, hierarquizando seus documentos e **deixando claro para o leitor que é ele, pesquisador, quem conduz a fonte, e não é por ela conduzido/possuído**”¹⁶⁸.”* (Grifo meu)

Sendo assim, começamos nossa análise lembrando o ano de 1861, com o início dos escritos de Tavares Bastos com *“Males do presente e as esperanças do futuro”* até sua principal obra *“A Província”* de 1870. Entre esses anos, nota-se uma sutil e sensível reformulação de suas teses frente à questão da imigração. Se reuníssemos o conjunto de suas obras publicadas e tentássemos resumir os objetivos de sua defesa, tendo em vista sua crença na porta do liberalismo para redimir a nação, colocaríamos de forma hierárquica a seguinte tríade: luta pela descentralização, defesa da imigração e empenho pela emancipação. Entretanto, acrescentando a leitura dessas obras a análise de seu caderno de rascunhos, anotado ao longo dos anos, nós observamos que a ordem dos elementos formadores da tríade inicial mudaram de posição. Nesta nova ótica, a centralização continuava a ser a primeira, mas o segundo lugar passou a ser ocupado pela emancipação e a preocupação com a sorte dos libertos; em terceiro lugar viria à imigração. A política

¹⁶⁸ GOMES, Ângela de Castro. *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n°21, vol.11, 1998, p.125.

imigratória e a sorte dos imigrantes tão defendidos nos anos iniciais foram decaindo de importância, sem contudo desaparecer totalmente.

O conhecido trabalho de Célia Maria Marinho de Azevedo¹⁶⁹ se tornou uma das leituras obrigatórias para os historiadores que buscam compreender melhor as relações raciais no final do Império. Com um título original, a autora soube explorar o medo das classes dominantes brancas brasileiras diante da possível agitação das “massas de cor”, ou seja, dos não-brancos. O desequilíbrio numérico entre uma pequena quantidade de brancos e um enorme contingente de negros preocupava muitos intelectuais que passaram a ver na imigração a principal solução para “*melhorar a cara*” do país. Os imigrantes ajudariam a desequilibrar a insuportável proporção numérica que deixava os brancos em desvantagem. Os governos deixariam (o Império no seu final e os republicanos que se seguiriam) de lado as populações não brancas e passariam a investir nos imigrantes, deixando os primeiros entregues a própria sorte.

Partindo dessas preliminares, a autora cita o nome de Aureliano Cândido Tavares Bastos como sendo uns dos principais intelectuais a patrocinarem essa postura de valorização do imigrante e esquecimento dos “nacionais” de origem africana. Com tons bastante racistas, segue Célia de Azevedo, Tavares Bastos teria deixado claro que a escravidão tinha sido um enorme mal porque, acima de tudo, esse sistema havia implantado no Brasil uma “raça inferior” e cheia de vícios. Se pelo menos o tráfico houvesse terminado bem antes, o Brasil já poderia ter se preparado de longa data para acolher imigrantes europeus que com toda a sua superioridade resultariam em melhores

¹⁶⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

trabalhadores que os africanos. Além do mais, os europeus teriam a vantagem de espalhar bons costumes pelo território nacional. A autora escreve:

*“A necessidade de renovar a população brasileira a partir da imigração branca foi muito bem explicitada pelo alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos em vários escritos da década de 1860. (...) Suas concepções racistas já apareciam bastantes explícitas em duas de uma série de cartas publicadas originalmente no jornal ‘Correio Mercantil’, sob o pseudônimo de ‘O Solitário’, entre setembro de 1861 e abril de 1862. Em ‘Cartas do Solitário’ e também em ‘Os males do Presente e as Esperanças do Futuro’, panfleto publicado em 1861 por ‘Um Excêntrico’, Tavares Bastos desenvolve a tese de que a defesa do término da escravidão **não se resumia a uma questão de compaixão pelo oprimido, mas visava sobretudo afastar os ‘prejuízos’ resultantes deste regime de trabalho**¹⁷⁰.” (Grifo meu)*

Como havia dito acima, a questão da imigração e da emancipação em Tavares Bastos não pode ser feita de forma tão simplista. A autora apenas se limitou a observar os escritos iniciais do jovem deputado alagoano, não analisando seus manuscritos e dando pouca atenção aos seus últimos escritos. Em “*A Província*” (1870), o próprio Tavares Bastos demonstrava suas dúvidas sobre a imigração; e mesmo antes, em 1866, nos estudos de “*O Vale do Amazonas*”, ele fez algumas referências à miscigenação como sendo um fator positivo na formação do povo brasileiro. A historiografia tendeu a lê-lo, apenas, como um dos iniciadores da idéia de regeneração do Brasil através de populações européias, num projeto que defendia que os imigrantes brancos não teriam somente a função de substituir a mão de obra pela queda do tráfico a partir de 1850, mas também teriam a função de serem elementos portadores de civilização em um país com grande contingente de africanos em sua população.

Defendemos que se processou, por parte de Tavares Bastos, um deslizamento de suas formulações teóricas visando estudar as possibilidades viáveis do Brasil passar a

¹⁷⁰ Ibid, pp. 62-63.

valorizar o trabalhador liberto mesmo frente a toda gama de interpretações raciais e sociais que viam nos imigrantes os melhores substitutos da mão-de-obra no campo. Logicamente não negando que seus escritos iniciais sobre a vinda de imigrantes e a questão da escravidão estivessem repletos da ideologia racial, que via na mão-de-obra imigrante européia um fator de progresso e civilização para o país, e que, nesta perspectiva, os de origem africana acabavam por ficar em segundo plano. Entretanto, pretendemos demonstrar que, com o decorrer dos anos, a visão de Tavares Bastos sobre as populações negras e miscigenadas foi deslizando para um processo de reavaliação dos conceitos iniciais. Tal situação passou imperceptível à historiografia que o enquadrou como apenas mais um dentro do senso comum de sua época: um intelectual racista dentro de um período racista.

Relembrando o que mencionamos anteriormente, buscamos entender como o deputado Tavares Bastos se encaixava nos debates raciais. Como sabemos, foi durante o pós-1870 (com a avalanche de teorias científicas, raciais e sociais que passaram a entrar no país) que se deu o início efetivo da construção de um discurso sobre o que fazer com a questão do alto grau de miscigenação e com a forte presença africana compondo o povo brasileiro – miscigenação e presença muito mal digerida pelos teóricos raciais. Antes de 1870, a discussão era praticamente inexistente; embora o Brasil tivesse recebido, na década de 1860, a visita de dois grandes teóricos do racismo com renome nos meios acadêmicos da Europa e dos EUA: Louis Agassiz, o naturalista suíço radicado nos EUA, e o autor francês de uma coleção com 4 volumes sobre as diferenças raciais, o Conde de Gobineau.

Nos anos da década de 1860, Tavares Bastos iniciou sua carreira política e divulgou suas idéias em artigos de jornais, panfletos e livros. A sua obra mais importante foi editada em 1870, ou seja, ainda no raiar da explosiva década intelectual que questionaria com mais força as instituições saquaremas. O jovem deputado alagoano acabaria não

figurando entre os importantes nomes dos intelectuais que desfilaram e inovaram pela década de 1870, pois morreria em 1875. Entretanto, no final da década de 1860, época na qual os debates do darwinismo-social ainda não haviam ganhado o Brasil; época na qual admitir a miscigenação do povo como um fato indiscutível e simplesmente aceitável ainda era um enorme tabu e podia gerar calafrios à classe dominante que sonhava com os parâmetros europeus para a composição da sociedade; época na qual as visitas às terras brasileiras de dois doutores sobre assuntos raciais haviam decretado o fracasso perpétuo da nação; seria, enfim, justamente nesta época que o deputado Aureliano Cândido Tavares Bastos, “o racista e amigo dos imigrantes” como afirma a historiografia, se lançou à possibilidade de ensaiar alguns questionamentos sobre a realidade da miscigenação do povo brasileiro, não dando a esta um caráter tão depreciativo.

5. Viagem ao Amazonas: início das reformulações

A partir de agora busquemos analisar o pensamento inicial de Aureliano Cândido Tavares Bastos frente à parcela da população de origem africana e unamos isso as suas reflexões expostas nos rascunhos de seus cadernos, bem como nas suas últimas obras editadas. Para formamos uma visão mais ampla do que pretendia Tavares Bastos e tentarmos abduzir¹⁷¹ algumas conclusões (pois afirmar que achamos o elo perdido seria muito complicado – nos faltariam provas mais objetivas) frente ao fato da sua mudança de postura visando esboçar um projeto de valorização do povo brasileiro.

¹⁷¹ Utilizamos-nos do conceito exposto por Carlo Ginzburg em sua obra “Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.” Neste caso, defendemos a elaboração de hipóteses provisórias de possíveis explicações para a solução de uma questão. A *abdução*, diferente da *indução* e da *dedução*, não teria a ver com a justificação da verdade ou com a prova de uma hipótese. A *abdução* tem a ver com o que leva o pesquisador a *sugerir* uma hipótese explicativa para determinado fenômeno. GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

No início, o imigrante tinha um papel totalmente central na maior parte dos seus escritos. Entretanto, esse papel vai passando por uma reavaliação e a abertura para assumir que a sociedade poderia ser composta por miscigenados, sem ver nisso algo tão desesperador; aos poucos foi formulando que os antigos escravos, libertos por uma emancipação de cunho gradual, deveriam ser valorizados dentro dos quadros de uma nova sociedade que emergiria.

Encontrar o rochedo que definiria o novo rumo tomado pelo leito do rio, ou seja, definir um ponto como sendo o certo para a mudança de um paradigma, como já afirmamos, não é uma tarefa fácil. Corre-se o perigo de cair numa situação maniqueísta, o que é bom ser evitado por historiadores que trabalham com idéias políticas. Uma hipótese mais viável poderia ser tentada neste caso de Tavares Bastos. Obviamente, em nenhum momento encontraremos nele uma postura de descartar totalmente a imigração, mas o exercício de se tentar investir no próprio povo num momento em que o seu ideal inicial girava em torno dos descendentes de europeus como os melhores elementos para constituir a nação, merece nossa atenção. Para chegarmos a essa conclusão, se faz necessário uma sondagem aos seus escritos iniciais.

O livro “*Cartas do Solitário*”, de 1863, surgiu da decisão de agregar as cartas de Tavares Bastos remetidas ao jornal *Correio Mercantil* entre os meses de setembro de 1861 a abril 1862. Dentro do repertório de temas, a emancipação dos escravos não poderia ficar de fora. Justamente nessas cartas escritas ao jornal *Correio Mercantil* em 1861 é que podemos encontrar a sua postura negativa frente aos descendentes de africanos. Ele inicia a sua explanação citando uma série de tratados que tinham por objetivo o fim do tráfico e a emancipação, mas que nunca chegaram a ser cumpridos. Começava em 1815 entre Portugal e Inglaterra, passava pela lei brasileira de 1831 e citava uma série de avisos assinados após

1850 que ditavam quantos anos os escravos ficariam no cativeiro, Tavares Bastos tentava convencer os seus leitores, através de sua retórica, que a lei não estava sendo cumprida. Por esta lei, os cativos já eram livres há muito tempo. Deixava clara sua postura: detestava o sistema escravista, via neste a marca da desumanidade; defendia a emancipação não imediata, mas gradual, dentro da ordem, sem prejuízos à sociedade e à economia. Pensava na emancipação, porém não lhe importava a sorte dos libertos. À medida que se dava mais liberdade aos cativos, a sua maior preocupação era com o fato do governo criar passaportes que limitassem a ação dos libertos impedindo que saíssem em massa de uma província à outra. Esses êxodos seriam bastante prejudiciais à economia, já que esta poderia sofrer com a falta de mão-de-obra. Todavia, insistia para que o governo jamais removesse os libertos para províncias distantes usando a força. Isso seria um ato de brutalidade por parte do Estado e, portanto, totalmente injusto. Eis os limites da preocupação de Tavares Bastos nos anos iniciais da década de 1860.

“O Regulamento de 31 de janeiro de 1842 confirma a necessidade dos mesmos passaportes para os escravos, africanos livres ou libertos, ainda em companhia dos amos e senhores, dispensando-os nas viagens de umas para outras fazendas ou para povoações que mantiverem relações estreitas, ou quando aqueles indivíduos são conhecidos das autoridades. Como estas se podiam decretar outras providências garantidoras da origem pública, mas nunca remover os emancipados para províncias longínquas sem atenção alguma a seus interesses e bem-estar.”¹⁷²

Tavares Bastos demonstrava a seus leitores que a escravidão tinha sido um dos maiores erros do Brasil porque acima de tudo havia trazido o elemento africano para o país. A demora em se abolir o tráfico abortou a possibilidade de ganharmos levas da imigração européias. Os brancos traziam, continuava Tavares Bastos, a civilização e o valor ao

¹⁷² BASTOS, op.cit. “*Cartas...*”, 1975, pp.79-80.

trabalho; a capacidade de produção deles seria enorme; bem diversa da capacidade dos africanos: “*eram precisos três negros para conseguir a mesma quantidade de trabalho produzido por um branco*¹⁷³.” Cada africano que entrava no Brasil comprometia o futuro e retardava ainda mais o progresso.

*“Cada africano que se introduzia no Brasil, além de afugentar o emigrante europeu, era, em vez de um obreiro do futuro, o instrumento cego, o embaraço, o elemento de regresso das nossas indústrias. O seu papel no teatro da civilização era o mesmo do bárbaro devastador das florestas virgens*¹⁷⁴.”

O jovem político, no início da década de 1860, declarava orgulhosamente seu projeto para a nação: o imigrante europeu deveria ser encarado como o mais precioso bem a ser adquirido pelo país. Sinônimo de civilização, trabalho, bons costumes, o imigrante europeu levaria ao aperfeiçoamento do aparelho de Estado. Uma vez que o governo imperial percebesse a importância de conquistar esse tesouro e a parti daí se esforçasse para atraí-los, acabaria tendo a necessidade de melhorar suas instituições com a intenção de receber levadas de imigrantes que chegariam espontaneamente ao país, pois saberiam das inúmeras vantagens que aqui teriam. Quanto aos libertos, a sentença estava lançada: nada além da liberdade (a famosa frase do pesquisador Eric Foner¹⁷⁵ sintetizaria o pensamento de Tavares Bastos), isso já seria de bom tamanho.

*“Vedes bem, meu amigo, o lado por que encaro esta questão. Para mim, o emigrante europeu devia e deve de ser o alvo de nossas ambições, como o africano o objeto de nossas antipatias. Além de tudo, eu descobro ainda no desenvolvimento de emigração um grande resultado, que porventura poderia fixar ou mudar a face política desse país*¹⁷⁶.” (Grifo meu)

¹⁷³ Ibid., p.90.

¹⁷⁴ Ibid, p.91.

¹⁷⁵ FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁷⁶ Ibid., p.91.

Sua postura frente aos africanos não deixava dúvidas: eram vistos como um peso que infelizmente o Brasil deveria carregar; mas por sorte teria a nação levas de europeus que ajudariam a esquecer o problema. Todavia, essa postura inicial não o acompanharia aos longos dos seus poucos anos de vida, pois já mesmo em “*O Vale do Amazonas*¹⁷⁷” podemos observar um tímido começo de reformulação da opinião inicial.

Escrita em conseqüência de seu retorno da região do Amazonas, “*O Valle do Amazonas*”, obra datada de 1866, demonstrava que Tavares Bastos começava a pensar no tema da miscigenação, vendo nesta uma realidade que não deveria ser negada ou combatida pelo país, dando a entender que não haveria maiores problemas para tal situação. Consideramos este livro do jovem político (que no momento contava 27 anos) um dos marcos para uma reflexão mais pragmática da composição do povo brasileiro, sinalizando uma nova visão frente ao tom preconceituoso dos primeiros escritos. Essa visão demonstrava o abandono de sua queixa inicial, a qual o levava a idealizar um país com uma composição racial mais européia, caso o número de escravos tivesse sido limitado bem antes de 1850.

Para entendermos essa obra, é importante lembrar que o autor procurou demonstrar as vantagens oferecidas pela rica região do Amazonas, reclamando do quanto o governo imperial havia abandonado essa parte do Brasil ao descaso e à ignorância. Decretava que bastaria a abertura do rio Amazonas à livre circulação de mercadorias vindas de outras partes do mundo, via Pará, para que aquela área de rica vegetação e exuberante natureza se transformasse numa das regiões mais prósperas do mundo. Assim, faz-se necessário, em primeiro lugar, compreendermos a viagem de Tavares Bastos e as relações sociais que desenvolveu durante sua estada no Amazonas.

¹⁷⁷ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O vale do Amazonas*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1975.

A região do Amazonas sempre inspirou a Tavares Bastos que nunca negou o grande desejo que sentia em conhecê-la. Desde “Cartas do Solitário” havia ele iniciado debates acerca do livre comércio do rio Amazonas e também de como o centralismo do Rio de Janeiro prejudicava o progresso de suas populações. Nessas cartas, ele se colocava contra o privilégio de cabotagem no Amazonas, pois esta prática só resultava em miséria para as populações locais e relegava ainda mais o país ao atraso. O protecionismo brasileiro gerava desconfiança frente aos países desenvolvidos e somente servia para beneficiar um pequeno grupo que se enriquecia com o monopólio.

A oportunidade de comprovar tudo o que falava acerca do Amazonas (antes se baseava somente em leituras de jornais, livros e comentários de terceiros) havia chegado a partir do ano de 1865. Aproveitando as férias da sessão parlamentar¹⁷⁸, Tavares Bastos partiu do Rio de Janeiro em setembro. Sem ter caráter oficial, pois era uma viagem de interesse pessoal, viajando, portanto, sem nenhum auxílio do governo, ia ele com o único interesse de aprofundar sua visão e dar mais conteúdo a sua luta parlamentar pela abertura da navegação no Amazonas – uma luta pela implementação de ideais liberais¹⁷⁹. Todavia, antes de desembarcar na região do Amazonas, Tavares Bastos se deteve no Pará, pois entendia que o estudo desta região era essencial para se concretizar eficazmente à abertura do grande “Nilo brasileiro”. Afinal, era do porto de Belém do Pará que deveriam vir os navios estrangeiros para terem acesso ao Amazonas.

Naquele ano de 1865, não havia sido Tavares Bastos o único a ter a oportunidade de visitar o Amazonas. Um renomado cientista suíço vivendo já alguns anos nos EUA, tal

¹⁷⁸ PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1975.

¹⁷⁹ Sobre a luta dentro do Parlamento, relata Carlos Pontes: “Foi na sessão de 8 de julho de 1862 que Tavares Bastos agitou pela primeira vez na câmara o caso da abertura do Amazonas. Esse passo atrevido, como ele próprio o classificara, não encontrou apoio naquela casa do Parlamento brasileiro, apesar da repercussão que teve.” *Ibid.*, p.115.

como Tavares Bastos também citava aquela região em seus estudos sem nunca ali ter estado. Ambos a estudavam por óticas bem diversas, mas o fervoroso desejo de conhecer a região equatorial brasileira era o mesmo. O encontro entre os dois seria inevitável, extremamente fortuito e enriquecedor para ambos.

O suíço Jean Louis Rodolphe Agassiz nascera em Môtier no ano de 1807. Quando estudante direcionou sua vida para o aprendizado da zoologia, paleontologia e geologia. Reconhecido por sua dedicação aos estudos dessas áreas, ele recebeu um convite do qual não pode recusar: ser colaborador de Spix e von Martius (os dois estiveram no Brasil e von Martius, como vimos, recebeu o grande prêmio do recém formado IHGB) nas pesquisas sobre peixes coletados no Brasil durante uma expedição que os dois companheiros fizeram entre 1817 a 1820. O convite foi aceito por Agassiz e a partir daí nascia a sua ligação com um grande Império sem muita importância, aos olhares nórdicos, localizado no hemisfério sul do planeta.

Nadando contra a corrente, numa época em que a polêmica tese de Darwin começava a ganhar espaço, Agassiz não abria mão da explicação bíblica que afirmava o criacionismo individualizado das espécies animais com o propósito de habitarem locais específicos do planeta. A região do Amazonas representaria um local de pesquisa privilegiado para o cientista que teria a oportunidade de comprovar a eficácia de sua hipótese através da observação das chamadas “províncias zoológicas”. De acordo com Agassiz, “províncias zoológicas” significavam a formação de nichos dentro de uma mesma fauna, o que explicava a vivência de espécies diferentes em habitat específicos. O Amazonas era a observação e o desenvolvimento de sua tese.

Há muito tempo Agassiz planejava vir ao Brasil para dar prosseguimento aos seus estudos sobre os peixes e seu habitat. Todavia faltava a oportunidade e o financiamento

para armar uma pequena expedição. Entre 1865 e 1866, o desejo de conhecer o Brasil se tornou real pelas mãos de um milionário norte-americano, Nathaniel Thayer. Além da ajuda financeira, o projeto contou com a colaboração de desenhistas, conchiliologistas, geólogos, ornitólogos, de alguns alunos voluntários e também de sua esposa, Elizabeth Cabot Cary Agassiz, que teria um papel importante ao anotar no diário os acontecimentos mais pitorescos da viagem e algumas impressões sobre as observações da pesquisa. Do diário de Elizabeth, escrito em parceria com o seu marido, daria em 1868, origem ao livro “*A Journey in Brazil*¹⁸⁰”, no qual os autores não deixavam escapar suas impressões sobre os costumes do povo brasileiro.

A expedição chegou à capital imperial em 23 de abril de 1865, mas antes que seus passageiros descessem a terra a embarcação esperou algum tempo na entrada da Baía de Guanabara. Neste momento, uma cena chocou Elizabeth Agassiz: em uma das ilhas da baía, Ilha das Enxadas, um grupo de negros dançava sob o clarão de uma fogueira, o que a levou a seguinte reflexão.

“Não podemos ver esses corpos robustos, seminus, essas fisionomias desinteligentes sem formular uma pergunta,... “Que fará essa gente do dom precioso da liberdade?” O único meio de pôr termos às perplexidades que nós então assaltam é pensar nas conseqüências de contato dos negros com os brancos. Pense-se o que quiser dos negros e da escravidão, sua perniciosa influência sobre os senhores não pode deixar dúvidas em ninguém¹⁸¹.”

A escravidão havia acabado há pouco nos EUA e não ocorrera sem deixar o lastro de uma terrível guerra civil. Tendo como parâmetro o seu país, não era de se espantar que os Agassiz se surpreendesse com o que passariam a ver no Brasil. A idéia de que os negros,

¹⁸⁰ AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo:Itatiaia, 1975.

¹⁸¹ Ibid., “*Viagem...*”, p. 45.

após a liberdade, se inseriam sem apartheid na sociedade constituía um dos pontos de maior perplexidade por parte do casal. Comparações como: o processo político que levou a emancipação nos EUA e a que estaria se desencadeando no Brasil, unido à questão da situação de vida dos libertos, levava-os, forçosamente, a compararem os dois países e a concluírem que, no país tropical, a escravidão era com certeza muito mais branda, pois a inserção social se fazia muito naturalmente.

“Mesmo hoje, um negro que tenha firme resolução, pode conquistar sua liberdade, e, uma vez que a obtenha, não há mais obstáculos a que eleve a sua condição social ou política. Mas se, por esse lado, a escravidão é muito menos absoluta do que foi nos Estados Unidos, tem, sob outros aspectos, algo de mais entristecedor. Os escravos, pelo menos nas cidades, são verdadeiras besta-de-cargas. Móveis volumosos, pianos, aparadores, malas pesadas (...) é transportado nas cabeças dos pretos¹⁸²”.

O alto grau de miscigenação do povo brasileiro não poderia, da mesma forma que a inserção social, deixar de causar estranheza e comentários negativos; afinal Louis Agassiz já defendia em suas teses que a mistura de raças degenerava a população de um país. A viagem ao Brasil o ajudou a confirmar a certeza nesta crença: a miscigenação gerava indivíduos menos aptos. A visita ao colégio Pedro II lhes trouxe duas confirmações do que já vinham observando desde a chegada: em primeiro lugar, não existem brancos puros no Brasil e os brasileiros de tão miscigenados que eram já mostravam sinais de debilidade; e em segundo, os negros, quando livres, são aceitos sem problema nenhum no meio social.

“Uma coisa todavia impressiona o estrangeiro quando vê, pela primeira vez, toda essa juventude reunida: é a ausência de um tipo puro e o aspecto débil desses adolescentes; não sei se é consequência do clima mas uma criança vigorosa e fortemente sadia raramente se encontra no Rio de Janeiro. Os alunos eram de todas as raças viam-se entre eles negros e todos os matizes intermediários até o branco; e mesmo o professor de uma das classes superiores de língua latina era de puro sangue africano.

¹⁸² Ibid, p. 58.

É uma prova de que não existe o preconceito de cor. Esse professor havia feito o melhor exame num recente concurso para a cadeira que ocupava e, por unanimidade, fora escolhido, de preferência a vários brasileiros de ascendência européia, que se haviam inscrito ao mesmo tempo em que ele para o cargo¹⁸³.”
(Grifo meu)

Após o Rio de Janeiro, o casal visitou Minas Gerais e depois seguiu para conhecer todas as capitais do litoral norte, da Bahia ao Pará. As cenas observadas no Rio de Janeiro de uma sociedade que aceitava os descendentes de africanos haviam marcado o casal que chegaria as províncias do Norte, se encaminhando para o Amazonas, com essa espantosa confirmação tão diversa da realidade a que estavam acostumados. Em Maceió, num encontro com o senador alagoano Simimbu, a conversação não poderia ter escapado do tema: “a rápida integração social dos negros”. Suas dúvidas e aflições foram facilmente respondidas pelo senador que afirmava estar a emancipação no Brasil já se aproximando do seu fim – era apenas uma questão de tempo, de se acomodarem as coisas, pois tudo caminhava para a mais perfeita tranquilidade, sem violências como ocorrera no país do casal; e que realmente os negros eram muito bem aceitos em qualquer profissão, sem preconceitos de cor ou ódios. Pela opinião omitida, observamos na leitura desta passagem do diário que o casal não se satisfez com a resposta do ilustre senador. Afinal o brasileiro quis insinuar que o seu país estava em vantagem frente aos EUA. Neste ponto, os Agassiz, então, alertavam aos seus leitores: o senador se esqueceu de um importante detalhe ao explanar sua convicção.

¹⁸³ Ibid., “Viagem...”, p. 92.

*“O Sr.Sinimbu acha que o resultado é inteiramente a favor deles; diz que do ponto de vista da inteligência e da atividade, os pretos livres suportam muito bem a comparação com os brasileiros e portugueses.Mas é preciso lembrar, se quer fazer a mesma comparação no nosso país, que os negros estão em contato com **uma raça menos enérgica e menos poderosa do que a anglo-saxônica**¹⁸⁴.”(Grifo meu)*

Chegaram ao Amazonas com uma bagagem extra: o grande impacto de uma cultura que conseguia lidar com a inserção social dos negros emancipados e a visão de uma quantidade descomunal de miscigenados compondo o povo. Os peixes deixaram de ser a única preocupação de Agassiz que passou a anotar e a **fotografar** os vários tipos humanos que observava no Brasil – tipos nascidos da “perigosa mestiçagem”. Todo o material recolhido serviria de comprovação quando chegasse aos EUA. Comprovação de que realmente a miscigenação é um mal. Por todo o tempo de sua estada no Amazonas, essas impressões lidas desde o Rio de Janeiro não passariam. A oportunidade para dividir dúvidas e conseguir esclarecimentos com pessoas informadas seria sempre praticada e uma chance a não ser dispensada.

6. O casal Agassiz e Tavares Bastos: simpatias recíprocas

Saindo do Pará, Tavares Bastos finalmente chegou ao Amazonas no mês de outubro. O casal Agassiz já tinha chegado um pouco antes. O encontro que traria a oportunidade para as trocas de idéias acerca das questões do Amazonas e do quadro brasileiro observado pelo casal desde o Rio de Janeiro, se consumaria de maneira mais concisa. O contentamento de saberem que o jovem alagoano chegava ao Amazonas e a oportunidade de poder reencontrá-lo, não pôde passar sem ser registrado.

¹⁸⁴ Ibid, p. 94.

“Poucas horas depois de nós, entrou no porto o vapor “Ibicéu”, posto á disposição de Agassiz pelo governo. Com grande satisfação nossa, trouxe ele a bordo o Sr. Tavares Bastos, membro da Câmara dos Deputados pela Província de Alagoas, o qual desde a nossa chegada ao Brasil, não cessou de nos assegurar a mais perfeita assistência e de tomar vivo interesse pelo êxito da nossa expedição. Foi um feliz acaso, para nós, reencontrá-lo¹⁸⁵.”
(Grifo meu)

O nome de Tavares Bastos repercutia com enorme respeito pelo meio político do Amazonas. Muitos sabiam, pelas notícias das principais gazetas daquela província, dos esforços feitos por ele na defesa da abertura do rio Amazonas ao livre comércio. Sua chegada era esperada com entusiasmo pelos que compartilhavam de seus ideais. Seu nome figurava com destaque naqueles meses e sua viagem se fazia coroada de aplausos por boa parte das classes dominantes amazonenses. Esta situação também foi registrada pelos viajantes da América do Norte, o que ampliava a satisfação e o interesse de permanecer ao lado de um político que apesar da pouca idade se fazia impressionantemente respeitável.

“Com menos de trinta anos de idade, o Sr. Tavares Bastos já é um dos homens políticos destacados do seu país. Desde o dia em que ingressou na vida política, não cessa até hoje de se interessar pela legislação que rege o comércio da grande bacia amazônica que ela podia ter sobre o progresso e o desenvolvimento de todo o Império do Brasil. É um dos mais notáveis entre aqueles que advogam uma política completamente liberal nessa questão. Ele já insistiu, junto dos seus compatriotas, sobre a necessidade, mesmo em seu próprio interesse, de partilhar de seu tesouro com o resto do mundo. Contava apenas vinte anos de idade quando publicou suas primeiras memórias sobre a abertura do rio Amazonas, as quais, nestes últimos anos, mais contribuíram para atrair a tenção sobre o assunto¹⁸⁶.”

Utilizo-me dessas passagens descritas no diário do casal Agassiz para demonstrar o quanto o pesquisador e sua esposa prestigiaram a companhia de Tavares Bastos. Essas já seriam provas suficientes para tentar acreditar que certamente o assunto da miscigenação e

¹⁸⁵ Ibid, p.158.

¹⁸⁶ Ibid., p.160.

as impressões sobre a integração dos ex-escravos à sociedade brasileira de forma harmônica (bem diversa da realidade vivenciada nos EUA) foram discutidos entre eles. Assuntos, como nos vimos, que causaram profunda impressão no casal, pois tentavam decifrar a impertinente questão. Através de conversas com pessoas que poderiam esclarecê-los, o casal buscava reter maiores conhecimentos sobre o assunto; e assim como fizeram com Siminbu em Alagoas, certamente o fizeram com Tavares Bastos. Embora o diário não registre como teria se dado esse diálogo específico com o jovem alagoano, algumas passagens nos dão indícios de que horas destinadas aos debates de idéias ocorreram. Em uma visita a uma aldeia situada às margens do Amazonas, Elizabeth Agassiz relatava com satisfação a confraternização entre o presidente da província do Amazonas, o engenheiro Major Coutinho, Tavares Bastos e Louis Agassiz.

“Ali estava o presidente cujo alvo principal era necessariamente estudar os negócios da província e a quem os interesses dos índios muito preocupavam: estava o jovem deputado, que pôs todo o seu ardor a serviço do grande problema nacional do povoamento da Amazônia, da sua abertura ao mundo e da influência que tal resolução trará para o país; estava o hábil engenheiro que passou a maior parte de sua carreira explorando o rio imenso e os seus tributários. Finalmente o homem de ciência pura, vindo para estudar a distribuição da vida, sem nenhum outro objetivo de utilidade prática. Os discursos tocaram em todos esses diferentes interesses, sempre acolhidos com entusiasmo e terminados por um brinde, depois do qual a música se faz ouvir, pois a pequena orquestra da noite anterior voltou para o jantar.¹⁸⁷”

Estamos convencidos de que o diálogo existiu e que pode ser considerado como um dos marcos que ajudaram Tavares Bastos a pensar sobre o assunto, pois a partir dessa viagem as idéias de miscigenação do povo e de integração mais efetiva dos negros libertos

¹⁸⁷ Ibid., p.168.

à sociedade passariam a figurar nos seus cadernos de rascunho e nas publicações do “*Valle do Amazonas*” e de “*A Província*”.

Para termos uma segurança maior na nossa abdução de que houve trocas de idéias sobre os temas da miscigenação e da inserção social entre o casal e Tavares Bastos, nós poderíamos citar um trecho bastante revelador do diário de viagem. Trecho no qual Elizabeth Agassiz explicava a seus leitores em que pé andava a política em busca de imigrantes europeus para o Brasil. O interessante nas explicações bem didáticas da professora Elizabeth refere-se ao fato de que toda a sua autoridade sobre o assunto não veio de outro senão do próprio Tavares Bastos. Todo o repertório da professora norte-americana sobre a imigração no Brasil se encaixa nas idéias defendidas por Tavares Bastos que ainda se encontrava às voltas com a Sociedade Internacional de Imigração. Elizabeth Agassiz explicava que os planos efetivos para atrair imigrantes ao Brasil só passaram a funcionar com maior evidência após a abolição do tráfico em 1850. A partir de então, surgiram dois caminhos opostos, com dois tipos de homens preocupados com a imigração: os “maus”, ou seja, os fazendeiros que queriam os europeus como substitutos dos negros nas lavouras sem dar-lhes maiores considerações, e os “bons”, entre eles Tavares Bastos e os membros da Sociedade Internacional de Imigração que se preocupavam com um projeto efetivo de valorização da imigração e nadavam contra a corrente sem o apoio do governo. Mesmo sozinhos, esses homens, explicava a professora, estavam conseguindo progressos.

*“A melhor prova do progresso que se operou nas condições dos colonos e do espírito liberal que atualmente prevalece no Brasil a respeito deles, é a formação espontânea, no Rio de Janeiro, de uma associação internacional de imigração independente de qualquer influência governamental e composta de brasileiros, portugueses, alemães, suíços, americanos, franceses, etc. O principal objetivo desta sociedade, de que **Tavares Bastos** é um dos membros mais influentes, é, primeiro, provocar a reforma da Constituição em todos os pontos em que coloca o estrangeiro*

naturalizado em situação inferior à dos brasileiros natos; em segundo, conseguir a reparação dos danos sofridos pelos imigrantes; finalmente, prestar a estes toda a assistência e informação de que possam precisar ao chegar ao Brasil¹⁸⁸”. (Grifo meu)

Elizabeth Agassiz se referia a Sociedade Internacional de Imigração. De fato Tavares Bastos havia impressionado e influenciado os Agassiz – e vice-versa. Pronto, poderíamos nos dar por satisfeitos e encerrar a questão. No entanto, existe um detalhe que não podemos deixar passar livremente: os Agassiz voltam para os EUA contentes pelos progressos da viagem que lhes havia proporcionado a coleta de provas que tirariam o cientista Louis da simples especulação. Provas fundamentais coletadas no Brasil que vinham ratificar sua tese: a miscigenação é um mal; a miscigenação degenera um povo. A professora Elizabeth Agassiz nos relata as benesses da viagem.

“Não só Agassiz aumentou seus conhecimentos sobre peixes, como teve ocasião de acumular uma soma de fatos novos e interessantes sobre as numerosas variedades produzidas pelo cruzamento dos índios, pretos e brancos, e pode juntar às suas notas uma série bem completa de fotografias. Em nenhuma outra parte do mundo se poderia estudar tão completamente como no Amazonas a mistura dos tipos, pois nela os mamelucos, os cafuzos, os mulatos, os cablocos, os negros e os brancos produziram por alianças, uma confusão que à primeira vista parece impossível destrinchar¹⁸⁹.”

Agassiz defendia que se embora os naturalistas discordassem sobre a origem das espécies, uma coisa deveria ser dita como certa: quando dois indivíduos de raças diferentes se unem, nasce um ser híbrido, um ser que não tem nenhuma semelhança exclusiva com o pai ou com a mãe; mas antes, é um ser formado pela junção dos dois caracteres. A visita ao Amazonas confirmou seu raciocínio de que o cruzamento de duas raças puras diferentes

¹⁸⁸ Ibid, p.298.

¹⁸⁹ Ibid, “Viagem...”p.182.

entre si faz com que os traços primitivos dessas raças originais se percam quando nascem os seres híbridos.

“O resultado de ininterruptas alianças entre mestiços de uma classe de pessoas em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando em seu lugar bastardos tão repulsivos quanto os cães amastinados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado¹⁹⁰.”

Do infeliz cruzamento entre duas “raças puras” diversas nasciam os “degenerados”, dos quais a Amazônia brasileira estava repleta e quanto mais cruzamentos, mais distância entre as “raças puras”. O caos estava instalado na Amazônia e em grande parte do Brasil que possuía todos os tipos imagináveis que viriam desses cruzamentos. Agassiz enumerou os principais tipos resultantes desses cruzamentos e apontou os seus tipos psicológicos – do branco com o negro nascia o mulato, “*com traços elegantes e cor mais clara*”, “*cheio de confiança, mas indolente*”; do índio com o negro vinha o cafuzo – “*de cor carregada, com cabelos anelados*”, não tinham a delicadeza dos traços dos mulatos, mas eram “*uma combinação do humor afável dos negros e da enérgica rusticidade do índio*”; dos brancos com o índio resultava o mameluco – “*pálidos e efeminados*”, “*fraco e preguiçoso*”, “*mas obstinado*¹⁹¹”.

Para o jovem Tavares Bastos, a viagem também havia sido profícua, uma vez que acima de tudo embasaria sua tese em defesa da abertura do rio Amazonas, em favor do comércio internacional, e por outro lado, a sua análise das populações amazonenses e as inevitáveis conversas com os Agassiz foram enriquecedoras. A partir dessa viagem, ele

¹⁹⁰ Ibid, p.184.

¹⁹¹ Ibid., p.174.

teria iniciado suas reformulações sobre a condição dos miscigenados na sociedade, bem como passou a vislumbrar a miscigenação do povo brasileiro como um fator positivo. Tavares Bastos fazia o caminho inverso do cientista Louis Agassiz. Para o deputado alagoano, a miscigenação não deveria ser interpretada como um mal; e menos ainda como fator de degeneração. Vejamos como em “*O Vale do Amazonas*”, Tavares Bastos refletia sobre a miscigenação de uma forma totalmente diversa do cientista Agassiz: na perspectiva do brasileiro, a miscigenação deveria ser estimulada por produzir tipos vigorosos.

“O cruzamento de raças em todas as povoações vai fazendo surgir uma população nova, esses mestiços tão vigorosos, quanto inteligentes e aptos para os rudes trabalhos daquele clima. A ciência provará que os elementos não indígenas, o sangue caucásico ou o africano, já predominam nos povoados. O índio puro, o índio primitivo desaparece, deixando atrás de si uma descendência mais dócil, mais viva, mais inclinada ao influxo da civilização. A população mestiça aumenta sempre, e ela é a indústria que produz e exporta, e o consumidor que provoca a importação; é a navegação, é a prosperidade, é o verdadeiro catecúmeno do século XIX, assim como o comércio é o seu verdadeiro catequista¹⁹².” (Grifos meus)

Na perspectiva de Agassiz, as raças puras (embora dentro de uma hierarquia) eram compostas por grupos brancos, grupos negros e grupos indígenas, todos esses grupos eram sempre superiores aos miscigenados. Na perspectiva de Tavares Bastos, a miscigenação não criava indivíduos fracos, mas antes, vigorosos e prontos para se adaptarem aos influxos da civilização. Pela lógica de Tavares Bastos, os índios seriam os “degenerados” se comparados como os miscigenados. Portanto, para ele, defender a imigração de europeus para a região do Amazonas deveria ser visto como um bem. Além dos imigrantes europeus e norte-americanos (principalmente) impulsionarem naturalmente o progresso material da região, eles também se misturariam com os índios resultando num aumento da população

¹⁹² BASTOS, op. cit., “*O Vale...*”, 1975, p. 207.

mestiça e diminuindo, assim, com o número de índios puros que não se adaptavam as vantagens da sociedade liberal.

A região do Amazonas teria tudo para prosperar em poucos anos, bastando para isso que o governo abandonasse a “política chinesa” abrindo-a para o mundo. Tavares Bastos enumerava a necessidade de o governo parar de investir em projetos jesuíticos comandados pela Igreja que enviava pobres jovens sacerdotes que não podiam resistir a “*inocência de mestiças e índias*”¹⁹³, e que em vez disso, o governo se voltasse para as vantagens da imigração, sem dar ouvidos aos pessimistas que insistiam em alegar que os brancos não resistiriam ao clima equatorial, e passando a compreender os benefícios resultantes do cruzamento de “raças” .

*“Renunciemos francamente ao regime forçado; chegaremos mais depressa a um resultado melhor pela liberdade de comércio, pelo cruzamento das raças, pela boa administração, pela moralidade dos padres e dos funcionários civis. Imaginai esse Mediterrâneo fechado aos navios estrangeiros, e entregues ao zelo sacerdotal e à tutela da administrativa: não seria isto a restauração no vale do Amazonas das missões americanas dos séculos XVI e XVII?”*¹⁹⁴
(Grifo meu)

Através da leitura atenta de “*A Journey in Brazil*”, os leitores podem constatar que de forma alguma Elizabeth Agassiz demonstrou desprezo pelo Brasil ou pelos brasileiros. Ao contrário disto, a norte-americana não deixava de exaltar a cordialidade e a hospitalidade que a equipe científica recebeu ao longo dos meses em que estiveram no país. O livro é repleto de passagens que provam esse reconhecimento.

“Creio poder dizer, sem receio de me enganar, que em nenhum país do mundo uma empresa científica particular já foi acolhida com tanta cordialidade nem recebeu hospitalidade mais liberal. Insisto sobre isso e volto várias vezes ao assento, não por mesquinho espírito de egoísmo, mas porque essa homenagem é

¹⁹³ Ibid., “*O vale...*”, 1975, p.206.

¹⁹⁴ Ibid, p. 205.

*devida ao caráter do povo brasileiro, cuja generosidade devemos reconhecer altamente*¹⁹⁵.”

Elementos como desprezo, desdém ou falta de reconhecimento não devem ser procurados nas páginas do livro. Todavia, a questão latente e de importância que não deve passar sem uma devida ressalva, é aquela que diz respeito ao olhar do “*branco civilizado*” que visita uma terra ainda “desfalcada em atributos morais” e sem os “benefícios que a ordem e o dinamismo dos povos do norte da Europa” espalhavam pelo mundo. Através da obra “*Cultura e Imperialismo*”¹⁹⁶, Edward Said demonstrou que a análise dos aspectos culturais desenvolvidos durante a política imperialista dos séculos XIX e XX deve ser entendida como uma boa fonte de pesquisa para se compreender a lógica do olhar que o branco colonizador lançava sobre os colonizados. De acordo com Said, uma compreensão mais ampla da época imperialista em que a Europa e os EUA se assenhoreavam do mundo, se faz possível através dos estudos culturais – área que foi marginalizada pelos intelectuais que se detiveram mais às questões econômicas e políticas.

Said observou que mesmo nos romances escritos pelos autores europeus e norte-americanos, nos quais os colonizados tinham um papel de destaque, a situação social das personagens envolvidas no romance se configurava sempre a mesma: o colonizado sempre ocuparia uma posição subalterna frente ao branco. E mesmo quando algum autor critica as práticas imperialistas, este não consegue fugir da concepção predeterminada que descreve os não-brancos como sendo inferiores e subalternos; em suma, destinados à estagnação. Said salienta que não apenas os indivíduos são descritos como seres à parte frente aos

¹⁹⁵ AGASSIZ, Luiz e Elizabeth, op.cit., “*Viagem...*”,p.104.

¹⁹⁶ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

brancos, mas também as terras pisadas pelos colonizadores são sempre descritas como exóticas, assustadoras, impenetráveis, lugares onde reina a barbárie.

Dentro dessas perspectivas culturais apontadas por Said, poderíamos inserir o casal Agassiz como um exemplo do que foi analisado pelo teórico palestino. Afinal, para o casal, a viagem ao Brasil representava uma experiência instigadora dentro do ambiente exótico, num lugar ainda distante do conceito de civilização que eles portavam. A estada no Brasil ampliou esta visão ao constatarem que "*os africanos são facilmente assimilados a sociedade*", as provas que juntavam sobre esse fato – provas nascidas da simples observação aos lugares pelos quais passavam, comprovavam isso, seja no colégio Pedro II, ou olhando a movimentação nas ruas. Ao mesmo tempo em que o fato causava estupefação, também gerava dúvidas e receios – como será este país há alguns anos? A primeira cena observada na baía de Guanabara, logo na chegada, deixava transparecer esse receio. O impacto do grande contingente de indivíduos miscigenados também gerava dúvidas e incertezas frente ao que reservava o futuro para o Brasil.

“O resultado de ininterruptas alianças entre mestiços é uma classe de pessoas em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando em seu lugar bastardos tão repulsivos quanto os cães amastinados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado .¹⁹⁷”

A visão dos Agassiz era constituída pelo olhar dos colonizadores (mesmo que a proposta da viagem nada tivesse a ver com questões da política imperialistas) vindos de um país “muito mais civilizado” – na crença deles; e, portanto, o olhar de ambos era lançado por quem olha de cima. Não podemos esquecer que Agassiz era um cientista que, como a

¹⁹⁷ AGASSIZ, Luiz e Elizabeth, op.cit , p.184.

maioria, defendia que os povos brancos se desenvolveram mais rapidamente sobre o planeta frente aos povos asiáticos e africanos. Além de também divulgar pelos seus estudos que a miscigenação era um dos grandes males que poderiam atingir o destino de uma nação, pois retardava o progresso de um povo. Em nenhum momento, a visão dos "colonizadores", dentro do conceito de Said, abandonou a escrita do casal em sua "Viagem ao Brasil"; em nenhum momento a concepção pré-determinada que hierarquizava brancos e não-brancos foi quebrada neste livro. O ambiente da exótica Amazônia se tornou o palco perfeito para o auge da confirmação: a miscigenação é um mal; pobre do país miscigenado.

Lorelai B. Kury¹⁹⁸ chama a atenção para um fato curioso em relação às fotografias feitas dos tipos humanos encontrados no Amazonas: as fotos tiradas pela equipe de Agassiz nos ajudam a salientar a idéia etnocêntrica tão comum nas escritas do oitocentos como aponta Said. De acordo com Lorelai, Agassiz teve a ambição de tentar desenvolver um álbum de fotografias com os diversos tipos humanos encontrados no Amazonas para comprovar, junto ao meio científico, a desgraça que a miscigenação. Os homens do Amazonas eram fotografados nus, assim como também as mulheres; ou então, elas apenas deixavam os seios à mostra. As diversas fotografias foram compiladas e selecionadas nos EUA e utilizadas para a demonstração do resultado da pesquisa que visava comprovar a superioridade da "raça branca". Todavia, e daí nasce a exacerbação do etnocentrismo, o álbum não possuía nenhuma foto com um modelo vivo desnudos representando a "raça branca". Para a comparação entre os traços físicos ocorrerem, utilizaram fotografias e imagens de estátuas grego-romanas. Imagens de homens e mulheres brancos nus não podiam ser mostradas, pois tal fato chocaria o público civilizado.

¹⁹⁸ KURY, Lorelai B. *A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil*. *Rev. bras. Hist.* [online]. 2001, vol. 21, no. 41 [citado 2007-01-01], pp. 157-172. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

A autora relata que uma minuciosa descrição científica dos seios das mulheres índias e mestiças foi feita. Mas os seios das mulheres brancas, em nome da boa moral, foram preservados de tais descrições. Por fim, o trabalho de comparação também serviu para levar os visitantes da exposição a concluírem que os traços físicos dos africanos, dos índios e dos miscigenados se assemelhavam aos dos animais que habitavam as selvas tropicais.

Como aponta Said, a cultura se constrói e se delinea através das trocas geradas pelos diálogos que influenciam a constituição da escrita. Por mais que as hierarquias sejam defendidas e as visões distorcidas do “outro” sejam difundidas, o espaço da troca é fundamental para a criação dos conceitos. O casal Agassiz precisou do espaço brasileiro; precisou da viagem ao Amazonas para confirmar o que Louis Agassiz já vinha teorizando sobre a mistura dos povos; nada melhor do que viver alguns dias num local com grande número de miscigenados para ratificar seus conceitos. A viagem de Agassiz e o resultado da expedição acabaram sendo profícuos para o cientista não somente porque ele pode colher material para continuar na defesa da tese do criacionismo, como também para comprovar o mal que resultava da miscigenação – servindo para contribuir com a coletânea das teorias racistas que se casavam tão bem com o pensamento defendido por parte das classes dominantes norte-americanas que precisavam sustentar os cuidados que os brancos deveriam ter em não se misturarem com os ex-escravos recém-libertos durante os anos de Guerra Civil. De acordo com Roberto da Matta¹⁹⁹, “o racismo científico” norte-americano se encaixava perfeitamente com a realidade social dos EUA que viviam dentro da ideologia do individualismo e do ideal de leis igualitárias – justificativas necessárias para impedir a

¹⁹⁹DAMATTA, Roberto. *Digressão: A Fábula das Três Raças, ou o Problema do Racismo à Brasileira*. In: *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

união entre negros e brancos. A “segregação legal” fundada em forma de leis era totalmente cabível dentro de um sistema que pregava o individualismo dentro de um credo igualitário.

Como salientamos, Tavares Bastos passaria a adotar o caminho inverso e acredito que do mesmo exercício praticado pelo casal – entre conversas com trocas de opiniões, se serviu o deputado alagoano para retificar sua tese; tanto quanto Agassiz a ratificava. O espaço amazonense e a troca de idéias com os Agassiz fizeram Tavares Bastos iniciar a construção de uma nova visão, abandonando sua crença na desvalorização dos africanos e também dos miscigenados que compunham a sociedade brasileira. Mais tarde, o fim da Sociedade Internacional de Imigração teria seu peso final, sendo a pedra angular para sacramentar sua nova teoria. Todavia, analisando dentro da perspectiva cultural apontada pelo teórico Said, o movimento da troca na construção de um discurso literário é sempre fundamental para compreendermos como as idéias circulam e como os autores a utilizam dentro da defesa de suas crenças. Neste caso, crenças que afirmavam a superioridade dos brancos frente aos não-brancos; crenças que ajudavam a reforçar a idéia imperialista de que os brancos eram os portadores do progresso e da civilização. Como analisamos, Tavares Bastos vai se permitir enxergar um novo horizonte que antes ele não conseguia vislumbrar: o Brasil é um país miscigenado e não devemos nos envergonhar disso; a essência do povo brasileiro é a união das diversas “raças”, e isso não implica em degeneração e não progresso.

7.Revendo antigos projetos: “Somos todos mestiços, pois brancos puros são raríssimos”

Ao atingirmos este ponto de nossa análise, devemos levantar algumas questões que nos ajudariam a continuar desvendando as intenções do jovem deputado: estaria Tavares Bastos maquinando um projeto de branqueamento para a população brasileira tal

como fariam os intelectuais do início da República que chegaram a demarcar anos para o advento de “abençoada” e “fatídica” profecia de um futuro branco? Ou então, estaria Tavares Bastos apurando o fato de que a miscigenação fazia parte do histórico do país e que tentar compor um retrato do Brasil omitindo e desvalorizando esta verdade resultaria no risco de desqualificar o próprio povo brasileiro?

Dar uma resposta definitiva à questão simplesmente tendo em mãos “*O Vale do Amazonas*” seria muito arriscado e não se chegaria a lugar algum. O livro, resultado da sua viagem ao Amazonas, nos serve como ponto de partida para compreendermos que daquelas férias e do encontro com os Agassiz, conceitos pensados anos antes poderiam ser redefinidos. Nos últimos anos da década de 1860, Tavares Bastos passou a imprimir aos seus escritos, principalmente em seus cadernos de rascunho, suas novas impressões frente à situação do futuro ex-escravos no país; vislumbrando como deveriam ser encaminhados os momentos finais do sistema escravista, de modo a não ser a economia e a ordem social perturbados; pensando, então, naquilo que acreditava ser uma boa estratégia para incorporar os libertos à nova realidade da liberdade. Questões muito pouco pensadas antes da viagem, pois o projeto de uma grande imigração européia e norte-americana o absorvia totalmente até 1867, quando a partir de então começaram a nascer suas desesperanças frente ao mal sucedido empenho da Sociedade Internacional de Imigração, organizada por um grupo de poucos homens que sem ajuda do governo batalham sozinhos na árdua tarefa de convencer opinião pública e o segmento político de tão importante projeto para a nação.

Como afirmamos anteriormente, a luta pela emancipação gradual do cativo sempre esteve presente em suas preocupações, mas ainda faltava um projeto específico de inserção dos libertos e seus descendentes na sociedade. As correspondências de Tavares Bastos emitidas as sociedades abolicionistas da Europa antes do fim da Sociedade

Internacional de Imigração seriam uma prova disto. Ele mantinha contatos com aos membros da “The British and Foreign Anti-Slavery Society”, informando por meio de cartas sobre o andamento da escravidão no Brasil e recebendo igualmente notícias sobre o andamento dos debates promovidos por esta sociedade abolicionista. A sociedade abolicionista britânica havia sido criada com o objetivo que combater o “nefasto sistema” no mundo todo, e não apenas nas colônias inglesas. A luta dos abolicionistas britânicos serviu de apoio para vários intelectuais que viviam em países escravistas. Durante a última década da escravidão no Brasil, o grande nome do abolicionismo brasileiro²⁰⁰ – Joaquim Nabuco, entrou em contato com a “The Bristh and Foreign Anti-Slavery Society” em 1880, pedindo assistência para a causa. Quando morou na Inglaterra, Nabuco estreitou seus laços de amizade com os membros desta sociedade.

Muito antes dos últimos anos da abolição se materializar e mesmo antes do incremento do movimento abolicionista no país Tavares Bastos, em 1865, fazia contato com a “The Bristh and Foreign Anti-Slavery Society” se comunicando com o secretário da sociedade, L. Chameroozow. A parceria entre o brasileiro e Chameroozow nasceu por parte do próprio secretário da sociedade abolicionista que escolheu Tavares Bastos para servir como ponto de contato e fornecer a Anti-Slavery Society notícias sobre o andamento da questão escravista no Brasil. A escolha pelo nome de Tavares Bastos ocorreu pelo fato do deputado alagoano ter sido citado por Fletcher²⁰¹ em uma de suas cartas enviadas à sociedade britânica. Fletcher afirmava que Tavares Bastos era o homem certo para fornecer

²⁰⁰ Para saber mais ler – NABUCO, José Thomaz. *Nabuco e os abolicionistas ingleses*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1985.

²⁰¹ Pastor e missionário presbiteriano norte-americano (1823-1901). Fez algumas viagens ao Brasil durante as décadas de 1850-60 com a intenção de divulgar a sua fé religiosa. Entre 1864-65, ele travou relações com Tavares Bastos para discutirem sobre a questão da instalação de uma rota de vapores que ligariam o Rio de Janeiro a Nova Iorque.

a sociedade britânica as informações que colaborariam com a luta dos abolicionistas europeus²⁰².

“Londres, New Broad Street, 27”

“28 de Maio de 1865

Ao honrado Sr. Tavares Bastos, membro da Câmara dos Deputados.

Senhor – tendo encontrado o vosso nome mencionado em carta do Sr. Fletcher, publicada em folhas americana e relativa à questão da emancipação, tomo a liberdade de enviar-vos cópia de que eu dirigira a um nosso correspondente no Rio (o Sr. Dr. Manoel Galvão) em fevereiro de 1865.

Depois disso encontrei ao dr. Galvão em Paris; porém ele não podia, na ausência de fontes de informação, fornecer-me ali o esclarecimento que eu desejava. Compreendo o vosso interesse por essa grande questão do dia, espero que me desculpeis incomodar-vos para obter os dados desejados que possais transmitir-me; e, enquanto a resposta venha a chegar depois da nossa sessão anual, as vossas comunicações serão em todo o caso úteis.

Reúno trechos de nosso relatório deste mês que com os números antecedentes deste ano ser-vos-ão enviados por este pacote, e hão d’ora em diante ser expedidos com regularidade. Não careço acrescentar que muito desejamos uma larga informação sobre o estado atual da causa abolicionista no Brasil.

Seu, senhor, muito respeitosamente, L. A Chameroozow, secretário.

Quesitos a que se refere a carta supra:

1. Tráfico de escravos da África

2. Comércio costeiro, ou de mestiços de escravos

3. Emigração da Índia, China e Europa

4. Medida, durante os últimos cinco anos, com referência aos africanos livres

5. Idem em relação a uma parte qualquer da população escrava

6. Opinião geral no Brasil sobre o bill Aberdeen”

Citamos a carta da “The Bristh and Foreign Anti-Slavery Society” para demonstrarmos como era reconhecida a luta de Tavares Bastos contra o sistema escravista. Este reconhecimento passava as fronteiras do Brasil e ganhava o exterior. O contato com a esta sociedade britânica lhe dera mais ânimo para continuar a ler e a se informar sobre o andamento da escravidão não apenas no Brasil como também em outras partes do mundo. Se de um lado Tavares fornecia aos europeus as informações do que ocorria aqui, também ganhava, em troca, informações de como andava a causa abolicionista nas outras partes do mundo. Um bom número de autores ligados ao movimento antiescravista desenvolvido na

²⁰² As cartas trocadas entre Chameroozow e Tavares Bastos foram publicadas no Jornal do Comércio de 16 de agosto de 1865.

Europa foi por ele citado, sendo o principal deles Augustin Cochin²⁰³, secretário honorável da Anti-Slavery Society. Cochin havia desenvolvido um estudo detalhado sobre a escravidão e a emancipação nas Américas, em especial nas colônias de língua francesa. Grande parte das notas escritas nos cadernos de Aureliano Cândido Tavares Bastos eram pensamentos retirados do livro “Abolition de l’esclavage” publicado em 1861.

Através desse intercâmbio e da leitura de autores e jornais, Tavares Bastos conseguia se manter informado sobre como caminhava a situação dos libertos nos EUA após o final da Guerra de Secessão. Certamente, a busca por mais informações e a ânsia de aprender com a experiência de outros países, principalmente com o caso norte-americano, ajudou e influenciou Tavares Bastos no momento em que revia seu projeto de nação, fazendo-o concluir que os ex-escravos mereciam receber a cidadania. A viagem ao Amazonas, na qual o contato com os Agassiz e as trocas de informações sobre os caminhos que a emancipação tomavam nos EUA e que futuramente tomariam no Brasil, a crença do casal frente à certeza de que o negro no Brasil era muito mais bem visto do que no país deles, e o espantoso grau de miscigenação da população que gerou receios no pesquisador suíço, por certo também fizeram com que Tavares Bastos buscasse aprofundar esses estudos – principalmente os relacionados com a situação do ex-escravo na sociedade norte-americana e brasileira.

As informações colhidas das leituras que ele fazia eram anotadas em seus cadernos de estudo. Da mesma forma, vários artigos de jornais eram recortados e colados nesses cadernos. Tavares Bastos, poetiza seu principal biógrafo²⁰⁴, pertencia ao um grupo de pessoas que passam horas estudando e refletindo sobre suas conclusões, “praticando

²⁰³ Augustin Cochin (1823-1872) foi publicista e administrador francês. Como membro da Academia de Ciências Morais desenvolveu obras que denunciavam a miséria dos operários franceses.

²⁰⁴ Carlos Pontes, op.cit..

insônia”, perdendo horas de sono em meio de papéis e livros, o que acredita Carlos Pontes – teria contribuído muito para afetar sua frágil saúde. Sendo assim, acreditamos que talvez numa dessas noites no ano de 1867, o intelectual alagoano teria chegado a seguinte conclusão:

“No Brasil tudo continuará normalmente depois da emancipação, primeiro porque hoje mesmo não há distinções sociais ou políticas por causa de cores ou raças, segundo porque os brancos puros são raríssimos, e a grande maioria ou é mestiça ou negra. Donde resulta que no Brasil continuará em escala progressiva a fusão das raças branca e africana, daqui a um século a psicologia geral da população do Brasil será a mais interessante no mundo por causa dessa fusão.

A raça brasileira (que então se formará) terá a imaginação do africano e a reflexão do branco. O maior espanto virá disto, será uma raça antiportuguesa principalmente.

Aqui, portanto, dar-se-ia o contrário dos Estados Unidos. Aqui não há, como lá, desigualdade real das raças; não há profundas antipatias entre elas; o preto e o mulato gozam aqui de todos os direitos políticos, nós os temos tido no ministério, no Conselho de Estado e no Parlamento, na diplomacia, etc; o próprio escravo depois de liberto goza de alguns direitos políticos, é votante e sua descendência goza de todos. Estes fatos sociais é que facilitarão a fusão que se opera, d’onde sairá a raça brasileira²⁰⁵.”

(Grifos meus)

Esta seria uma das passagens mais significativas dentro do seu exercício de repensar velhas fórmulas e seus próprios preconceitos, numa época em que o terreno para o debate da miscigenação ainda não estava lavrado, e mesmo quando se acomodou o solo, os intelectuais do final do Império e do início da República não puderam escapar do duplo trabalho de confirmá-la para negá-la. Ou seja, buscaram na construção ideológica do branqueamento a saída para a questão. De acordo com a leitura deste trecho acima escrito pelo deputado alagoano, a porta de saída não era apresentada, mas antes disto, a miscigenação era confirmada como sendo a característica principal do Brasil de seu tempo, tanto quanto do Brasil do futuro. A idéia de que os brancos puros eram raríssimos, nos

²⁰⁵ Coleção Tavares Bastos - Setor de Manuscritos da BN.

remete tanto a uma situação que perdura em seu tempo e continuará perdurando – miscigenados são e serão maiorias sempre.

Antecipando os intelectuais do limiar da República, Tavares Bastos também confirmava que a fusão das “raças” no Brasil era um fenômeno incontrollável. Mas de acordo com estes intelectuais, dessa fusão resultaria o branqueamento²⁰⁶. Para Tavares Bastos não, visto que os brancos sempre seriam raros e o que teríamos seria um povo constituído por duas “psicologias” que se casariam perfeitamente: a branca que se basearia na razão, e a negra que se basearia na imaginação.

Aureliano Cândido Tavares Bastos não estaria preocupado em saber qual o resultado da cor de pele que sairia dessa miscigenação; sua intenção central seria esclarecer que mesmos os brasileiros mais brancos nunca poderiam se vangloriar de uma suposta pureza. Com o resultado da miscigenação, não importava querer saber qual o tom da cor de pele, mas, antes disto, importava saber que geraria uma raça toda brasileira, da qual ele só nós deixa apenas uma pista de como seria: antiportuguesa acima de tudo. Ou seja, ao lançar esta sentença, queria afirmar que pelo menos no plano psíquico, esta “nova raça” que surgiria dos benefícios da miscigenação resultaria numa mentalidade já bem diversa dos colonizadores portugueses, dos quais Tavares Bastos não desprezava, mas também não conseguia ver grandes vantagens; eram latinos, o que, para ele, seria sinônimo de instituições retrógradas (lembramos que na sua luta por imigrantes, os povos do norte da Europa eram os requisitados, bem como os norte-americanos por serem a maioria de origem anglo-saxão) e, portanto, por serem atrasados dentro do debate de hierarquias sociais, como havia explicitado o Conde de Gobineau em sua teoria de diferenciações dentro da própria “raça branca”.

²⁰⁶ SKIDMORE, op.cit.

A “raça brasileira”, da qual não saberíamos a cor, mas sabemos que brancos puros seriam raríssimos, estaria longe da psique dos portugueses e portaria uma psiquê totalmente única, nova, original e altamente positiva, nascida da união de brancos, negros e índios.

Sendo assim, poderíamos concluir que os negros cresciam em sua escala de valores dentro de sua nova hierarquia social, ultrapassando os índios e até mesmo os portugueses? Para respondermos, é necessário analisar a situação em partes e nos remetermos a outros povos para compormos uma rápida escala de comparação. Tavares Bastos desejava a imigração de europeus do norte da Europa, de suíços para cima; sua concepção de progresso entre os povos neste ponto se baseava nas idéias do desenvolvimento histórico das civilizações (lembramos que o debate do darwinismo-social ainda não tinha chegado ao Brasil), numa perspectiva ao estilo de Gobineau.

Acreditava que os povos do norte da Europa haviam se desenvolvido bastante: suas instituições liberais eram a melhor prova disto. Grande contingente desses europeus formaram os EUA; portanto, eis a explicação para o rápido progresso dessa jovem nação. Quanto aos povos latinos, esses teriam permanecido presos a instituições absolutistas e jesuíticas; não caminhando para o avanço dos povos nórdicos, não seriam, portanto, os melhores imigrantes a serem convidados a entrarem no Brasil, mas logicamente, não seriam de todo desprezados se por acaso viessem em razoável quantidade. Em suma, a preferência deveria ser sempre dada a alemães, belgas, norte-americanos, suíços, irlandeses, ingleses e franceses, embora soubesse que esses dois últimos não tivessem necessidade de imigrar para o Brasil. Quanto aos povos eslavos, Tavares Bastos afirmava que seriam péssimos imigrantes, pois foram submetidos durante séculos ao regime de servidão no campo; vindo para o Brasil a contribuição desse povo seria desprezível.

Em relação aos coolies, encontramos considerações curiosas – a famosa imigração de chineses que crescia espantosamente em sua época pela América e também em algumas regiões da África, servindo aos interesses de potências imperialistas, o deputado alagoano se mostrou amigável enquanto vigorou a Sociedade Internacional de Imigração. De acordo com os membros da Sociedade Internacional de Imigração, havia a idéia (idéia muito estimulada pelos debates do Parlamento que questionava ser ou não viável a entrada desses imigrantes para o trabalho na lavoura) de que não eram maus trabalhadores e que seus esforços na Califórnia haviam provado o valor deste povo para o trabalho. Todavia, após o fracasso da Sociedade, Tavares Bastos passou a reformular sua perspectiva anterior. A partir deste ponto, acrescentamos mais uma prova de que ele estava disposto a reavaliar e reformular suas idéias anteriores frente aos futuros libertos, pois diante das suas intenções de elaboração de um projeto que viesse a valorizar o africano ficava claro que não poderia existir espaço para os asiáticos.

Quanto aos índios, Tavares Bastos não refletia muito acerca deles, a não ser em “*O vale do Amazonas*”, no qual obviamente não poderia deixar de tocar no assunto. Desta obra, como já analisamos, iniciou a refletir no tema da miscigenação como uma situação positiva para a nação. Ele tinha os índios como a imagem idealizada pelo movimento romântico da segunda metade do XIX, ou seja, a imagem do bom-selvagem: “*o índio é trabalhador, pacífico, humilde, de uma boa fé infantil, de um desinteresse incrível, sóbrio e vigoroso*”²⁰⁷, o governo com sua política centralizadora de recrutamento, ação de funcionários corruptos, comerciantes de regatão e a ameaça de traficantes de crianças, é que tornavam os índios amedrontados, pronunciava Tavares Bastos.

²⁰⁷ Tavares Bastos, op.cit., 1975, p.203.

Ou seja, o índio era bom por natureza; o governo imperial era quem o corrompia; mas felizmente o avançar da implementação de uma sociedade civilizada aos moldes liberais, poderia vir a fortalecê-los e, nesse ponto, a miscigenação, como vimos anteriormente, aceleraria este processo, completando a obra na criação de homens novos adaptados a nova realidade. Mais uma vez, Tavares Bastos não estava preocupado com a aparência que poderia resultar do cruzamento de índios com brancos, e nem de índios com negros. Sua questão não se resume à cor de pele, mas a civilização *versus* atraso. Os miscigenados, neste caso, os da região do Amazonas, seriam positivos pelo fato de incorporarem mais rapidamente os benéficos hábitos da civilização. Os miscigenados seriam melhores que os índios que ainda teimavam em manter os antigos hábitos – designados pelo autor como “primitivos hábitos”.

Tendo em mãos esses dados que nos ajudam a destrinchar o rascunho do novo projeto idealizado por Tavares Bastos após a viagem ao Amazonas, e complementado com o fracasso da Sociedade Internacional de Imigração, nós podemos concluir através da abdução qual seria o papel a ser assumido pelos libertos dentro dos seus parâmetros de civilização e progresso associados à lógica liberal. Os africanos cresciam na escala hierárquica de Tavares Bastos por três motivos: em primeiro lugar, o fracasso da Sociedade Internacional de Imigração desestimulou-o na luta pela entrada de imigrantes; antes disto não havia por parte dele, embora sempre defendesse a abolição, uma preocupação mais decisiva com a inserção dos libertos na sociedade brasileira; como trazer imigrantes era muito complicado, ele redirecionou seu olhar para os “nacionais”; segundo, observar a grande miscigenação do povo e não ver nela algo de negativo, mesmo que defensores como Agassiz (com quem ele teve contato direto) e Gobineau acreditassem nisto, o estimulou acreditar na possibilidade de investir no próprio “elemento nacional”; terceiro lugar, olhar a

miscigenação era se dar conta de que realmente o liberto se incorporava rápido a sociedade. Neste ponto já existiam alguns discursos de brasileiros bastante anteriores a ele que apontavam a escravidão brasileira como sendo branda se comparada com a escravidão norte-americana, sem esquecermos também do próprio casal Agassiz que trocara essas impressões com Tavares Bastos.

De acordo com Célia Maria Marinha de Azevedo²⁰⁸, os abolicionistas norte-americanos, desde o século XIX, tinham uma visão mítica do Brasil como sendo a terra do paraíso racial, ou pelo menos sendo a terra em que o preconceito contra homens e mulheres de ascendência africana não atingia o nível de discriminação que os afros-descendentes tinham que suportar nos EUA, pois mesmo os libertos dos estados abolicionistas do norte sofriam os efeitos da discriminação e da segregação. De acordo com a autora, os abolicionistas norte-americanos tiravam tais conclusões a partir dos relatos de viajantes que visitavam os dois países e pelo fato do próprio movimento abolicionista norte-americano ser extremamente crítico frente às instituições republicanas vivenciadas pelo país; afinal era uma contradição vivenciar a escravidão num sistema político que se denominava “a melhor e mais justa forma de governo”.

“Muito antes do século XX, os abolicionistas americanos falavam do paraíso racial brasileiro de modo a enfatizar o preconceito e a discriminação contra os descendentes de africanos nos Estados Unidos. O fato de que o Brasil era católico e governado por um rei servia bem para acrescentar mais uma medida de vergonha à República protestante americana, cujos cidadãos brancos eram sempre tão orgulhosos de suas tradições igualitárias²⁰⁹.”

²⁰⁸AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo : Estados Unidos e Brasil, uma história comparada - século XIX*. São Paulo : Annablume, 2003.

²⁰⁹Ibid., p.160.

Complementando a idéia, Célia Maria Marinha de Azevedo acrescenta que por outro lado faltava aos abolicionistas brasileiros (emergidos a partir da década de 1860, se fortalecendo durante os anos 70 e atingindo o auge nos 80) uma posição crítica mais incisiva frente à questão do preconceito racial no Brasil. A tendência dos abolicionistas brasileiros era sempre a de desassociar a escravidão do preconceito. Tal situação se fazia notar mesmo em abolicionistas como André Rebouças que, de acordo com a autora, não se queixava de ter sofrido preconceitos no seu país. Todavia quando esteve em viagem pelos EUA precisou suportar sarcasmos, olhares preconceituosos e o desprezo expresso em portas se fechando.

A comparação com os EUA e a idéia de que os negros libertos eram rapidamente inseridos na sociedade que não demonstrava preconceitos ou ódios aparece de forma enfática nos cadernos de estudo de Tavares Bastos ainda no final da década de 1860. A idéia exposta: “*Aqui, portanto, dar-se-ia o contrário dos Estados Unidos*” seria também largamente utilizada pelos teóricos do branqueamento no início da República. Como vimos, era difícil para os intelectuais não praticarem a conhecida comparação de que os negros norte-americanos sofriam segregação e que os negros brasileiros conseguiam ser inseridos na sociedade. Comparações que passaram por diversas reavaliações por parte de historiadores, sociólogos e antropólogos brasileiros que vieram a provar os prejuízos da construção do ideário de um falso mito que apregoava a harmonia racial – mito tão preconceituoso quanto à segregação. Tavares Bastos não construiu nenhum mito, nem o poderia, pois não publicou essa sua reflexão que se manteve, em parte, silenciosa em seus cadernos (apenas em parte, porque a sua mais importante e conhecida obra “A Província” traria a certeza da modificação de sua postura frente aos imigrantes e aos libertos, como veremos logo adiante).

Se analisarmos com atenção estas linhas de sua reflexão, *“Aqui não há, como lá, desigualdade real das raças; não há profundas antipatias entre elas; o preto e o mulato gozam aqui de todos os direitos políticos, nós os temos tido no ministério, no Conselho de Estado e no Parlamento, na diplomacia, etc; o próprio escravo depois de liberto goza de alguns direitos políticos”* – não podemos deixar de reagirmos com uma certa inquietude, tendo em mente que essas linhas foram escritas dentro de um contexto no qual o sistema escravista ainda imperava. De certo, poderíamos pensar que haveria por parte de Tavares Bastos uma total extrapolação de limites ao constatar a inexistência de ódios e o gozo dos plenos direitos sendo vivido pelos libertos na sociedade de seu tempo. Todavia, a questão a ser remetida ao historiador não se resume na simples afirmação do quanto são inverossímeis essas palavras ou então no quanto são insanas. Acima desses julgamentos pairaria uma questão muito mais importante a ser compreendida: a enorme vontade de Tavares Bastos em querer acreditar nas suas palavras, pois esta nova crença seria um dos pressupostos para que a nação em construção abandonasse a estrada do atraso e rumasse aos trilhos do progresso.

8. “Meio caminho foi andado, só faltam mais alguns passos”

Devemos ter em mente que o jovem político alagoano passava por uma reformulação do seu projeto de nação, no qual inicialmente o imigrante era o centro e mais tarde esse elemento-chave vai cedendo lugar para os ex-escravos, para os libertos. Nesta perspectiva, fica fácil deduzirmos que a vontade de Tavares Bastos em querer acreditar numa harmonia racial em plena escravidão era de extrema importância para compor seus novos planos. Esta afirmativa facilitaria a construção de um caminho; abriria mais rapidamente suas estradas; seria a justificativa necessária para se afirmar que se mil passos

deveriam ser andados, pelo menos quinhentos deles já haviam sido transcorridos. Estaríamos no meio do caminho, valeria a pena insistir. Mas, o que ajudaria a compor os próximos quinhentos passos?

Os escravos vindos diretamente da África diminuía em número, pois desde 1850 o tráfico havia sido proibido. Embora ainda ocorressem algumas entradas impróprias, esse número era pequeno em comparação com o todo. Todavia, restavam os milhões que sofriam todos os dias com um sistema que os embrutecia e não os preparava para o futuro liberal, como preconizava o autor. Grande parte era absorvida pela sociedade e se adaptava aos seus modos. Contudo isso não bastava, pensava Tavares; era necessário compor “os outros quinhentos passos” e estes só poderiam ser dados por duas muletas: o total reconhecimento da cidadania aos libertos e a propagação da educação.

“Eu reduzo a três ordens: escola, estrada e justiça. Antes e depois da emancipação. Não há mais nada a fazer, antes nem depois. As regulamentações da vagabundagem e outras são medidas más, quando estabelecem um regime fora do direito comum. O liberto deve ficar convertido em cidadão, no mesmo pé de perfeita igualdade. A lei deve ser a mesma para todos²¹⁰.”

Se nos remetermos ao início dos escritos de Tavares Bastos no começo da década de 1860, nós percebemos que o seu discurso já se mostrava bastante modificado, desde quando citamos as “*Cartas do Solitário*” nas páginas anteriores. Naquele momento o rapaz de Alagoas pregava leis restritivas como a criação de passaportes e outras medidas que impediriam que os libertos se espalhassem pelo país provocando badernas. Entretanto, a nova lógica requeria que a ordem se fizesse sentir pela implementação de um sistema educacional que viesse valorizar os libertos, e não mais por um sistema repressivo que gerava segregação.

²¹⁰Coleção Tavares Bastos -Setor de Manuscritos da BN.

*“Penso que os emancipados, ou seja, aqueles que ficam livres depois de extinto o período da escravidão, os que receberam a liberdade resgatando-a a dinheiro ou por meio de sorteio ou outro motivo qualquer, bem, digo, que tais emancipados não devem mais ser considerados libertos no sentido da constituição, isto é, cidadãos brasileiros **no gozo somente de alguns direitos, e não todos**. Com efeito, esses novos emancipados, tendo-o sido não por um ato arbitrário dos seus senhores, mas por virtude de disposições da lei, Por força do direito, devem ser recebidos na qualidade de cidadãos com todos os direitos e deveres. E além disso, um incentivo para os emancipados essa igualdade com todos os cidadãos. Incentivo para trabalharem, para se instruírem, para se moralizarem a fim de que fizessem no gozo dessa igualdade, lei suprema das sociedades modernas, essencialmente democráticas²¹¹.”*

Nesta etapa de nossa análise, notamos que o seu discurso envolvia o ideário do pleno reconhecimento da cidadania aos libertos e o respeito merecido que eles precisariam ter para serem inseridos na nova sociedade liberal. Tavares Bastos abolia de sua mente a idéia de defender leis restritivas que gerariam desconfiança e mal-estar.

Como vimos anteriormente, quando vinha defender o trabalho dos imigrantes nas cidades, Tavares Bastos propunha a adoção de uma taxa sobre cada escravo que habitava o meio urbano. Sua pretensão era fazer com que essa taxa crescesse anualmente, o que obrigaria seus proprietários a vendê-los para os fazendeiros no interior. Todavia, como passou a mexer nas peças do tabuleiro, esta proposta não fazia mais nenhum sentido. O trabalho no campo, pelas condições rudes e por ser mais penoso, degradaria rapidamente os escravos que viviam antes nas cidades.

“Não aconselhamos o imposto progressivo sobre os escravos urbano, que aliás outrora nos parecera útil. Expelir os escravos das cidades para o campo, ou, como se exprimiam decretos relativos a Cuba, transformar a suavíssima escravidão doméstica em escravidão rural, é por si só uma iniquidade: não roubemos ao escravo urbano o único favor que a ingrata fortuna lhe depara, o de nascer nas cidade. Por outro lado, fornecendo novos braços servis à lavoura, facilitando-lhe a aquisição dos fôlego de vivos, que repelem o arado e as máquinas, não iríamos perpetuar a sua degradação,

²¹¹ Idem.

*agravar a sua decadência, aumentar os seus embaraços presentes como o jogo aleatório da compra de cativos, origem de tanta ruína? Acometamos a escravidão nas cidades, não expelindo-a para o campo, mas abolindo-a diretamente nos grandes portos comerciais e nas cidades populosas, onde o trabalho livre se ache generalizado e ao alcance de toda a gente*²¹².”

Uma série de propostas para acelerar a emancipação em algumas áreas onde o trabalho escravo não era tão expressivo passou a ser elaborado por Tavares Bastos que começou a pregar a abolição imediata nos limites das grandes cidades do Brasil, nas quais o trabalho livre estava se desenvolvendo largamente. Ele pedia também a abolição nas áreas de fronteira com outros países, pois as fugas de escravos para os países vizinhos sempre geraram conflitos diplomáticos. Assim como ele também *reclamava* a emancipação imediata nas Províncias que dependiam pouco do trabalho cativo; por isso tinham um número inexprimível de escravos, tais como: a Amazônia, Piauí, o Ceará e as Províncias do sul.

Pela observação de “*A Província*”, principal obra de Tavares Bastos, editada no ano de 1870, chama-nos a atenção as poucas páginas destinadas à imigração, e um ponto novo foi acrescentado ao seu discurso: apresentava a confirmação de que tantas tentativas para atrair imigrantes só resultaram em naufrágios, nos quais o centralismo do governo imperial tudo fez para retardar seu salvamento²¹³. Quanto à emancipação, esta sim ganhava maior destaque nas páginas de “*A Província*”, Tavares Bastos declamava confiante a melhor forma de atingi-la através de esforços em conjunto vindo de dois lados: do Governo Central e das Províncias. Na junção dos dois esforços, um único alerta não poderia ser esquecido: a ordem deveria imperar, de forma lenta, controlada, sem contudo deter os passos que deveriam conduzir o Brasil para uma emancipação segura, sem graves traumas.

²¹² BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1975, pp.168-169.

²¹³ *Ibid*, p.168.

Para tanto, as preparações preliminares com investimentos públicos na criação de escolas e reconhecimento de plenos direitos aos libertos se faziam vitais; seria um dinheiro bem empregado para um futuro próspero. Em “A Província”, ele confirmava o que já vinha maquinando em seus cadernos de anotações: os imigrantes deveriam ficar em segundo plano.

“Ei-lo, portanto, assaz indicado o alvo dos nossos esforços: emancipamos e educamos. A despesa que com isso fizemos, civilizando infelizes compatriotas, é muito mais eficaz para o nosso progresso do que a difícil importação de alguns milhares de imigrantes²¹⁴.”

(Grifos meus)

Eis o novo projeto de Tavares Bastos no limiar da década de 1870 – não nos preocupemos mais tanto com os imigrantes e voltemos nossos esforços para preparar os futuros libertos através da educação para o pleno exercício da cidadania. Aquele era o momento preciso para iniciar a obra: a reconstrução dos estados sulistas norte-americanos poderia trazer gratas lições e a lei Visconde do Rio Branco de 1871 seria um divisor de águas a dar a certeza do fim iminente, alertando para a preparação dos últimos anos do bárbaro regime.

9. Confirmando as mudanças: educação e cidadania indicando o novo caminho

Parte essencial do repertório para construção de uma nação civilizada, o sistema educacional não poderia ser esquecido como elemento fundamental para planejar o futuro da nação. Os benefícios seriam inesgotáveis para adaptar e preparar os libertos ao sonhado mercado de trabalho liberal tão visado por Tavares Bastos. Para formular o melhor sistema de ensino, nada melhor do que se dedicar à leitura de autores estrangeiros em artigos de

²¹⁴ Ibid, p.172.

revistas européias e também de acompanhar as notícias de jornais norte-americanos para dar-lhe um parâmetro de conclusões. Através de comparações, principalmente em relação ao cenário político dos EUA no pós-Guerra de Secessão, Tavares Bastos conseguiria reunir material necessário para esclarecer dúvidas fundamentais sobre a instalação de um sistema eficaz de ensino que incorporasse os libertos à nova realidade fora do cativo.

“Li na Revista dos Dois Mundos (15 de setembro de 1869) que grandes são os progressos: desde 1862 os generais do norte foram abrindo escolas regimentares nos acampamentos para os negros. Muitos negros já se tornaram professores e atuam nessas escolas. Os negros fundaram em Raleigh (1867) um jornal. As escolas dos negros funcionam como as dos brancos. No colégio Olehim (superior misto) se formam bacharéis em letras (1ª formatura de 1868 com 15 rapazes e 10 mocas negros)”²¹⁵.”

Quanto àqueles que porventura pudessem duvidar se os negros e os brancos poderiam ser considerados no mesmo nível de desenvolvimento intelectual, ou seja, se estariam os descendentes de africanos aptos para adquirirem instrução, Tavares Bastos respondia que não faltam exemplos nos EUA que provavam o progresso dos libertos na organização e fundação de jornais e também de sociedades cooperativas que compravam propriedades com o esforço de suas próprias economias; ou se associam com antigos senhores no cultivo a terra. A instrução de negros nos EUA estava gerando abundantes frutos – “e são passados apenas cinco anos²¹⁶” desde o fim da escravidão naquele país, lembrava o deputado brasileiro. Ele acreditava que através da educação e de uma política de valorização dos negros, provar-se-ia a igualdade entre as raças.

²¹⁵ Coleção Tavares Bastos -Setor de Manuscritos da BN.

²¹⁶ BASTOS, op. cit., “A Província”, 1975, p.172.

“Se a interessantíssima república federal da Libéria e a colônia inglesa de Serra Leoa não houvessem já atestado o grau a que pode atingir, em seu desenvolvimento moral, a raça negra, bastara o inaudito exemplo do sul dos Estados Unidos para persuadir aos mais incrédulos e aviventar a fé que jamais duvidaram da igualdade humana²¹⁷.”(Grifo meu)

Ao citar a noção de uma igualdade humana entre as “raças”, estava Tavares Bastos se distanciando do ano de 1861 quando, na ocasião, afirmara que um trabalhador europeu valia por três africanos, o que demarcava uma enorme distância “evolutiva” entre os dois grupos. Agora a construção deveria ser outra: os “elementos nacionais” aprenderiam e se aperfeiçoariam pela educação, pois a natureza os havia criado aptos e também prontos para prosperarem. O sistema escravista os havia embrutecido e anulado suas potencialidades. Sua bandeira se converteria em “*emancipar e instruir, duas operações intimamente ligadas*²¹⁸”.

Se por um lado os EUA eram o grande exemplo para o Brasil, visto que tinham os norte-americanos lidados também com a escravidão de africanos até o estopim da Guerra de Secessão, e no momento atual eles estavam construindo um tempo novo através da prática diária com os libertos, nada poderia ser mais correto para os brasileiros do que aprenderem a observar as lições dadas pela nação do norte, uma vez que em breve, o Brasil, deveria se sentar à mesa para resolver muitos problemas semelhantes. Tavares Bastos concordava com essa postura. Contudo recordava em sua principal obra “A Província” que havia um limite a ser respeitado frente a esta questão que não poderia ser perdido de vista: embora ambas as nações tivessem a experiência da escravidão, existia uma diferença no trato com os escravos – os brasileiros não tinham desenvolvido preconceitos e distinções raciais ao contrário do que fizeram os norte-americanos. Por mais que Tavares visse nos

²¹⁷ Coleção Tavares Bastos -Setor de Manuscritos da BN.

²¹⁸BASTOS, op. cit., “A Província”,1975, p.170.

EUA o modelo de progresso a ser seguido, muito além da própria Europa, neste caso das relações raciais ele não podia negar o orgulho que sentia do Brasil por ter ido além da grande nação do norte.

*“Fique sem demora abolido de nossos regulamentos o bárbaro princípio que expelle o escravo das escolas, triste plágio de uma das vergonhas dos Estados Unidos antes da emancipação. Em suma, já felizmente coadjuvadas nisto pela tolerância e índole brasileiras, não permitam as províncias aulas separadas para os indivíduos de cada raça, mas reúnam-os todos em estabelecimentos comuns, nacionais, sem distinção de origem ou de cor. Se formidáveis prejuízos ainda obrigam os norte-americanos a respeitar essa odiosa distinção, o Brasil, pelo contrário, **respeita e pratica o princípio da igualdade absoluta das raças**: e é por isso também que a solução do problema servil será aqui muito menos grave que em parte alguma do mundo²¹⁹”.* (Grifos meus)

A educação dos futuros libertos deveria ser pensada ainda durante a época do cativeiro, até que se processasse a abolição de forma ordenada e dentro dos estatutos da lei. Os senhores de escravos possuidores de grande quantidade de cativos deveriam ser forçados pelas penas da lei a fundarem escolas em suas terras para prepararem os futuros libertos, os filhos dos agregados livres e a seus próprios familiares, todos juntos protegidos pelas mesmas paredes que resplandeceriam o saber que forjaria os novos cidadãos. Escrevendo em 1866, Tavares Bastos resumia seu projeto.

“Se o estado emancipando o ventre, mantém e reconhece o direito sobre a escravidão atual, se der ao senhor o direito ao trabalho da cria até tal idade deve impor-lhes, como compensação para a sociedade, as seguintes obrigações: de ensinar as crias as mesmas artes e ofícios agrícolas ou industriais; de obrigar as crias a freqüentarem as escolas públicas, onde as honrem; de cada proprietário rural senhor de 100 escravos, criar e manter uma escola primária a sua custa, em que se eduquem os seus filhos, os dos seus familiares, e as de seus escravos. Que cada série de proprietários menores, dentro da distância de uma légua, seja forçado a manter igual escola, à sua custa, “cotizando-se”. Para esse fim, deve o governo organizar um viveiro de professores, podendo recrutar um para esse fim aos [...] das cidades, que sirvam por um certo número de anos, ou engajando-os de Portugal. Crédito e

²¹⁹ Ibid, “A Província”, 1975, p. 173.

organização especial para isto. Estas escolas devem ficar a cargo da repartição dos libertos²²⁰.”

Com a educação se forjaria os futuros cidadãos de um país coberto pelo céu da liberdade, onde as instituições liberais imperariam e os antigos filhos das senzalas caminhariam de cabeça erguida, pois as leis defenderiam seus direitos essenciais e a boa índole do povo brasileiro vinha dando provas de que não haveria necessidade de se temer represarias e preconceitos. A igualdade absoluta estaria assegurada, defendia Tavares Bastos. Se a cidadania fosse dada aos libertos, não deveria existir um outro caminho. Esta era a sua nova certeza para um futuro civilizado: *“Igualdade política absoluta, sem distinção entre libertos e ingênuos, os ex-escravos, passam a ser cidadãos, concorrendo com os demais em tudo, até para ser eleito deputado²²¹.”*

Cada vez mais o discurso de Tavares Bastos convergia para a lógica do pleno direito, visando com que todos – livres e recém libertos, brancos e negros fossem vistos como cidadãos, ou seja que pudessem gozar de direitos e deveres de acordo com as leis que regiam a nação. O discurso de uma plena cidadania para os libertos foi bastante reconhecido pela historiografia em relação à jovem geração que viveu o final do Império. Joaquim Nabuco, certamente, foi o nome que mais se destacara na propagação desses ideais, muito por conta de sua obra *“O Abolicionismo²²²”* publicado em 1883.

Em sua estréia no Parlamento, eleito como deputado por sua província em 1878, Joaquim Nabuco agia como Tavares Bastos e a maior parte dos políticos preocupados com a questão escravista: a abolição deveria ser negociada, deveria ocorrer no mais absoluto clima de ordem, sem gerar prejuízos para os fazendeiros. Todavia, durante o decorrer da

²²⁰ Coleção Tavares Bastos -Setor de Manuscritos da BN.

²²¹ Idem.

²²² NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

radicalização do movimento abolicionistas na década de 1880, Joaquim Nabuco também passou a defender um discurso mais combativo centrado numa abolição que garantisse pleno direito aos libertos que fosse mais imediata e sem indenizações. De acordo com o Ricardo Salles²²³, desde os tempos de estudante ainda no Recife, Joaquim Nabuco pretendia escrever uma obra que servisse a causa abolicionista, porém esta antiga vontade sempre acabava ficando para depois por falta de tempo e um amontoado de outras prioridades.

“Derrotado nas eleições de 1882, Joaquim Nabuco decide-se se retirar para Londres, onde pode ampliar seus recém contados com a “The British and Foreign Anti-Slavery Society”; assim em 1883, na capital do Império Britânico, Joaquim Nabuco conseguiu ter tempo para compor “O Abolicionismo”. A obra de Nabuco ganhou larga repercussão no Brasil, pois graças à ajuda de seus companheiros de causa, “O Abolicionismo” se espalhou por todo o território brasileiro. A obra veio no momento certo e sua grande contribuição devido ao fôlego que gerou para a causa abolicionista não pôde ser negada pela historiografia. “Assim, O Abolicionismo e seu autor, inseria-se como uma peça intelectual e política, que não conheceu outra que a igualasse em importância, no âmbito do movimento que começava a dominar a vida pública brasileira. Apesar de seu tom engajado, ela realiza uma ampla e histórica análise da escravidão no país. Nesta análise, não faltam, inclusive, referências à questão da escravidão nos Estados Unidos e nas colônias européias do Caribe”²²⁴.”

Em suas páginas, Joaquim Nabuco argumentava sobre a necessidade de uma emancipação imediata que deveria vir acompanhada pelo pleno reconhecimento do direito da cidadania dado aos libertos. Com bastante esmero, Nabuco fez a análise de várias questões pertinentes aos efeitos que o sistema escravista gerou para a nação e que continuaria a gerar para as gerações futuras. Comparação entre a escravidão no Brasil e nos EUA, a “elasticidade” do sistema e a miscigenação, entre outras questões, foram apresentadas nesta obra destinada a alertar a opinião pública sobre a necessidade imediata de se decretar um basta ao nefasto cativo.

²²³ SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco, o abolicionismo e a nação que não foi*. In: IHGB ano 161, n° 406 jan-mar, 2000.

²²⁴ Idem, p.59.

Acredito que a trajetória ideológica de Tavares Bastos se assemelhava bastante com a de Joaquim Nabuco: ambos desde a época de estudantes criticavam o regime escravista; ambos iniciaram a carreira política com um discurso combativo à escravidão, mas sempre dentro da ordem sem desestabilizar o sistema sócio-econômico; ambos passaram a adotar um discurso mais radical (se compararmos com o início de suas trajetórias) defendendo uma abolição mais rápida e com o pleno reconhecimento da cidadania aos libertos. Contudo, a manifestação da “nova vontade” de valorização dos libertos transpareceu de forma diferente. Joaquim Nabuco conseguiu ser mais direto mais combativo, Tavares Bastos se manteve mais no plano ideológico, afinal o *pernambucano* havia nascido em 1849 (exatamente 10 anos depois de Tavares Bastos) viveu plenamente a década final da escravidão quando o movimento abolicionista atingia o auge da combatividade e enchia a sua fileira com aliados valorosos que tinham a plena convicção de que um novo tempo estava nascendo para a nação, pois muitas idéias novas pairavam na atmosfera indicando o fortalecimento dos ideais republicanos e a falência da monarquia. Por sua vez, o alagoano nascido em 1839 e falecido em 1875 (portanto sem tempo para viver a última década da escravidão) não expressou de forma mais combativa as sua nova crença na defesa da cidadania. Ele viveu bem a década de 1860, quando as idéias abolicionistas começavam a despontar e um grupo de intelectuais se unia em torno delas, mas o faziam dentro dos limites da ordem. No fim desta década de 1860, Tavares Bastos passava a indicar um discurso mais incisivo que visava pensar numa melhor inserção dos libertos na sociedade brasileira fazendo com que fossem reconhecidos como verdadeiros cidadãos usufruindo plenos direitos.

Neste ponto, acredito que possamos fazer uma distinção ente Tavares Bastos e Joaquim Nabuco, pois se inegavelmente, por um lado, o pernambucano mereceu o título de

um dos grandes propagadores da defesa plena da cidadania aos libertos, pelo outro, teria sido o alagoano um precursor no que diz respeito à idealização da idéia, pois quando Nabuco iniciava no Parlamento defendendo a ordem e a indenização, Tavares Bastos já mostrava em “*A Província*” os sinais de sua desilusão frente a este discurso. Joaquim Nabuco em “*O Abolicionismo*” estava sendo favorecido por sua geração e pela efervescência do momento político, portanto a sua utopia na cidadania plena (embora ainda difícil de concretização) tornava sua defesa mais viável. Tavares Bastos por sua vez escrevia em um momento de transição, apenas tinham se passado pouco mais de 5 anos que os EUA havia decretado a abolição e mesmo assim ele analisava como a questão da cidadania estava sendo encaminhada naquela nação tão “preconceituosa”. A partir deste fato, o Brasil poderia separar o que de pior e o que de melhor poderia ser ou não ser imitado pelo governo brasileiro durante o seu processo de abolição.

Se Joaquim Nabuco chegou a fazer uma menção positiva sobre o tema da miscigenação²²⁵, Tavares Bastos já havia definido muito antes dele uma conclusão benéfica sobre o mesmo assunto. Não busco trazer a tona à questão do pioneirismo, quem foi mais radical ou quem foi menos, isso seria totalmente irrelevante. A intenção é apenas termos Joaquim Nabuco como um ponto de apoio para mostrarmos que Tavares Bastos estava pensando a questão da cidadania e do reconhecimento dos direitos aos libertos ainda no final da década de 1860, ou seja **bem antes** do ambiente intelectual se tornar propício para a exploração de um amontoado de idéias novas (como dizia a célebre frase de Sílvio

²²⁵ “*Em primeiro lugar, o mau elemento da população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativo; em segundo lugar, nada prova que a raça branca, sobretudo as raças meridionais, tão cruzadas de sangue mouro e negro, não possam existir e desenvolver-se nos trópicos. Em todo o caso, se a raça branca não se pode adaptar aos trópicos em condições de fecundidade ilimitada, essa raça não há de indefinidamente prevalecer no Brasil: o desenvolvimento vigoroso dos mestiços há de por fim sobrepujá-la, a imigração européia não bastará para manter o predomínio perpétuo de uma espécie de homens à qual o sol e o clima são infensos*”. NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.100.

Romero), que tão rapidamente se propagaram graças à contribuição de vários nomes do meio intelectual das décadas de 1870-80, dentre esses, o nome de Joaquim Nabuco figurando como um dos mais destacados.

Tavares Bastos morreria no ano de 1875, vítima de pneumonia dupla, na cidade francesa de Nice, para onde tinha se dirigido em busca de tratamento. Ele não acompanharia os debates desenvolvidos pela geração de 1870-80, quando as teorias do racismo científico entraram com força no Brasil. Entretanto, pelo que pudemos averiguar, ele estaria pronto para o embate utilizando-se de seus *hypomnemata*²²⁶, pelos quais comporia seu repertório em defesa do “elemento nacional”. Não tinha mais receios em admitir que o “elemento nacional” era formado em sua maioria por homens e mulheres miscigenados, pois “*os brancos puros são raríssimos, e a grande maioria ou é mestiça ou negra*”. Por circunstâncias de percurso, ele passou a repensar seu projeto inicial. A idéia de uma nação composta por um grande número de europeus e seus descendentes se mostrava de difícil concretização – faltava a ação do governo, e mesmo tendo lutado por essa causa acompanhado por um pequeno grupo, Tavares Bastos sentiu o peso do inviável: o Dom Quixote (como ele muitas vezes se via) não pôde enfrentar os moinhos da política imperial controladora que sufocava a liberdade das províncias. A idéia de trazer imigrantes não morreria totalmente. Todavia enfraquecia à medida que os anos de 1860 se dispersavam. Um novo projeto estava sendo elaborado em sua mente e rabiscado em seus cadernos de reflexões – um projeto que valorizava os libertos e pretendia inseri-los na sociedade,

²²⁶ De acordo com Michel Foucault: “Os “hypomnemata” não deveriam ser encarados como simples auxiliares de memória (...) Antes constituem um material e um enquadramento para exercícios a efetuar: ler, reler, meditar, entreter-se a sós ou com outros, etc.(...) Trata-se de constituir para si próprio um “logos boethikos”, um equipamento de discursos a que se pode recorrer(...)A escrita do hypomnemata é um veículo importante desta subjectividade de discurso.”FOUCAULT, Michel.*O que é um autor?* 3.ed.Lisboa: Passagens, 1997, pp.136-137.

garantindo-lhes plenos direitos e preparando-os através da educação – ainda mesmo no cativeiro²²⁷, para atuarem dentro de uma comunidade regida pela lógica liberal.

²²⁷ Como já falamos, Tavares Bastos passou a elaborar em seus manuscritos e chegando a anuncia-la em “A Província” a seguinte estratégia: que os fazendeiros com mais de 100 escravos fossem obrigados por lei a criarem escolas primárias em suas propriedades, obedecendo a seguinte regra: todas as crianças deveriam estudar na mesma escola, os filhos do fazendeiro deveriam ficar juntos com os filhos dos escravos.

Conclusão

Em 1933, o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre lançava aquela que seria a sua obra prima “*Casa-grande e senzala*”, tornando-se um dos principais referências para a intelectualidade brasileira pensar a complexidade da formação da sociedade. A teoria defendida por Freyre durante os anos Vargas rapidamente se espalharia pelas cátedras universitárias, atingindo em seguida os manuais estudantis. A harmonia racial seria a tônica central do discurso; a miscigenação era festejada como o fator mais positivo para a constituição da identidade do povo brasileiro. Gilberto Freyre foi responsável por ***consolidar*** o mito da harmonia racial no país (pois, se analisarmos bem o mito da união das três “raças” já vinha sendo elaborado há algum tempo). Em sua obra, a miscigenação deixava de aparecer como um fenômeno puramente biológico para se compor, principalmente, num fenômeno cultural. Vários críticos a sua obra reconhecem que este foi o esforço mais significativo, até então feito, para se tomar posse de uma consciência mais positiva sobre a composição étnica do país. Através do uso da sociologia, um instrumento de análise interpretativa bastante inovador para o Brasil dos anos 30, Gilberto Freyre colocou negros e índios num plano elevado dentro da constituição cultural nacional.

“A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação²²⁸.”

²²⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 49. ed. São Paulo: Global, 2004, p. 33.

Até o coroamento da teoria de Freyre, um longo percurso foi engatinhado. Como mencionamos anteriormente, no século XIX von Martius teria dado o primeiro passo para demonstrar que um estudo completo sobre a constituição do povo brasileiro somente seria possível através do reconhecimento da união das três “raças”. O bávaro andava em terreno arenoso, mas não se saíra nem um pouco mal – obviamente por não deixar de ver o branco europeu como o elemento principal dentro do processo de criação do Brasil. Todavia nos anos seguintes houve um vácuo sobre o assunto entre os intelectuais do final do XIX e os do início do XX. Isso teria se dado em grande parte pelo fato das teorias raciais baseadas em “pesquisas científicas” provarem a “inferioridade das raças não-brancas”. Para a intelectualidade brasileira, essas teorias raciais representavam uma grande perda para a jovem nação sul-americana que pretendia se tornar um país civilizado, afinal era impossível mascarar a imensa quantidade de descendentes de africanos e de índios no Brasil.

Autores darwinistas sociais foram largamente lidos pelos intelectuais brasileiros, em especial Herbert Spencer²²⁹, ao mesmo tempo, outros como Gustave Le Bon (1841-1931, médico e sociólogo francês defensor da idéia de uma “alma coletiva” através de sua obra “Psicologia das massas”), Georges Vacher de Lapouge (defendia que “determinismo” e “seleção natural” deveriam reger as sociedades) e José Ingenieros (1877-1925, filósofo argentino defensor do monismo evolucionista) também serviram de referencial. O determinismo científico pregado pelos darwinistas sociais colocava os pensadores brasileiros dentro de um labirinto de onde tentar sair a primeira vista seria impossível. Os dados já estavam lançados: os povos brancos haviam criado grandes civilizações porque

²²⁹ Hebert Spencer nasceu em Derby (27/04/1820) e morreu em Brighton (08/12/1903).Estudioso da idéia de evolução passou a apreçoar que a evolução se expressa do mais simples ao mais complexo, do mais desorganizado ao mais organizado.Usou essas idéias para entender a sociedades humanas como um organismo que passavam por esse processo evolutivo.

eram superiores. Povos não-brancos e com alto teor de miscigenação nada podiam fazer, a não ser se conformarem com a tutela branca e admitir os estatutos científicos. Sair do labirinto, dentro desta perspectiva, era realmente difícil, mas não impossível –se não se pode achar uma saída, faz-se um buraco na parede. Não desenvolvendo um discurso oposto àqueles propagados pela Europa e pelos EUA, os intelectuais brasileiros resolveram desenvolver desvios a terem que enfrentar o labirinto.

A esta altura dos debates, os intelectuais do início da República (se diferenciando das classes dominantes pré-1870 que tentavam não tocar no assunto) já não negavam o alto grau de miscigenação de nossa população e reconheciam a sociedade como multirracial. Uma sociedade que *não* havia permitido segregações raciais deste o período colonial, diverso do que haviam feito os norte-americanos que separaram brancos de negros. Estávamos em vantagens sobre os EUA, pois neste ponto “nosso caráter” era muito mais democrático: havíamos incorporando todas as raças sem criar barreiras de cor para a ascensão social. Sobre isto, escreve Skidmore²³⁰, que os intelectuais brasileiros tiveram que abraçar tal discurso pelo fato de não terem muita escolha; imaginar uma segregação nos moldes norte-americanos seria inimaginável. Nesse ponto, a imagem do mulato como a camada intermediária entre o branco e o negro servia muito bem para demonstrar que uma saída possível para a questão poderia ser pensada, mesmo porque a ditada pelo modelo único de um povo formado somente por elementos brancos não funcionaria. Internamente, a solução também não era mal vista por grande parte das classes privilegiadas economicamente uma vez que alguns mulatos, quase invariavelmente mais claros, tinham

²³⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ascendido ao topo da hierarquia social –o nome de Machado de Assis seria o exemplo mais notório.

Realçar a diferença entre o Brasil e os EUA seria uma das tônicas principais usadas pelos intelectuais para construir a idéia de um país muito mais justo e sem preconceitos. Neste ponto, a idéia de nação mestiça nascia saturada de uma construção ideológica que implicitamente ditava não ser tão ruim a situação, uma vez que provava que os negros estariam se diluindo no meio dos brancos e não crescendo e aumentando de número como ocorria nos EUA. A *construção* da solução, sem dúvidas, abraçada pelos intelectuais brasileiros era bem diversa da *construção* norte-americana, como aponta Kalengele Munanga:

“Nos EUA, o grupo mestiço não é individualizado como tal, nem na mentalidade coletiva, nem na prática social, nem nos textos legais. Os recenseamentos demográficos oficiais contabilizam somente brancos e negros. O que mostra que as categorias ‘branco’ e ‘negro’ não são apenas biológicas, mas também sócio-políticas²³¹.”

A miscigenação se converteria num dos pratos privilegiados dentro do discurso dos intelectuais brasileiros na passagem do XIX para o XX , pois passariam a lê-la como a ponte que levaria a um futuro branqueamento da população. O futuro redimiria a nação, visto que o negro se diluía dentro da sociedade, dados estáticos provavam o crescimento dos brancos, a imigração de povos europeus para o Brasil aumentava fartamente. A partir dessas três idéias poderiam os intelectuais construir o esboço de seus projetos otimista para o Brasil, anulando as profecias de Agassiz e Gobineau antes da década de 1870. Como explica Roberto DaMatta²³², a “fábula das três raças” representava “*as bases de um projeto*

²³¹ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional e consciência negra*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 19.

²³² DaMatta, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

político e social para os brasileiros (através da tese do branqueamento como alvo a ser buscado)” permitindo a concepção de uma sociedade “altamente dividida por hierarquizações como uma totalidade integrada por laços humanos dados com o sexo e os atributos “raciais” complementares²³³.”

De fato, Tavares Bastos não tinha as ferramentas que Gilberto Freyre teve para criar o mito da harmonia racial, mesmo porque Tavares Bastos não expressou suas idéias em uma obra direcionada para a discussão desta teoria. Tavares Bastos manteve a maior parte de sua defesa em relação a um Brasil propenso a harmonia racial, principalmente se a comparação com os EUA fosse feita, nos seus cadernos de rascunho. Porém, em sua mais expressiva obra “*A Província*” ele deu algumas provas de que vinha mudando seu antigo plano de constituir um país mais “branco”, passando a colaborar com a idéia de assumir um projeto de incorporação dos ex-escravos. Passando, então, a assumir e a valorizar a miscigenação da população sem se preocupar com o crescimento das teorias raciais e seu fatalismo negativo em relação às nações com pouco contingente de brancos em sua população.

O que estamos procurando frisar gira em torno do passo importante e decisivo que Tavares Bastos deu ao repensar seu plano inicial de sonhar com um país repleto de imigrantes vindos da Europa e dos EUA, deixando para trás o grande contingente de descendentes de africanos e índios que constituíam a maior parte da população. As teorias raciais cresciam e se fortaleciam durante os anos em que ele projetava seu sonho e tentava viabilizá-lo fazendo a sua parte através da Sociedade Internacional de Imigração. O Brasil recebeu as visitas de dois grandes teóricas do racismo, vozes que vinham em defesa do progresso dos povos brancos, justamente durante os anos mais atuantes de Tavares Bastos.

²³³ Ibid., p.69.

Sendo que o jovem deputado tivera o privilégio de dialogar, às margens do Amazonas, com o cientista Louis Agassiz que terminou sua visita ao país realmente convencido de que a miscigenação era uma desgraça total. Enquanto isto, Tavares Bastos voltava para o Rio de Janeiro analisando que a miscigenação não era nenhum mal e que não precisava ser lida como um defeito, mas ao contrário poderia ser à força da pátria. Tavares Bastos estava convencido de que o Brasil, mesmo nos anos de escravidão, já dava provas de uma suposta harmonia racial com a total aceitação dos “elementos de cor” dentro da sociedade quando libertos das correntes da escravidão.

Pensando sobre o papel dos intelectuais nas diversas sociedades, Edward Said²³⁴ afirma que em sua concepção o verdadeiro intelectual deve ser identificado como o indivíduo que possui um papel público dentro da época e do local em que vive ou viveu, jamais deve ser lido como um simples profissional sem rosto ou apenas mais um membro de sua classe. Ao contrário, o intelectual não seria apenas mais um membro, seria antes um indivíduo dotado de uma vocação, dotado de recursos para dar corpo a uma mensagem, capaz de levantar publicamente questões embaraçosas frente a um público específico. O intelectual tem consciência que seu papel é muitas vezes desconcertante, pois ele levanta no meio de seus pares muitas questões embaraçosas, confrontando ortodoxias e dogmas muito mais do que produzindo novos. Para Said, o verdadeiro intelectual não estaria comprometido com governos e corporações, pois sua razão age em defesa de todos os seres humanos frente à liberdade e aos direitos. O “*importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável*”²³⁵.

²³⁴ SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

²³⁵ *Ibid*, p. 27.

É claro que a definição de intelectual exposta por Said representa uma descrição de como o teórico palestino auto-avaliava seu trabalho e servia para determinar como ele próprio deveria compreender sua atuação. Acompanhando o caso de Tavares Bastos e tentando pensá-lo dentro da definição proposta por Said, admitiria que o intelectual brasileiro agia consciente de seu papel e da contribuição que poderia gerar tentando mostrar a seus pares a necessidade de definir novos rumos liberais ao país. Todavia, acredito que sua atuação ainda era limitada se comparada com a proposta defendida por Said, pois Tavares Bastos mesmo tentou um discurso que poderia parecer desafiar a ortodoxia de seus pares, agia muito mais por razões de Estado do que puramente por razões de não comprometimento com governos ou corporações. É fato que em muitos momentos ele se sentira sozinho, nadando contra a corrente – a autodenominação de “o Solitário” marcava bem este sentimento que o incomodava, mas ainda assim buscava intensamente ser compreendido e assimilado por sua classe social.

Não negamos as suas boas disposições, mas sobretudo acreditamos que acima de razões humanitárias ainda eram as razões de Estado que embasavam o discurso de Tavares Bastos. Embora seu discurso insistisse em mudanças, ele temia que essas viessem de baixo, caberia a boa sociedade (da qual ele se incluía) refletir sobre a necessidade de mudanças frente à vontade de modernizar urgentemente o Brasil que acabaria ficando para trás dentro da escala de progresso ditado pelas “nações civilizadas”. Dentro dessas mudanças, todas de caráter liberal, um passo inusitado foi dado por ele, principalmente se pensarmos que sua proposta inicial visava atrair imigrantes brancos para civilizarem o Brasil: os libertos deveriam se incorporados à sociedade com todos os direitos garantidos, pois afinal eles representavam a verdadeira cara do povo brasileiro. Realmente uma questão de “causar embaraço” visto que a classe imperial se via descendendo diretamente de linhagens

européia. Uma questão de “causar desconforto” visto que a ciência vinha dando provas da inferioridade dos não-brancos e das desvantagens da miscigenação.

Era necessário abrir o Brasil para os novos tempos sem negar a ascendência mestiça do povo. A educação deveria ser difundida para servir como instrumento que conseguiria recuperar as mazelas deste povo ainda não preparado para os tempos liberais. Tavares Bastos percebera que investir na entrada de imigrantes demarcava um trabalho longo e dispendioso, resultando ao final em um número pequeno de indivíduos. As novas razões de Estado indicavam que o melhor seria investir nos nacionais e assim assumir a miscigenação.

Da mesma forma que os intelectuais do início da República precisaram investir na ideologia do branqueamento por razões de Estado, Gilberto Freyre também encontrou o momento favorável, preparado por razões de Estado, para exaltar o que de nobre a miscigenação teria feito pela nação. Tavares Bastos empenhado em razões de Estado que viriam a beneficiar a nação, defendia seu projeto, mas o terreno não era propício para que as sementes germinassem facilmente, pois as razões de Estados defendidas pelas classes dominantes não aceitavam tão facilmente o discurso da miscigenação defendido pelo jovem deputado. Um passo para entendermos todo o cuidado de Tavares Bastos ao expor sua nova visão, ou seja, as poucas linhas sobre o assunto na sua obra “*A Província*” apresentada ao público leitor em comparação com as suas reflexões mais diretas encontradas nos seus cadernos de rascunho.

FONTES

Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional –Coleção Tavares Bastos.

1º Relatório Anual da diretoria da Sociedade Internacional de Imigração do ano de 1867. Número I. Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C.: Rio de Janeiro, 1867.

Brasil:coleção de leis e decretos.Biblioteca Nacional.

Jornais

Correio Mercantil, 1861-62, 1865-66.

Diário do Rio de Janeiro, 1866-67, 1869,1876.

Diário do Povo, 1868.

Jornal do Comércio, 1865-66, 1867, 1869, 1876, 1925.

O Paiz, 1901.

Bazar Volante, 1864.

Jornal do Comércio, 1865, 1867,1871,1873,1875,1906, 1925.

O Apóstolo, 1866-67.

A Reforma, 1869.

O Imparcial, 1913.

A República, 1873.

Correio Paulistano, 1871.

O Estado de São Paulo, 1902.

Revista da Semana, 1932.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2ª ed. São Paulo: Nacional. Brasília, 1976. (Brasiliana, volume 151).

_____. *A Província*. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1975. (Brasiliana, volume 105).

_____. *Cartas do Solitário*. 4ª ed. São Paulo: Nacional, 1975. (Brasiliana, volume 115).

_____. *O vale do Amazonas*. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1975. (Brasiliana vol. 106)

Coleção Senado. *Discursos Parlamentares de Aureliano Cândido Tavares Bastos*. Brasília: Senado Federal, 1977.

Coleção da Biblioteca Nacional. *Correspondência e catálogo de documentos*. Brasília: Senado Federal, 1977.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Itatiaia, 1975.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bonfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Brasil e a diplomacia do tráfico (1810-1850)*. In: Revista Lócus, número 2, volume 4, ano 1998.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

ALVES, Débora Bendocchi. *Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro-Turígia (1852-1853)*. In: Revista Brasileira de História, vol. 23, nº 45. São Paulo, 2003.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo : Estados Unidos e Brasil, uma história comparada -século XIX*. São Paulo : Annablume, 2003.

- _____. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Unicamp, 1999.
- BEIGUELMAM, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro. Voume I*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: S.A.A Noite, 1939.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANDENBURGER, Clemente. *Imigração e colonização sobre o segundo reinado*. In: revista do IHGB, tomo 98 vol.152, ano 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite imperial – Teatro de sombras*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene. *Os filhos da lei*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.16, nº45, fevereiro 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DaMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DAVATZ, THOMAS (Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda). *Memórias de um colono no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: volume I*. São Paulo: Ática, 1978.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: O debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Trinta e quatro, 1999.
- FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 3ª ed. Lisboa: Passagens, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, nº21, vol.11, 1998.
- GRINBERG, Keila. *O Fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Breves Reflexões sobre o problema da imigração urbana: o caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914)*. In: Acervo, Revista do Arquivo Nacional, vol.10, nº02, jul/dez 1997.
- HERCULANO, Alexandre. *Estudos sobre o Casamento Civil*. São Paulo: Francisco Alves, 1907.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro*. 12ª ed. São Paulo: Atual, 1999.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico-Tomo II, volume 3. Reações e Transações*. 6ª ed. São Paulo: Bertrand, 1987.
- KURY, Lorelai B. *A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil*. *Rev. bras. Hist.* [online]. 2001, vol. 21, no. 41 [citado 2007-01-01], pp. 157-172. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

- LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e Ideologia: reação do Parlamento Brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)*. Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul, 1980.
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LIMA, Manuel Oliveira. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1899.
- MACHADO, Humberto. *Escravos, senhores e café: a crise da cafeicultura escravista da Vale do Paraíba Fluminense (1860-1888)*. Niterói: Cromos, 1993.
- _____. *Joaquim Nabuco: paternalismo e reformismo na campanha abolicionista*. In: IHGB ano 161, nº 406 jan-mar, 2000.
- MACPHERSON, C.B. *A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MATOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil-século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro*. 12ª ed. São Paulo: Atual, 1999.
- _____. *O Tempo Saquarema*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Questão: convirá ao Brasil a importação de colonos chins?* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870.
- MORSE, Richard M. *O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, s/d.
- MOTTA, Márcia e MENDONÇA, Sônia (ORG.) *Nação e poder: as dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional e consciência negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

- _____. *Um estadista do Império*. 5ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NABUCO, José Thomaz. *Nabuco e os abolicionistas ingleses*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1985.
- NEDER, Gizlene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- _____. *Modernização Conservadora ou Via Prussiana?-Mimetismo e imaginação sociológica no Brasil*. In: Cadernos do ICHF, nº 57-julho, 1993.
- _____. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.
- _____. *Cultura Religiosa e Cultura Jurídica no Segundo Reinado: sobre os direitos civis de estrangeiros residentes no Brasil*. Texto apresentado à Sociedade Brasileira de Pesquisa História, XXVI Reunião Anual – 10 a 21 de julho de 2006. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.
- NEVES, Lúcia Maria Bastas P. e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império de Brasil*. 4ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- OLIVEIRA, José de Teixeira (org.). *Dicionário Brasileiro de datas históricas*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Unicamp, 2001.
- PINTO, E. Roquete. *Ensaio brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1940.
- PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- PRADO, Maria Emília. *O liberalismo no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- RAEDERS, Georges. *O inimigo cordial do Brasil: o conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1888.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Niterói: UFF, 2002 (Dissertação de Doutorado).
- RODRIGUES, José Honório. *Tavares Bastos: perfil*. In: Revista do Livro, número 40, 1969.
- RODRIGUES, Nina. *As Raças Humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Progresso, 1957.
- _____. *Os africanos no Brasil*. 4ªed. São Paulo: Nacional, 1976.

- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira: tomo I- edição comemorativa*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco, o abolicionismo e a nação que não foi*. In: IHGB ano 161, nº 406 jan-mar, 2000.
- _____. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1996.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. In: Raça, Ciência e Sociedade. MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- SILVEIRA, Paulo de Castro. *Um titã das Alagoas*. In: Revista do IHGB de Alagoas, 1976.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- SOUZA, Braz Florentino Henriques de. *O casamento civil e o casamento religioso*. Recife: Typographia Acadêmica, 1859.
- SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bonfim*. São Paulo: Moderna, 1984.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- VAINFAS, Ronaldo. “*Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*.” In: Revista Tempo. Niterói: UFF, vol. 4- n°8, dezembro 1999.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIANA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1933.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*. In: DADOS: revista de ciências sociais. Vol.34, n.2, 1991.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

VON MARTIUS, Karl friedrich Philipp. *Como escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.